

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E**  
**TECNOLÓGICA**

*MESTRADO PROFISSIONAL*

Instituição Associada

IFFluminense – Centro de Referência

A CONSTRUÇÃO DA FORMAÇÃO HUMANA PARA A EMANCIPAÇÃO SOCIAL ATRAVÉS  
DO EXERCÍCIO DA CIDADANIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

MARIA ANGÉLICA PEIXOTO SARDINHA

CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ

2022

MARIA ANGÉLICA PEIXOTO SARDINHA

A CONSTRUÇÃO DA FORMAÇÃO HUMANA PARA A EMANCIPAÇÃO SOCIAL ATRAVÉS  
DO EXERCÍCIO DA CIDADANIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, área de concentração Educação Profissional e Tecnológica, linha de pesquisa Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica, para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Dr. Júlio Cezar Pinheiro de Oliveira

CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ

2022

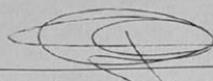
**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

S244c	<p>Sardinha, Maria Angélica Peixoto, 1989-.</p> <p>A construção da formação humana para a emancipação social através do exercício da cidadania na Educação Profissional e Tecnológica / Maria Angélica Peixoto Sardinha. – Campos dos Goytacazes, RJ, 2022.</p> <p>133 f.: il. color.</p> <p>Orientador: Júlio Cezar Pinheiro de Oliveira, 1980-</p> <p>Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Campos dos Goytacazes, RJ, 2022.</p> <p>Referências: p. 95-98.</p> <p>1. Ensino Profissional - Brasil. 2. Educação Profissional Tecnológica. 3. Formação Humana. 4. Cidadania. 5. Ensino Integrado - Estudo e Ensino. I. Oliveira, Júlio Cezar Pinheiro de, 1980-, orient. II. Título.</p> <p>CDD                      373.246                      23.ed.</p>
-------	---

Dissertação intitulada **A CONSTRUÇÃO DA FORMAÇÃO HUMANA PARA A EMANCIPAÇÃO SOCIAL ATRAVÉS DO EXERCÍCIO DA CIDADANIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**, elaborada por **Maria Angélica Peixoto Sardinha** e apresentada publicamente perante a Banca Examinadora como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Fluminense *campus* Campos Centro – IFFluminense *campus* Campos Centro na área concentração Educação Profissional e Tecnológica, linha de pesquisa Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovada em 04/08/2022.

Banca Examinadora:

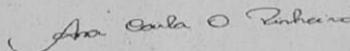


Júlio Cezar Pinheiro de Oliveira, Doutor em Educação  
Instituto Federal Fluminense (IFFluminense)  
Orientador

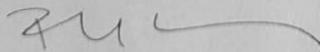
Leonardo Salvalaio  
Muline:08798253751

Assinado de forma digital por Leonardo  
Salvalaio Muline:08798253751  
Dados: 2022.10.17 09:30:14 -03'00'

Leonardo Salvalaio Muline, Doutor em Ensino em Biociências e Saúde  
Instituto Federal Fluminense (IFFluminense)



Ana Carla de Oliveira Pinheiro, Doutora em Sociologia Política  
SEEDUC/Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)



Rafael Pinheiro Caetano Damasceno, Doutor em Sociologia Política  
Instituto Federal Fluminense (IFFluminense)

*A Amaro Sardinha (em memória), meu amigo fiel,  
meu exemplo de honestidade e seriedade, meu  
grande incentivador. Sonhou este sonho comigo.  
Meu amado pai.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por dar-me a oportunidade de concretizar meu sonho de cursar o mestrado e seguir na área da educação como pesquisadora.

Ao meu amigo Lucas Lins, pela força e pelo incentivo nos momentos de obstáculos e por toda a torcida e todo o entusiasmo de sempre.

À minha irmã, Ariane Sardinha, por acreditar em minha capacidade e nela depositar incentivo.

Ao Rodolfo Ângelo, pelo encorajamento e incentivo de sempre, sobretudo por toda paciência de escuta nos momentos de anseios.

Ao professor e orientador Júlio Cezar Pinheiro, por acompanhar-me neste percurso de pesquisa, nas correções, nos ensinamentos e por todo tempo dedicado.

A Jeniffer Viana, por transformar correções de formatação em incentivo.

Ao Instituto Federal Fluminense *campus* Avançado de São João da Barra, por acolher-me para todo desenvolvimento da pesquisa.

Aos docentes do IFF *campus* Avançado de São João da Barra, por terem participado do processo de construção deste trabalho, colaborando para o seu desenvolvimento através da pesquisa qualitativa. Em especial, aos docentes do Curso Técnico Integrado em Petróleo e Gás.

Agradeço a Juliana Barreto, gestora de ensino do IFF *campus* Avançado de São João da Barra a Fernanda Vidal, coordenadora de pesquisa e extensão e a Alessandra da Rocha, pedagoga do curso analisado, por toda atenção, disponibilidade e ademão no processo de aplicação da pesquisa em questão.

Aos professores: Gaudêncio Frigotto, Luíz Augusto, Renata Maldonado e Leonardo Salvalaio, por terem atendido ao convite para participarem como palestrantes do ciclo de palestras, definido como produto educacional desta dissertação.

Aos professores: Rafael Damasceno, Léia Santiago e Leonardo Salvalaio, por terem aceitado o convite para participarem da banca de qualificação do projeto de pesquisa desta dissertação.

À Diretoria de Comunicação do IFFluminense, por ter sido prestativa na transmissão do ciclo de palestras.

A todos, meus sinceros agradecimentos!

*O que não pode ocorrer em nenhuma hipótese é desconsiderar as relações entre ciência, cultura e trabalho... É essa compreensão que deve orientar a Concepção de Ensino Médio para os que vivem do trabalho, de modo a assumir a necessidade da formação de um trabalhador de novo tipo, ao mesmo tempo capaz de ser político e produtivo, atuando intelectualmente e pensando praticamente, um trabalhador crítico, criativo e autônomo intelectual e eticamente.*

*Acácia Kuenzer*

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do Município de São João da Barra.....	41
Figura 2 - Entrada principal do IFF <i>campus</i> Avançado São João da Barra.....	43
Figura 3 - Arte de divulgação do ciclo de palestras.....	58

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Divisão da amostra de professores por área do conhecimento no Curso de Petróleo e Gás.....	61
Gráfico 2 - Opinião dos docentes acerca da persistência da formação puramente técnica dos alunos do Curso de Petróleo e Gás.....	62
Gráfico 3 - Percepção dos docentes acerca dos interesses dos alunos ao buscarem a EPT para a sua formação.....	66
Gráfico 4 - Percepção dos docentes sobre a instrumentalização da temática da cidadania em suas aulas.....	68
Gráfico 5 - Nível próprio de conhecimento atribuídos pelos professores entrevistados sobre a cidadania.....	69
Gráfico 6 - Satisfação dos professores entrevistados sobre o desenvolvimento dos conteúdos relacionados à cidadania.....	71
Gráfico 7 - Percepção docente sobre o aprendizado dos alunos sobre os conteúdos da cidadania.....	72
Gráfico 8 - Percepção dos docentes entrevistados sobre a importância do ciclo de palestras.....	75
Gráfico 9 - Conhecimento dos docentes acerca dos conteúdos abordados no ciclo de palestras.....	76
Gráfico 10 - Conteúdos abordados no ciclo de palestras que se destacaram com maior importância no que se refere à atuação dos docentes na Educação Profissional e Tecnológica.....	77
Gráfico 11 - Concepção de formação profissional e tecnológica construída pelos docentes após participarem do ciclo de palestras.....	78
Gráfico 12 - A pedagogia histórico-crítica abordada no ciclo de palestras já era conhecida como método de ensino?.....	81

Gráfico 13 - A importância da temática: formação para a cidadania discutida no ciclo de palestras para a atuação dos docentes.....	82
Gráfico 14 - Em relação à formação para a cidadania discutida no ciclo de palestras, formação que trabalha na perspectiva da emancipação social dos sujeitos, considerando a formação profissional, a escola formal já trabalha sob o viés dessa perspectiva de ensino? .....	83
Gráfico 15 - Como docente, a participação no ciclo de palestras foi um encontro que teve relevância no aprimoramento dos seus conhecimentos para a vida profissional e social? .....	84
Gráfico 16 - Acerca dos conteúdos abordados no ciclo de palestras, você pretende incorporá-los e transferi-los para a sua atuação pedagógica?.....	85
Gráfico 17 - Se sim, quais são os conteúdos que você pretende integrar à(s) disciplina(s) de atuação levando em consideração as normas do curso?.....	86
Gráfico 18 - Após participar do ciclo de palestras “Educação para ‘além do mundo do trabalho’: formando profissionais ou formando cidadãos?”, como docente, você sentiu mais interesse em trabalhar a temática cidadania em sua(s) disciplina(s) de atuação? .....	87
Gráfico 19 - De acordo com a sua prática docente, atentando aos temas discutidos no ciclo de palestras, os alunos buscam, em sala de aula, informações referentes à cidadania?.....	88
Gráfico 20 - De acordo com a sua opinião, quando a escola trabalha em uma perspectiva de educação democrática, emancipadora, através dos seus conteúdos formais, essa instituição alcança uma formação: .....	89

### **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Objetivos das Disciplinas do Núcleo Básico de acordo com as Ementas do Núcleo Básico do curso de Petróleo e Gás com base no PPC de 2019.....	50
Quadro 2 - Objetivos das Disciplinas do Núcleo Politécnico de acordo com as Ementas do Núcleo Básico do Curso de Petróleo e Gás de acordo com o PPC de 2019..	52
Quadro 3 - Objetivos das Disciplinas do Núcleo Politécnico, de acordo com as Ementas do Núcleo Básico do Curso de Petróleo e Gás, conforme o PPC de 2019.....	53

Quadro 4 - Objetivos das Disciplinas do Núcleo Politécnico, de acordo com as Ementas do Núcleo Básico do Curso de Petróleo e Gás, conforme o PPC de 2019.....	54
Quadro 5 - Objetivos das Disciplinas do Núcleo Politécnico, de acordo com as Ementas do Núcleo Básico do curso de Petróleo e Gás, conforme o PPC de 2019.....	54
Quadro 6 - Projeto Pedagógico do Curso de Petróleo e Gás.....	56
Quadro 7 - Temas abordados no ciclo de palestras.....	59
Quadro 8 - Percepção dos docentes acerca das suas práticas para a superação da fragmentação na EPT.....	63
Quadro 9 - Percepção dos docentes entrevistados acerca daquilo que seria uma formação integral para os seus alunos.....	65
Quadro 10 - Forma como os professores trabalharam o tema cidadania durante as aulas.....	70
Quadro 11 - Fatores que, na percepção dos professores entrevistados, seriam impeditivos para se trabalhar os conteúdos da Cidadania junto aos alunos.....	73
Quadro 12 - Importância dos conteúdos abordados no evento para a atuação pedagógica e profissional dos docentes com relação aos alunos na Educação Profissional e Tecnológica.....	77
Quadro 13 - Palestra “Educação para ‘além do mundo do trabalho’: formando profissionais ou formando cidadãos?”, análise da situação e da forma como os conteúdos administrados pelos docentes contemplam a concepção de Ensino Integrado e a formação para a cidadania.....	79
Quadro 14 - Como a(s) disciplina(s) de atuação colabora(m) para uma concepção de ensino no viés da formação humana, voltada para a emancipação social e para a cidadania.....	80

### **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CEFETs	Centros Federais de Educação Tecnológica
CTPG	Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Petróleo e Gás
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFF	Instituto Federal Fluminense
IFs	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

LDB Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
PROFEPT Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica  
PROEP Programa de Expansão da Educação Profissional  
PPC Projeto Pedagógico do Curso

# **A CONSTRUÇÃO DA FORMAÇÃO HUMANA PARA A EMANCIPAÇÃO SOCIAL ATRAVÉS DO EXERCÍCIO DA CIDADANIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

## **RESUMO**

Entre os principais objetivos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a formação de indivíduos para servirem o mundo da produção tem sido o maior deles. Buscando atender aos preceitos da dinâmica do mercado de trabalho, muitas vezes, a EPT acabou deslocando-se para uma formação comprometida com a reprodução do conhecimento ao mesmo tempo em que se afastava de uma educação omnilateral. O crescimento da oferta de vagas junto à EPT no Brasil nas últimas décadas trouxe-a para o centro do debate acerca da função da educação em nossa sociedade. Assim, o presente estudo analisou casuisticamente os limites e os potenciais que a formação profissional vem (ou não) contribuindo para uma formação educacional pautada no exercício da cidadania. O estudo foi realizado no âmbito do Instituto Federal Fluminense (IFF) *campus* Avançado de São João da Barra/RJ, tendo concentrado-se na experiência do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Petróleo e Gás. A abordagem metodológica deste estudo de caso foi estruturada, em um primeiro momento, a partir da análise do Projeto Pedagógico (PPC) de 2019 do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Petróleo e Gás da instituição já mencionada, documento que organiza e delimita essa formação. Cumprida a etapa planejada, foi proposta a realização de um ciclo de palestras, que destacou a trajetória da EPT no Brasil em uma perspectiva histórica, apontando a relevância da formação humana e do ensino da cidadania na prática educativa do Ensino Profissional. O evento, mesmo sendo aberto à participação de toda a comunidade acadêmica, teve como público-alvo os profissionais docentes vinculados ao Curso de Petróleo e Gás. Como forma de analisar a importância dos temas relacionados à cidadania e as suas experiências voltadas ao mercado de trabalho em que esses educadores atuam, foi aplicado o primeiro questionário para eles, enquanto o segundo questionário teve o objetivo de analisar a efetividade do ciclo de palestras junto à prática pedagógica. Cabe ressaltar que ambos os questionários foram aplicados aos docentes em momentos anteriores e posteriores à sua realização. As informações apuradas demonstram que a maioria dos docentes que participou do encontro apontaram ter sido de grande relevância para suas práticas pedagógicas, também especificando que, a partir do ciclo de palestras, suas concepções de formação profissional foram ampliadas. Como forma de registro e mesmo de possibilidade de reprodutibilidade do evento, esse foi esquematizado na forma de Produto

Educacional no formato de Relatório Descritivo, expondo, assim, seus limites e seu potencial para o aprimoramento das práticas docentes em vista da formação integral dos alunos da EPT no que tange aos processos que regulam a cidadania.

**Palavras-chave:** Educação Profissional e Tecnológica; Formação humana; Cidadania na prática educativa.

**THE CONSTRUCTION OF HUMAN EDUCATION FOR SOCIAL EMANCIPATION  
THROUGH THE EXERCISE OF CITIZENSHIP IN PROFESSIONAL AND  
TECHNOLOGICAL EDUCATION**

**ABSTRACT**

*Amongst the main objectives of Professional and Technological Education (EPT), the education of individuals to serve the world of production has been the greatest of them. Seeking to meet the precepts of labor market dynamics, the EPT often ended up shifting to training with the reproduction of knowledge even in education that at the same time deviated from an omnilateral one. The jobs opportunities growth with the EPT in Brazil in recent decades has brought it to the center of the debate about the role of education in our society. Thus, the current study analysed casuistically the limits and potentials that professional training has been (or not) offering to the educational training based on the exercise of citizenship. The study was carried out within the scope of the Instituto Federal Fluminense, Advanced campus São João da Barra/RJ, based on the experience of the Integrated Technician to High School in Oil and Gas. The methodological approach of this case was structured, at first, from the analysis of the Pedagogical Project (PPC) of 2019 of the Technical Course Integrated to High School in Oil and Gas of the aforementioned institution, a document that organizes and delimits this training. After fulfilling the planned step, it was proposed the realization of a lectures cycle, which highlighted the trajectory of EPT in Brazil in a hystorical perspective, pointing out the relevance of human education and citizenship teachings in the educational practice of Professional Education. The event, despite being open to the participation of the entire academic community, had as target audience the Teaching Professionals linked to the Oil and Gas Course. As a way of analyzing the effectiveness of this proposal with pedagogical practice, questionnaires were applied to teachers before and after the event was carried out. The information gathered shows that most of the teachers who participated in the meeting indicated that it was of great relevance to their pedagogical practices, also specifying that, from the lectures cycle, their conceptions of professional training were expanded. As a form of recording and even of possibility of reproducibility of the event, it was schematized in the form of an Educational Product, thus showing its potential for improving the limits of teaching practices*

*in view of the integral formation of EPT students regarding the processes that regulate citizenship.*

**Keywords:** *Professional Education; Human formation; Citizenship in educational practice.*

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	10
2.1 A Importância da Formação Humana para a Cidadania na Construção de Indivíduos Autônomos .....	10
2.1.1 A educação como processo disciplinador para o trabalhador .....	10
2.1.1.1 O processo educacional no Brasil Colônia.....	10
2.1.1.2 O processo educacional no Brasil Império.....	11
2.1.1.3 A República e o processo escolar.....	13
2.1.2 Educação Técnica no Brasil e o processo disciplinador para o trabalho.....	15
2.1.3 A Educação Profissional e o processo de industrialização no Brasil .....	18
2.1.4 Redemocratização, Estado Neoliberal e Educação Profissional .....	20
2.1.5 A reorganização do Sistema Federal de Ensino Técnico e a criação dos Institutos Federais.....	23
2.2 Ensino Integrado e o Dilema da Fragmentação.....	27
2.2.1 A Fragmentação do Ensino Integrado .....	27
2.2.2 Proposta de Ensino Integrado e perspectiva da formação humana para a construção da cidadania .....	29
2.2.3 Educação e Cidadania: práticas necessárias para a emancipação dos sujeitos.....	32
2.2.4 A importância do ensino da cidadania no contexto pedagógico da Educação Profissional e Tecnológica .....	36
2.2.5 Cidadania e Educação .....	38
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	41
3.1 Área de Estudo .....	41
3.2 Natureza da Pesquisa e Instrumento de Análise.....	42
3.2.1 Questionários.....	44
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	47
4.1 Pesquisa Documental: Análise do Projeto Pedagógico do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Petróleo e Gás .....	47
4.1.1 Introdução do documento.....	48
4.1.2 Ementa curricular do curso .....	50
4.1.3 Estratégias Didático-Pedagógicas para permanência e integralização .....	56
<b>5 PRODUTO EDUCACIONAL E SUA APLICABILIDADE</b> .....	58
5.1 Percepção dos Docentes acerca dos Limites e das Potencialidades do Ensino da EPT de Forma Integral .....	60
5.1.1 Sujeitos da pesquisa .....	60

5.2 Cidadania e Fragmentação Curricular: Um dos maiores dilemas da EPT .....	67
5.3 Percepção dos docentes em relação à efetividade do aprendizado sobre os conteúdos da cidadania .....	72
5.4 Aplicação do segundo questionário da pesquisa: possíveis impactos do ciclo de palestras .....	74
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>90</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>95</b>
<b>APÊNDICE A</b> – Termo de consentimento livre e esclarecido.....	<b>99</b>
<b>APÊNDICE B</b> – Questionário 1 .....	<b>101</b>
<b>APÊNDICE C</b> – Questionário 2.....	<b>106</b>
<b>APÊNDICE D</b> – Relatório do Produto Educacional .....	<b>111</b>
<b>ANEXO A</b> – Comprovante de envio do projeto .....	<b>127</b>
<b>ANEXO B</b> – Parecer consubstanciado do CEP - parcial .....	<b>128</b>
<b>ANEXO C</b> – Parecer consubstanciado do CEP - final .....	<b>131</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A história da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) brasileira em muito se confunde com a história da industrialização brasileira, tendo a sua gênese em um processo bastante segmentado e sempre subordinado aos interesses dos setores dirigentes que buscavam o crescimento econômico a todo custo. Assim, ao longo do seu desenvolvimento, ficou evidente o papel subalterno que a EPT teve aos interesses dos setores industriais, atendendo sobretudo às demandas por mão de obra minimamente qualificada e à consolidação de um exército de reserva.

Nesse sentido, o importante papel que a EPT poderia ter tido na formação educacional da classe trabalhadora foi secundarizado em prol dos interesses dos setores agrário-capitalistas, que buscavam extrair taxas cada vez maiores de mais-valia ao custo da alienação da classe trabalhadora. Oliveira (2003) adverte que, quando o processo de industrialização acontece de forma tardia, tende a requerer uma divisão social do trabalho em que os serviços crescem horizontalmente, na base da força do trabalho. Nesse contexto, as indústrias, não podendo quebrar a função técnica de produção, utilizam mão de obra semiquificada e não qualificada em proporções semelhantes, servindo como um imenso exército de reserva para a acumulação.

Segundo Kuenzer e Grabowsk (2016), Gramsci analisou que todas as sociedades estabeleceram projetos pedagógicos direcionados a atender às demandas sociais e técnicas em momentos históricos do desenvolvimento de suas forças produtivas. Os objetivos do desenvolvimento dessas visavam à produção e à reprodução dos instrumentos de dominação de classe através da escola. Desse modo, os projetos pedagógicos de cunho classista orientam todo o processo educacional, permitindo que os ambientes escolares, de forma intencional e sistematizada, transformem-se em espaços de permanente disputa tanto pelo campo material quanto pelo ideológico.

Nesse sentido, é importante ressaltar o contexto sócio-histórico da EPT no Brasil, o que nos leva ao seu marco inicial: em 1809, através da criação do Colégio das Fábricas no Rio de Janeiro, com a finalidade de atender à educação dos artistas e aprendizes. A instalação dessa instituição escolar foi possível naquele momento pela transferência da corte portuguesa para o país, o que tornou necessário atender à demanda educacional dos artistas, artesãos e aprendizes portugueses que vieram com a corte para o Brasil (GARCIA, 2000).

Além das mudanças no setor da EPT, a vinda da família real e da corte portuguesa para o Brasil trouxe uma série de mudanças sociais e políticas na sociedade brasileira, o que ajudou a dinamizar a economia local com a abertura comercial às nações amigas e a permissão de abertura de fábricas e manufaturas no território colonial.

Após a origem da educação profissional em 1809, algumas instituições destinadas aos ofícios foram criadas, como a Escola de Belas Artes, o Instituto Comercial no Rio de Janeiro, as Dez Casas de Educandos e Artífices em 1940 e os estabelecimentos, criados em 1854, que ensinavam as primeiras letras para menores abandonados e desvalidos. Portanto, no Brasil, a EPT teve a sua origem atrelada a uma perspectiva assistencialista, considerando o amparo aos que careciam de acolhimento. Além disso, a educação era tratada como um ato civilizatório naquele momento: pensava-se que os indivíduos desajustados socialmente seriam sociabilizados através do trabalho a partir do lugar ocupado na rígida estrutura social do Brasil Imperial (RAMOS, 2014).

Segundo Ramos (2014), com a instauração da República, algumas mudanças foram operacionalizadas na educação para o trabalho. Mesmo assim, entre o final do século XIX e o início do século XX, a essência da EPT continuou igual: representava um processo civilizador para os carentes e desajustados socialmente.

Contudo, na primeira década do século XX, a organização da EPT ganhou um formato de política pública institucionalizada a partir do Governo Central com a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices criadas pelo presidente Nilo Peçanha (RAMOS, 2014).

Embora tenha sido um marco nas políticas educacionais, mesmo com a criação dessas escolas, o público direcionado a elas continuava a ser composto de meninos pobres e desvalidos, o que demonstrava pouca afeição das elites brasileiras pelo trabalho manual (RAMOS, 2014). De todo modo, é importante frisar que o início do século XX também destaca os primeiros passos do processo de industrialização brasileira, o que fez com que a pressão pela qualificação de mão de obra em alguns setores da economia brasileira se evidenciasse presente.

Durante esse período, houve uma reorganização do sistema educacional no Brasil, pela qual foram distribuídas responsabilidades sobre a gestão e a implantação dos diferentes níveis relacionados à educação. Segundo Ramos (2014), a partir de 1934, o Governo Federal comprometeu-se com o ensino secundário, cabendo, então, aos estados e municípios a oferta de vagas nos níveis escolares mais elementares.

Com a chegada da década de 1930, houve uma crescente demanda por mão de obra em decorrência do surto industrial brasileiro, que tornou o processo de urbanização da população irreversível no país. Aliado a esse contexto, houve também o crescimento da procura por oferta de EPT para suprir as carências do setor em questão (RAMOS, 2014).

Segundo Ramos (2014), foi a partir do surto de industrialização que o predomínio do dualismo voltado para a diferenciação do trabalho manual para o trabalho intelectual ficou ainda mais evidente. Esse dualismo hierarquiza as categorias dos trabalhadores através do esforço físico despendido na realização de tarefas consideradas simples e repetitivas em oposição ao esforço intelectual que é a

demanda de saberes e conhecimentos abstratos. O dualismo ainda se reflete na remuneração, visto que aqueles que desempenham tarefas conforme destacado anteriormente receberão os piores salários.

Nessa perspectiva, em que o dualismo transforma-se em um dos eixos centrais da educação brasileira, Araújo e Frigotto (2015) afirmam que a organização curricular da educação escolar no Brasil tem suas formas marcadas por concepções instrumentais que promovem sujeitos conformados tanto politicamente quanto pedagogicamente. Essa concepção é fundamental para a pedagogia das competências, inspirada na filosofia pragmática, a qual caracteriza a definição e a organização dos conteúdos formativos a partir da utilidade prática. Desse modo, os saberes do currículo são voltados para as habilidades e as atitudes promotoras de capacidades específicas exigidas pelo mercado.

Esse cenário coloca-se como um desafio para a formação profissional, visto que há um efetivo afastamento desse tipo de educação de um ensino compactuado com um viés humanístico, o qual tenha o exercício pleno da cidadania como elemento norteador. Assim, há um progressivo distanciamento da realidade dos indivíduos e seu contexto sócio-histórico, o que, em diversas oportunidades, não permite aos trabalhadores terem efetiva compreensão da vida ao redor e do seu potencial de transformação.

Araújo e Frigotto (2015) apontam, ainda, para a necessidade de profundas mudanças na formação para o trabalho. O resultado dessa reflexão foi a proposta de Ensino Médio Integrado. De acordo com os autores, essa forma de compreender o Ensino Integrado exige uma crítica às perspectivas reducionistas educativas que se comprometem em desenvolver algumas atividades humanas em detrimento de outras, reservando aos estudantes de origem trabalhadora o desenvolvimento de suas capacidades cognitivas básicas e instrumentais, em substituição de sua força criativa e de sua autonomia tanto intelectual quanto política.

A partir desse contexto, a presente pesquisa buscou analisar como o Ensino Integrado vem contribuindo para a formação emancipadora em vista de promover aos alunos o autorreconhecimento como indivíduos/cidadãos dotados de direitos. Assim, parte-se do pressuposto de que o reconhecimento da realidade perpassa pela compreensão crítica das vivências, da participação ativa e da atuação autônoma na realidade tanto social quanto cultural de cada um, tendo a formação profissional como elemento básico desse processo.

Desse modo, a primeira parte desta pesquisa buscou apresentar um conjunto de informações teóricas para discutir o tema proposto. Assim, leva-se em consideração o percurso histórico da educação pública brasileira com o foco nos processos responsáveis pela efetivação da EPT, explorando sobretudo a dualidade presente em seus processos formativos.

Na segunda parte, ainda em uma perspectiva teórica, teve-se o objetivo de apresentar, considerando a EPT, os elementos e as práticas reducionistas de ensino que contribuíram para a

formação fragmentada dos sujeitos para o trabalho. De forma complementar, foram abordadas as concepções do Ensino Integrado como proposta para a condução da formação humana, apontando também a pedagogia histórico-crítica como possibilidade de intervenção para a emancipação dos sujeitos.

A pesquisa foi realizada no âmbito do Instituto Federal Fluminense (IFF) *campus* Avançado de São João da Barra/RJ, seu estudo foi dirigido ao Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Petróleo e Gás. O enfoque metodológico deste estudo de caso foi organizado, em um primeiro momento, a partir da análise do Projeto Pedagógico (PPC) de 2019 do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Petróleo e Gás, documento que organiza e delimita essa formação. Objetivo da análise documental foi agrupar informações importantes para compreender de que forma o PPC do curso pesquisado aborda a formação cidadã, para assim compreender como esta formação contempla, desde seu planejamento formativo pelos eixos até a concepção de ensino, a formação para a emancipação social.

Aplicou-se dois questionários que fizeram parte da análise do presente estudo. O objetivo do primeiro questionário foi analisar a importância dada pelos docentes aos temas relacionados à cidadania, verificando, ainda, a experiência profissional de cada professor de acordo com os componentes curriculares ministrados. O segundo questionário teve o objetivo de avaliar a opinião dos professores referente ao ciclo de palestras, evento que se tornou o produto educacional desta dissertação.

Por fim, foi realizado um ciclo de palestras dirigido aos docentes do curso de Petróleo e Gás, mas aberto à participação de toda a comunidade acadêmica pelo formato *online*, que contou com a participação de alguns convidados para discutirem os temas propostos pelo evento. Foi abordado no debate a trajetória da EPT no Brasil em uma perspectiva histórica, apontando a relevância da formação humana e do ensino da cidadania na prática educativa do Ensino Profissional. Como forma de registro do evento, esse foi esquematizado por meio de um produto educacional em formato de relatório descritivo para o aprimoramento das práticas docentes com foco na formação integral dos alunos da EPT no que tange aos processos que regulam a cidadania.

## **JUSTIFICATIVA**

Considerando as contradições existentes entre a formação profissional, que forma indivíduos para a simples reprodução dos conhecimentos, e aquela relativa à cidadania, verifica-se, junto à EPT, um longo caminho para uma concepção formativa baseada em capacidades para além do mundo do trabalho. Esse tipo busca que os indivíduos tenham a oportunidade de se garantirem como sujeitos,

podendo atuar de forma ativa e reflexiva na realidade vivenciada por eles, além de terem acesso ao conhecimento de maneira tanto íntegra quanto democrática. Para Mészáros (2008), é importante pontuar a importância da educação formal e profissional para a vida desses sujeitos. Assim:

A educação, que poderia ser uma alavanca essencial para a mudança, tornou-se instrumento daqueles estigmas da sociedade capitalista: “fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do Sistema Capitalista, mas também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes”. Em outras palavras tornou-se uma peça do processo de acumulação de capital e de estabelecimento de um consenso que torna possível a reprodução do injusto sistema de classes. Em lugar de instrumento da emancipação humana, agora é mecanismo de perpetuação e reprodução desse sistema. (MÉSZARÓS, 2008, p. 15)

Nesse sentido, é importante verificar se a formação profissional vem estabelecendo os parâmetros necessários para a cidadania existir, ou seja, se está proporcionando aos sujeitos o reconhecimento de cada um como digno de direitos, de modo a serem capazes de desenvolver consciência crítica e formas autênticas de apreensão do mundo.

Segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), a integração do ensino seria uma das saídas para a sociedade poder superar a redução da preparação para o trabalho em seu aspecto operacional, ou seja, algo simplificado e livre dos conhecimentos tanto de base científica-tecnológica quanto da sua apropriação histórico-social. Tendo em vista, pois, a necessidade de uma formação humana e completa para a cidadania, o presente estudo parte do Ensino Integrado como uma proposta educativa que afirma a importância dessa educação humanística para a emancipação dos sujeitos. Além da temática pesquisada partir de uma indagação frente à educação profissional, há também um interesse e uma motivação subjetiva da pesquisadora para iniciar o estudo de um questionamento buscando chegar às variáveis predominantes relacionadas a esse.

Esse questionamento subjetivo parte das leituras referentes à educação profissional realizadas pela pesquisadora, nas quais os clássicos apresentam essa modalidade de ensino sempre aliada ao mundo do trabalho ao mesmo tempo em que discutem a importância da educação profissional e tecnológica ir além da formação voltada para a produção.

Por fim, sabendo que toda a proposta de ensino precisa estar vinculada a um propósito e a um norte de ação pedagógica, a pedagogia histórico-crítica será apontada na presente pesquisa com essas finalidades. Segundo Saviani (2011), o seu ponto de partida metodológico é a prática social. Assim, de acordo com essa orientação, os educandos permanecem na condição de agentes da prática pela mediação da educação, o que os tornam mais conscientes e coerentes em relação ao objetivo de transformação social.

A escolha do Curso Técnico em Petróleo e Gás (CTPG) ofertado no IFF *campus* Avançado de São João da Barra deu-se pois o curso está profundamente ligado à questão da demanda de qualificação profissional no município. Assim, de acordo com o Projeto Pedagógico (PPC) do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Petróleo e Gás de 2019, a região sinalizou interesse em implantar, em 2009, uma unidade de ensino sob a responsabilidade da Rede Federal em seu território.

São João da Barra é um município localizado no interior do Norte Fluminense do Rio de Janeiro. Até 1970, a atividade econômica predominante na região foi a agroindústria açucareira. Posteriormente, surgiram outras formas de produção econômica, como a indústria de bebidas, alimentos e serviços relacionados ao turismo (DEODATO; SANTOS; TRAMONT, 2019).

Deodato, Santos e Tramont (2019) afirmam que, com o passar dos tempos, dois movimentos reconfiguraram o projeto de desenvolvimento do município de São João da Barra: o primeiro está articulado à descoberta do Petróleo na Bacia de Campos em 1970, trazendo o real recebimento de royalties para a cidade; o segundo está voltado ao projeto de implantação do complexo Portuário do Açú. Além de sediar as instalações desse local, o município é parte dos localizados na Bacia de Campos, que recebe recursos oriundos do petróleo (PEREIRA, 2018).

Segundo o PPC de 2019 do CTPG, o principal motivo para a implantação do curso na unidade foi o crescimento, tanto econômico quanto social, esperado pelo investimento na construção do Complexo Portuário do Açú e pelos resultados alcançados com a formação profissional — além de tecnológica — disponibilizada pelo Instituto Federal Fluminense de São João da Barra. Nesse contexto, o Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Petróleo e Gás foi pensado como um curso efetivamente integrado, capaz de formar indivíduos dotados de capacidade para serem cidadãos que reflitam e questionem sobre assuntos relacionados às suas realidades, ao trabalho e aos direitos do trabalho, ao desenvolvimento econômico e social, bem como às variáveis negativas desse desenvolvimento, que podem ter vínculo com o meio ambiente, a invasão da cultura local, a exploração do trabalho e as intenções do sistema.

Logo, o Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Petróleo e Gás foi instituído como possibilidade do Eixo Tecnológico de Produção Industrial e possui estes pressupostos básicos: a operação, o controle, a coordenação e os monitoramentos de máquinas, além de equipamentos.

Cabe ressaltar que a pesquisa proposta apurou informações obtidas através de instrumentos de coleta de dados, prioritariamente qualitativos, tendo em vista técnicas de estudo envolvendo a aplicação de questionários. Ademais, o universo amostral deste trabalho foi constituído por docentes diretamente vinculados ao CTPG do IFF do *campus* já mencionado.

Desse modo, esta pesquisa buscou ressaltar a discussão da formação profissional para além do mundo do trabalho, considerando a importância da formação humana para o exercício da cidadania.

Para tanto, entende-se que essa ação só é possível através da compreensão crítica e do desenvolvimento da consciência, da autonomia e do reconhecimento do sujeito de sua realidade tanto social quanto política.

## **OBJETIVOS**

Como parte da delimitação do objeto deste estudo, a construção de objetivos que contribuam para o seu norteamento é de suma importância, pois concentra os esforços e facilita a condução da pesquisa tanto junto à temática quanto aos sujeitos investigados. Nesse sentido, as seguintes intenções podem ser citadas:

### **OBJETIVO GERAL**

- Analisar, a partir da experiência da EPT, se a educação integrada ao Ensino Médio tem contribuído ou não para a formação de alunos capazes de se instrumentalizar com os parâmetros que cercam o exercício da cidadania.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Verificar, através dos docentes, se os alunos do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Petróleo e Gás do Instituto Federal Fluminense *campus* Avançado São João da Barra se reconhecem como sujeitos de direitos. Isto é, no sentido de compreenderem, por meio do desenvolvimento da consciência cidadã, a dinâmica da realidade que os cercam com senso crítico.
- Avaliar se o PPC de 2019 do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Petróleo e Gás do IFF *campus* Avançado de São João da Barra foi organizado de maneira a proporcionar uma formação humana para a cidadania.
- Identificar, a partir da experiência dos docentes do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Petróleo e Gás do IFF *campus* Avançado de São João da Barra, as principais estratégias para a formação para a cidadania.
- Identificar eventuais lacunas entre a prescrição teórica e a prática docente junto ao Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Petróleo e Gás do IFF *campus* Avançado de São João da Barra que possam travar a formação para a cidadania.

- Elaborar estratégias pedagógicas com o intuito de contribuir para a formação dos professores no que tange aos processos de exercício pleno da cidadania. Esse objetivo fez parte do produto educacional desta pesquisa: o ciclo de palestras.

## **QUESTÃO DE PESQUISA**

A proposta de investigação deste estudo se concentra em um campo fortemente tensionado tanto pela tradição educacional da EPT brasileira, considerando as práticas fragmentadas que se encontram enraizadas em seu processo histórico, quanto pelos objetivos propostos a partir da criação dos Institutos Federais de Ensino, os quais priorizam uma formação integrada no âmbito do arcabouço legal. Assim, a partir das intenções de pesquisa mencionadas, este estudo se propôs a responder a seguinte questão: “Em que medida o processo educacional baseado na EPT vem sendo instituído como um elemento para a formação crítica dos alunos no sentido do conhecimento e do exercício pleno dos direitos da cidadania?”.

## **PRODUTO EDUCACIONAL**

Como parte do trabalho final do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do IFF *campus* Campos Centro, este estudo culminou em um Produto Educacional voltado para o aperfeiçoamento das práticas junto à EPT. Desse modo, colocou-se aqui o desafio de desenvolver um ciclo de palestras para os docentes do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Petróleo e Gás do IFF *campus* Avançado de São João da Barra, evento destinado aos docentes como formação continuada. A proposta teve o objetivo de apresentar brevemente o trajeto da educação para o trabalho em seu percurso histórico, trazendo à tona a discussão da necessidade da formação profissional ser pensada em todo seu trajeto histórico para servir aos meios de produção e ser frequentada pelas camadas populares.

A partir da discussão do processo histórico da educação profissional, foi apresentada aos docentes a importância da formação humana pelo viés do ensino da cidadania. Isto é, considerando a emancipação social dos sujeitos na perspectiva educacional em análise sob a proposta de Ensino Médio Integrado. Dada a relevância da formação humana pela lógica dessa perspectiva de ensino, também foi exposta aos professores a pedagogia histórico-crítica, classificada tal qual uma proposta que conduz o desenvolvimento social de cada indivíduo.

O presente produto foi materializado primeiramente em um projeto, que contou a descrição do que iria ocorrer neste ciclo de palestras. Após as atividades do evento, também foi desenvolvido um

relatório para relatar tudo o que ocorreu. Cabe salientar que o produto foi realizado de forma remota através de um link disponibilizado aos envolvidos na pesquisa por ter sido aplicado diante de uma realidade particular da sociedade: a pandemia provocada pela covid-19.

Como a presente pesquisa foi desenvolvida diante de um contexto pandêmico, alguns desafios surgiram no decorrer do processo de análise, organização e aplicação da proposta para o estudo em questão.

No princípio, este trabalho foi pensado para ser aplicado aos discentes do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Petróleo e Gás do IFF *campus* Avançado São João da Barra. No entanto, a realidade que predominava no período da execução do cronograma dificultou o acesso, a comunicação e a interação com os alunos envolvidos, de forma que a temática da pesquisa permaneceu a mesma, mas seu público-alvo precisou ser alterado.

Nesse sentido, a pesquisa passou a ser dirigida aos docentes por se tratar de um grupo menor e com melhor acessibilidade diante do contexto pandêmico. Outro fator importante a ser destacado com relação a esse assunto é que a aplicação do produto educacional também ocorreu de forma remota, algo que impediu uma maior interação com os participantes.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 A Importância da Formação Humana para a Cidadania na Construção de Indivíduos Autônomos**

#### **2.1.1 A educação como processo disciplinador para o trabalhador**

##### **2.1.1.1 O processo educacional no Brasil Colônia**

Os fins e objetivos da educação profissional brasileira estão diretamente vinculados ao seu percurso histórico, que permitiu, em seu desenvolvimento, a criação e o estabelecimento de uma série de desigualdades que se refletem até a atualidade. Nesse sentido, cabe salientar que a educação formal no Brasil teve seu princípio atrelado à Companhia de Jesus, a qual visava principalmente à catequização dos povos indígenas e à instrução básica dos filhos dos colonizadores, determinando uma diferenciação no processo educacional de acordo com as aspirações de cada grupo (ARANHA, 2006).

Contudo, o que se consolidou como forma e conteúdo educacional no Brasil remete-se a uma tradição longínqua que marcou o sistema educativo de toda a Idade Média na Europa. Segundo Saviani (2008), antes mesmo da educação jesuítica no Brasil Colônia, a própria concepção de escola já englobava uma perspectiva dual. Isto é, sendo que as instituições escolares tiveram a sua origem na Grécia, onde existia uma clara divisão entre a formação ética, filosófica e política, a qual era dirigida à educação dos homens livres na Paideia em oposição ao processo de ensino-aprendizagem intelectualizado oferecido aos escravos, em que o princípio educador era voltado para o trabalho. Durante a Idade Média, dentro da estrutura social do mundo feudal, surgiu um novo tipo de escola, que se distinguiu da Paideia pelo predomínio do ensino e da transmissão do conhecimento a partir do rígido controle da igreja católica.

Segundo Romanelli (1986), a educação era dirigida pela Companhia de Jesus no período colonial. Nessa época, apenas aos filhos homens dos donos de terra e senhores de engenho cabia o direito à educação e mesmo assim de forma restrita, pois tanto as mulheres quanto seus primogênitos eram excluídos, ficando na direção futura dos negócios paternos. Dessa forma, o processo de ensino-aprendizagem escolarizado, de acordo com a autora, era destinado a um limitado grupo de pessoas pertencentes à classe dominante, o qual, além da restrição ao acesso, tinha também com relação ao conteúdo cultural, que abordava a materialização da Contrarreforma e posicionava-se contra a formação do desenvolvimento crítico.

A primeira instituição escolar em território brasileiro foi fundada em Salvador em 1549 pelos jesuítas; o estabelecimento perdurou até 1759, cumprindo a função dos ensinamentos ligados à leitura e à escrita mesclados com a transmissão da moral e da fé católica. Assim, cabe ressaltar que, apesar das primeiras escolas reunirem os filhos dos índios e dos colonos, a tendência da educação proporcionada pelos jesuítas era separar os “catequisados” e os “instruídos”. Nesse sentido, pode-se entender que o objetivo desse processo direcionado aos índios era pacificá-los e torná-los dóceis para o trabalho. Para os filhos dos colonos, porém, o ensino poderia ir além do ler, do escrever e da escola elementar (ARANHA, 2006).

Para Aranha (2006), o modelo de educação dos jesuítas manteve a escola conservadora. Esse tipo de instituição interessava apenas a poucos elementos da classe dos dirigentes, pois era dogmática e afastada dos interesses tanto materiais quanto utilitários. Com o tempo, o processo de ensino-aprendizagem passou a atender a um novo grupo: ao da pequena burguesia urbana, que desejava ascender socialmente.

De acordo com Romanelli (1986), a educação passou a servir como fator de distinção quando os elementos médios da sociedade procuraram o sistema de ensino, pois não representava apenas um mecanismo eficiente de ascensão social para esses setores até mesmo por desempenhar funções novas a partir dele. O que motivava a procura, contudo, era ostentar e obter prestígio social.

Nesse sentido, a educação no Brasil passou a significar um *status* social durante o século XVIII. Já haviam iniciado os debates sobre a laicidade do ensino e a responsabilidade do Estado em promovê-la. Assim, essa começou a figurar como um componente político por ser reconhecida como um processo de transmissão da cultura e da formação da cidadania. Dessa maneira, as propostas educacionais do século XIX reafirmaram a necessidade da escola pública, leiga, gratuita e obrigatória no século XX, uma exigência que se torna mais presente devido ao crescimento da indústria e da explosão demográfica (ARANHA, 2006).

#### 2.1.1.2 O processo educacional no Brasil Império

Mesmo com os primeiros indícios da necessidade de se assegurar uma política pública educacional, não foram vislumbradas importantes mudanças entre o período colonial e o Brasil Império. O curto espaço de tempo em que a corte portuguesa se fixou nas terras brasileiras não promoveu nenhuma significativa mudança no setor educacional; apenas com a independência é que a educação passou a ser vista como um processo capaz de assegurar relevantes alterações na base econômica do país.

Segundo Ferreira Júnior (2010), o fim do pacto colonial, modelo econômico vigente, modificou-se com a independência do Brasil principalmente em razão de investimentos no setor industrial e da expansão do comércio. Contudo, apenas em 1827 que foi instituída a criação das escolas primárias responsáveis por atender a uma ínfima parte das cidades brasileiras, deixando a maior parte da população do país descoberta por essa política pública. Isto é, pois o Brasil ainda era um país predominantemente rural. Entretanto, entre os níveis educacionais mais elevados, o elitismo educacional no território permaneceu intacto, reiterando o sistema excludente que vigorou durante todo o período colonial (FERREIRA JÚNIOR, 2010).

Conforme Romanelli (1986), o quadro do ensino no Brasil não passou por uma substancial alteração com a independência política. O autor registra que apenas em 1834 foram delegadas às províncias o direito de regulamentar e promover a educação tanto primária quanto secundária. A falta de recursos impossibilitou a criação de uma rede organizada de escolas, de modo que o ensino secundário acabou nas mãos da iniciativa privada e o primário com pouquíssimas instituições de oferta. Romanelli (1986) ainda afirma que esse período foi marcado pelo predomínio de poucos colégios primários.

Além disso, a educação popular estava abandonada e o nível de ensino hoje equivalente ao Médio era totalmente propedêutico, a ponto de a educação ser minimizada, transformando-se em mera ilustração para o exercício de funções nas quais a retórica era mais importante que a própria criatividade.

Para Aranha (2006), o processo de exclusão educacional fica evidente quando analisado em conjunto com os dados oficiais daquele período: segundo a autora, em 1867 apenas 10% da população em idade escolar estava matriculada em alguma instituição. A baixa adesão às escolas representou também uma grande desigualdade de acesso à educação, pois as elites educavam seus filhos em casa através da contratação de tutores que ofereciam instrução para além do ler, escrever e fazer contas.

Nesse sentido, além da educação desde o início ser ofertada de forma distinta, dependendo do grupo social a que se destinava, o processo educacional não era visto como prioridade, de modo que esses fatores já evidenciavam o percurso desigual na trajetória do processo educacional oferecido. Segundo Saviani (2008), a disparidade no processo histórico de consolidação da educação brasileira deixou evidente que as instituições escolares, ao longo de quase quatro séculos, não atenderam às necessidades da população brasileira, pois eram poucas que conseguiam esse feito ainda voltado para uma parcela bastante restrita.

### 2.1.1.3 A República e o processo escolar

O quadro de restrição do acesso à educação se manteve estável até a década de 1930, quando houve um grande incremento no acesso às escolas de formação básica. Esse crescimento na oferta de escolarização teve um forte impacto no ensino primário e secundário, fazendo com que as vagas alcançassem níveis jamais registrados anteriormente. Desse modo, entre 1936 a 1951, o número de instituições voltadas para o ensino primário dobrou e o relativo às secundárias quadruplicou. Cabe salientar que, apesar da expansão, o acesso não era homogêneo, pois havia uma concentração nos grandes centros e nas áreas urbanas (ARANHA, 2006).

O contexto histórico da educação nacional passou por uma demanda constante no que diz respeito à sua oferta, a qual se tornou restrita ao se transformar em monopólio dos jesuítas ainda no Brasil colônia. Nesse cenário, surgiram algumas contestações para tornar esse processo igualitário e um movimento de discussão que tanto perpassou quanto culminou em várias reformas educacionais.

Um dos movimentos é o renovador. De acordo com Romanelli (1986), em 1924, esse reuniu um grupo de educadores brasileiros com ideias renovadoras referentes ao ensino para criar a Associação Brasileira de Educação, organização que buscava reivindicações e pretendia sensibilizar tanto o poder público quanto a classe dos educadores com relação aos problemas mais emergentes da educação nacional.

Foram nessas circunstâncias que surgiu o movimento renovador. Tratou-se, pois, do começo de uma luta ideológica que iria terminar no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nacional em 1932 e posteriormente nas lutas em torno do Projeto de Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Esse movimento tinha como característica a fragmentação do pensamento pedagógico: a princípio, em uma dualidade de correntes; depois, em uma pluralidade de confusão de doutrinas que se encobriram sob a Escola Nova (ROMANELLI, 1986).

Assim, Romanelli (1986) continua apresentando as principais reformas que aconteceram na educação nacional: a primeira foi a de Francisco Campos, que se efetivou através de uma série de decretos, além de ter desenvolvido uma estrutura orgânica voltada tanto para o ensino secundário comercial quanto para o superior. Segundo a autora, tratou-se de uma mudança que atingiu profundamente o âmbito educacional.

Romanelli (1986) também destaca a reforma do Ensino Superior: embora já existisse desde 1808, sua primeira organização aconteceu em 1920 com a criação da Universidade do Rio de Janeiro. Quanto ao ensino secundário, sua modificação foi proposta em 1931 e consolidada em 1932. Essa modalidade tinha o intuito de alcançar a matrícula do próximo nível acadêmico, porém se lutava por um secundário que aproximasse a formação do homem de grandes setores da atividade nacional, bem

como construísse atitudes e comportamentos para viver para si através da formação de hábitos. O ensino secundário, então, passou de uma formação preparatória para uma superior após a reforma.

Na Reforma Francisco Campos, o currículo passou a ser seriado e a frequência, obrigatória. Também se pôde observar a presença de dois ciclos, o fundamental e o complementar, além da exigência de preparação no secundário. Isto é, ao invés dos estudos “preparatórios” para o ingresso no superior.

Foi por meio da Reforma do Ensino Comercial que o nível médio e o superior passaram a ser organizados. Dentre as principais mudanças desse movimento, está a autonomia doutrinária concedida aos professores.

Em 1931, também foi criado o Conselho Nacional de Educação, cujas atribuições se resumiam em formar as diretrizes gerais para o ensino primário, secundário, técnico e superior atendendo aos interesses da civilização e da cultura do país (ROMANELLI, 1986).

Além disso, Romanelli (1986) apresenta o “Manifesto dos Pioneiros”, movimento que compreendeu como havia chegado a hora de o Estado assumir o controle da educação, a qual deveria ser gratuita e obrigatória. Ficou evidente a necessidade de uma nova ordem econômica em implantação, uma vez que a elite pagava por seu processo de ensino-aprendizagem e a igreja exercia um quase monopólio nesse sentido.

A campanha em torno da escola pública tinha como principal objetivo o direito de todos à educação, porém os reformadores entendiam que esse só poderia ser garantido na sociedade se o Estado oferecesse o mínimo compatível com o nível de desenvolvimento alcançado. Dessa forma, o manifesto se tornou um documento representativo do auge da luta ideológica em 1932 e da ideologia dos renovadores; tornou-se símbolo tanto de uma tomada de consciência quanto de um compromisso com a construção e a aplicação de um programa de reconstrução educacional de âmbito nacional. Isto é, no sentido de assegurar o acesso à escola para todos, tocando no aspecto político da educação e reivindicando a sua laicidade, gratuidade e obrigatoriedade.

Aí está o significado da criação e da manutenção do sistema paralelo do ensino, ao lado de um sistema oficial. A manutenção desse dualismo, ao mesmo tempo que era fruto de uma contingência, decorria da necessidade de a sociedade controlar a expansão do ensino das elites, limitando o acesso das camadas médias e altas e criando o “derivativo” para conter a ascensão das camadas populares, que fatalmente procurariam as escolas do “sistema” se estas lhes fossem acessíveis. (ROMANELLI, 1986, p. 169)

Ainda no contexto histórico da educação formal nacional, Romanelli (1986) destaca que o dualismo educacional foi um dos fatores dominantes nesse cenário, salientando que corresponde às

camadas sociais em face da oferta de ensino, em que as classes médias e superiores procuravam no secundário e no superior um meio tanto de adquirir quanto de acrescentar status. Enquanto isso, as categorias populares passaram a procurar mais as escolas primárias e as profissionais.

Cabe ressaltar que o século XX foi marcado por certa instabilidade e uma sucessão de golpes políticos, pelos quais as elites buscavam acomodar o tecido sociopolítico brasileiro aos seus interesses, mantendo extrema desigualdade sobretudo no acesso à educação como um elemento hierarquizador e segregador da nossa sociedade.

Para Rossi, Rodrigues e Neves (2009), é importante registrar que, em 1970, somente 34,4% das crianças frequentavam a primeira série; do total, 43,3% eram da zona urbana e apenas 25% da área rural. Assim, segundo os autores mencionados, as baixas taxas de escolarização podem ser explicadas pelas ofertas limitadas de vagas nas regiões em que a maior parte dos jovens em idade escolar residiam.

É importante ressaltar que o Brasil, apesar de ter se urbanizado rapidamente e a população desse setor ter superado a rural na década de 1960, não conseguia estabelecer uma estrutura educacional que acompanhasse as mudanças do perfil populacional. Assim, os jovens pobres não eram atendidos como se esperava.

Contudo, alguns passos importantes foram dados no sentido de ampliar o número de vagas nos níveis elementares de educação. Segundo Cunha (2000) *apud* Rossi, Rodrigues e Neves (2009), foi apenas a partir de 1975 que o Estado estabeleceu o dever de garantir a escola obrigatória e gratuita para toda a população a contar dos sete anos de idade, pois anteriormente esses fatores estavam direcionados apenas para o curso primário. Esse realinhamento da política pública, mesmo em um período autoritário, representou um expressivo ganho de matrículas com a ampliação do sistema de ensino. No entanto, mesmo essa intervenção legal acabou não garantindo a universalização do sistema escolar.

### **2.1.2 Educação Técnica no Brasil e o processo disciplinador para o trabalho**

Manfredi (2016) apresenta a organização da aprendizagem para o trabalho no Brasil afirmando que a chegada dos portugueses ao país foi o evento que inaugurou tanto a prática do trabalho quanto a prática educativa de maneira disciplinadora. A autora parte do pressuposto de que as atividades cotidianas impostas às populações indígenas escravizadas através do trabalho representaram o elemento inicial da socialização da massa trabalhadora brasileira.

Com os adultos, essas experiências aconteciam através da observação e da participação direta nas atividades que envolviam pesca, plantio e confecções de objetos. Assim, a base da economia brasileira foi a agroindústria açucareira durante os primeiros séculos de colonização. Além disso, cabe

destacar que o sistema predominante na organização do trabalho era o escravocrata, o qual incluía os índios e os negros trazidos da África. Esse princípio é norteador para entendermos o longo percurso da educação profissional no Brasil. Neste trabalho, abordaremos os principais fatos da construção dessa formação.

Com a expansão da agroindústria açucareira, as atividades de comércio e serviço vieram a reboque, gerando um mercado de produtos artesanais e domésticos. Nesse período, surgiu a carência do trabalho especializado de artesãos, sapateiros e ferreiros, de modo que foram criados os primeiros núcleos de formação profissional: as “escolas-oficinas”. Essas, por sua vez, eram colégios e residências dos jesuítas; tinham o intuito de formar artesãos e demais profissionais durante o período colonial (MANFREDI, 2016).

Acerca do assunto, Manfredi (2016) continua o debate afirmando que aconteceu uma desorganização no sistema educacional com a expulsão da Companhia de Jesus em 1759, fato que obrigou o Estado a montar outro aparato escolar para substituí-lo. As primeiras instituições públicas a serem fundadas foram as de Ensino Superior, que eram destinadas a formar pessoas para exercerem funções qualificadas; o primário e o secundário serviam como cursos propedêuticos, preparatórios para a universidade.

Nesse contexto, o Estado procurava desenvolver um tipo de ensino apartado do secundário e do superior com o objetivo de promover a formação da força de trabalho, porém essa deveria ser ligada à produção. É importante destacarmos que o início da educação para o âmbito em questão foi articulado de forma independente da educação formal e pensado para atender à mão de obra voltada para o desenvolvimento da produção.

Garcia (2018) afirma que, de 1840 a 1865, alguns dos governos provinciais criaram as casas de educandos artífices adotando um tipo de educação voltada para o âmbito militar e destacando os padrões tanto de autoridade quanto de disciplina. Assim, os jovens abandonados eram encaminhados para esses locais.

Em 1892, nos primeiros anos da República, foi instituído o Decreto nº 722, que transformou o Asilo de Meninos Desvalidos no Instituto de Educação Profissional. A finalidade dessa escola era formar operários através de ensino prático e de conhecimento técnico, ambos necessários aos menores que pretendessem aprender uma profissão em oficinas de trabalho manual ou mecânico, as quais funcionavam atreladas às especificidades das indústrias locais (CUNHA, 2000).

Segundo Manfredi (2016), nas casas de educandos artífices, fundadas pelos governos provinciais, as crianças e os jovens em estado de mendicância recebiam instruções primárias no âmbito da leitura, da escrita, do desenho, da álgebra, entre outros, além dos ofícios. Fora esses espaços,

nasceram também os liceus de artes e ofícios, que funcionavam como escolas de difusão do ensino primário, o qual era bastante restrito na época.

Durante o Império, tanto as práticas educativas promovidas pelo Estado quanto as da iniciativa privada pareciam refletir duas concepções distintas, mas complementares: uma de natureza assistencialista e compensatória, destinada aos pobres e desafortunados, de modo que, mediante o trabalho, pudessem tornar digna a pobreza; a outra dizia respeito à educação como um veículo de formação para o trabalho artesanal, considerado qualificado, socialmente útil e também legitimador da dignidade da pobreza. (MANFREDI, 2016, p. 57)

O limiar do século XX trouxe uma série de novidades para a educação profissional brasileira, entre as quais se destaca o esforço público em organizar o aparato assistencialista de atendimento aos menores abandonados e órfãos, que possui a finalidade de treinar os operários para o exercício profissional. Esse período foi marcado pela institucionalização das Escolas de Profissionais de Artífices, as quais foram destinadas tanto aos pobres quanto aos humildes e idealizadas por Nilo Pessanha. Embora o ensino de ofícios para essa população tenha se iniciado no Brasil colônia, sobretudo no atendimento das crianças órfãs, esse processo educacional ganhou contornos de política pública estruturada apenas no início do século XX.

Segundo Kuenzer (2000), as Escolas de Artes e Ofícios foram instituídas em 1909 em algumas unidades da federação brasileira, porém essas ainda não possuíam o objetivo de atender às demandas do ramo industrial principalmente por ainda não serem uma atividade com expressiva participação na economia nacional. Contudo, essas unidades educacionais mantiveram o seu caráter assistencialista e aprofundaram a sua finalidade moral, o que acabou resultando em uma forte repressão aos alunos.

A política das Escolas de Artífices ostentava o lema “Educar pelo Trabalho”. Contudo, o trabalho em questão era direcionado para os órfãos, os pobres e os desvalidos da sorte, produzindo espaços escolares totalizadores nos quais o controle sobre todas as dimensões da vida das crianças e dos adolescentes era fortemente exercido.

De outra forma, pode-se afirmar que o princípio da formação profissional como política pública aconteceu baseado em uma perspectiva moralizadora, na qual o caráter era moldado pelo trabalho. Esse contexto evidencia que a formação era dirigida ao fazer, partindo do pressuposto de que os saberes necessários eram adquiridos pelas próprias práticas do trabalho; trata-se, pois, de uma educação moralizadora. É evidente que uma educação apartada e deslocada da formação humana, íntegra, que desconsidera o ser social e político, perpetuou-se em todo o contexto da educação profissional.

### 2.1.3 A Educação Profissional e o processo de industrialização no Brasil

Com o aprimoramento da experiência das Escolas de Artes e Ofícios, foi observada a necessidade de mão de obra especializada para as indústrias que passaram a ter maior importância na economia nacional. Mesmo assim, é importante ressaltar que a participação dos cursos voltados para a produção rural representava a maior parte das experiências de ensino de ofícios. Além disso, a oferta dessas possibilidades de formação e de níveis de instrução foi incrementada com o passar dos anos.

Nesse sentido, as Escolas de Artes e Ofícios foram precursoras das técnicas federais e estaduais. Assim, surgiram o curso rural e o profissional a partir de 1932, que incluíam o ginásio: normal, técnico comercial e técnico agrícola, modalidades voltadas para as demandas do processo produtivo. Para a elite, porém, o percurso de formação dava-se de forma distinta, uma vez que o estudo era iniciado pelo ensino primário, seguido pelo secundário, propedêutico e o superior (KUENZER, 2000).

Segundo Manfredi (2016), em virtude da aceleração dos processos de industrialização, urbanização e modernização tecnológica, pôde-se notar que se criaram necessidades de qualificação profissional e novas iniciativas no campo da instrução tanto básica quanto profissional popular. Assim, durante o período da Primeira República, iniciada com a Proclamação da República e estendida até 1930, o sistema educacional e a educação profissional ganharam nova configuração: as instituições de ofícios artesanais e manufatureiras foram substituídas por uma rede de escola, pelo Governo Estadual, pelo Federal, pela igreja católica e pelos trabalhadores de natureza sindical.

A partir de 1937, a política educacional autoritária do Estado Novo centrou sua reformulação no ensino regular. Dessa forma, o secundário ficou como preparatório e propedêutico ao superior, tendo sido separado dos cursos profissionalizantes. Além dessa organização, o Estado beneficiou a articulação de políticas que favoreciam os interesses do setor empresarial privado e das estatais em detrimento dos interesses populares.

Pode-se afirmar que a política educacional do Estado Novo legitimou a divisão entre o trabalho manual e o intelectual, erguendo uma organização educacional que ressaltava a separação da divisão social do trabalho e a estrutura escolar, em que fica evidenciada a existência de um ensino destinado às elites, enquanto os ramos profissionais do Ensino Médio eram direcionados às classes menos favorecidas (MANFREDI, 2016). Nesse contexto, também é possível ressaltar que a formação para o trabalho, além de sempre ser apartada da educação formal, era destinada a essa segunda camada social.

Para Kuenzer (2000), uma das marcas mais fortes da formação educacional do Brasil é a sua dualidade, pois a divisão de trajetórias desse âmbito é orientada para focos em funções intelectuais ou instrumentais, os quais acabaram aprofundando os fatores de distinção internos da sociedade brasileira. Assim, a formação dava-se em instituições especializadas ou no próprio trabalho, deslocado de ações

instrumentais. A aprendizagem era voltada para o fazer; a par do desenvolvimento de habilidades psicofísicas, as escolas e os cursos se multiplicavam para atender às várias ocupações.

Segundo Ramos (2014), os fatos ocorridos na educação profissional são decorrentes de uma inserção periférica do Brasil no capitalismo mundial. Desse modo, a educação profissional no país e a consolidação desse regime podem ser compreendidas da seguinte forma: a história do desenvolvimento industrial e tecnológico brasileiro foi marcada pelo enfretamento de um projeto autônomo e outro associado ao grande capital. Assim, o predominante foi o segundo. A formação para o trabalho foi tratada como parte da necessidade de expansão industrial e não como um projeto de formação humana.

Apesar do processo de industrialização do Brasil ter ganhado impulso entre as décadas de 1930 e 1940, o setor ganhou feição somente a partir de 1950, sendo que os seus desdobramentos acabaram transformando o país em uma nação cada vez mais dependente do capital estrangeiro (TAVARES, 2012). Para Kuenzer e Grabowsk (2016), a expansão da educação para a classe trabalhadora nesse período deu-se, de modo geral, pela oferta de cursos revestidos de caráter certificatório, cuja qualidade muito se distanciou dos disponibilizados pela rede privada à burguesia e à pequena burguesia.

Manfredi (2016) afirma que os fatores legais e as estruturas formativas historicamente construídas entre 1940 e 1970 foram cristalizando tanto concepções quanto práticas escolares dualistas, possibilitando a permanência de duas perspectivas de educação: uma escolar acadêmico-generalista, pela qual os alunos tinham acesso a um conjunto básico de conhecimentos, que se tornava cada vez mais amplo à medida que progrediam nos estudos, e outra relativa à educação profissional, em que recebiam informações relevantes para o domínio de seu ofício, sem aprofundamento teórico, científico e humanístico.

O modelo de Escolas Técnicas que vigorou até a criação dos Institutos Federais foi instituído em 1942 a partir da transformação das Escolas de Artes e Ofícios. Isso ocorreu justamente no período em que era implementada a Reforma Capanema, a qual fez ajustes entre as propostas pedagógicas dominantes na formação dirigida ao grupo dos intelectuais e dos trabalhadores de acordo com as mudanças ocorridas no mundo do trabalho (KUENZER, 2000). Manfredi (2016) *apud* Garcia (2018) indica que, após a instauração de uma rede de 19 escolas de aprendizes e artífices por Nilo Pessanha, esse acontecimento se tornou um marco inicial da Rede Federal, que posteriormente culminaria na organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) na década de 1970.

É importante ressaltar que, desde seu nascedouro, uma das marcas da Educação Técnica tem sido a lógica da dualidade estrutural sobre essa modalidade de ensino. Essa lógica fundamenta-se no percurso de dois caminhos distintos que repercutem na trajetória de formação a partir das funções essenciais do mundo do trabalho e da produção: um para os sujeitos que irão exercer função de dirigentes e outro para os que se voltarão aos cargos em cursos específicos do âmbito profissional,

formando trabalhadores instrumentais e intelectuais. Segundo Kuenzer (2000), a dualidade na formação para o trabalho não pode ser resolvida apenas no campo pedagógico, uma vez que se originou na divisão da estrutura de classes.

Segundo Kuenzer (2000), diante do contexto da formação para o trabalho, frente às demandas de produção, o princípio educativo que determinou o projeto pedagógico de formação profissional para atender às demandas da organização taylorista-fordista nasceu de uma concepção de qualificação profissional que concebe um processo individual de aprendizagem de formas de fazer, as quais são definidas pelas necessidades da ocupação a ser exercida. Portanto, foi a partir dessa conjuntura dual que se pensou a formação para o trabalho no Brasil. Essa realidade evidencia trajetórias distintas do assunto, que estão atreladas à classe social de cada sujeito.

A formação dos trabalhadores e cidadãos no país foi construída historicamente a partir da dualidade estrutural, que é a nítida demarcação e divisão do caminho educacional dos que iriam desempenhar funções intelectuais ou instrumentais. Essas duas funções do sistema produtivo correspondiam tanto aos rumos educacionais distintos quanto às escolas também diferenciadas. Para os que ocupariam os níveis elevados, direcionava-se uma formação acadêmica intelectualizada; para os trabalhadores de execução, uma profissão especializada e voltada para as formas de fazer (KUENZER, 2000).

#### **2.1.4 Redemocratização, Estado Neoliberal e Educação Profissional**

Segundo Kuenzer (2000), a organização do trabalho pedagógico da Educação Profissional que vigorou até a década de 1990 relacionava-se diretamente com as demandas do setor produtivo, em que o conteúdo era selecionado a partir das tarefas de cada ocupação para o atendimento das demandas por produção. Assim, as duas pedagogias, a escolar e a do trabalho, alicerçavam conteúdos fragmentados e organizados em sequências rígidas objetivando respostas uniformes e padronizadas. Esse processo expôs a principal característica que tinham: a separação entre os conteúdos teóricos e práticos. A externalidade apresentava-se ao aluno/trabalhador como uma imposição sistêmica, pela qual a limitação do trabalho técnico encontrava-se na não possibilidade de transposição das barreiras daquilo que era apresentado como conteúdo nas escolas técnicas.

De acordo com Ramos (2014), durante a década de 1990, que foi marcada profundamente pelo alinhamento às políticas neoliberais, as funções econômicas do Estado não desapareceram, mas confirmaram a sua relação de submissão aos interesses de mercado. Assim, a Educação Tecnológica foi objeto dessa inflexão, conformada inclusive como mercadoria. Nesse contexto, a grande preocupação com a formação qualificada dos trabalhadores foi justificada pelo discurso de que a

adoção de políticas neoliberais resultaria na ampliação de vagas de emprego. Porém, esse alinhamento imediato manteve-se por dois eixos de atuação da Educação Profissional: de um lado, pela formação acelerada de operários para que pudessem atuar no trabalho simples; de outro, pela formação de técnicos capazes de ocupar cargos em multinacionais. Além disso, conservou-se o distanciamento da formação propedêutica destinada às classes mais abastadas, a qual continuou formando uma parcela da população para o desempenho de funções não manuais (RAMOS, 2014).

Segundo Tavares (2012), o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) promoveu profundas mudanças na legislação educacional que regulamenta o ensino profissionalizante com o objetivo de reduzir os gastos públicos, favorecendo a mercantilização desse ramo de ensino pela rede privada. Essa reconfiguração permitiu o aprofundamento da dualidade do nosso sistema educacional, que deixou mais evidente a divisão do processo educativo no âmbito de sua oferta e em sua organização.

Assim, a educação ficou dividida entre a formação dirigida aos que iriam desempenhar funções consideradas como “simples” e outra direcionada aos que iriam desempenhar as “elevadas”, nas quais o domínio intelectual seria fundamental. Essas ações ficaram evidentes quando, ainda durante a década de 1990, iniciou-se uma preocupação em alinhar a formação técnica à reestruturação produtiva ao mesmo tempo em que se demonstrou necessário fortalecer essas instituições e implementar um novo modelo pedagógico tanto nas escolas técnicas quanto nos CEFETs.

Além da reestruturação das instituições e das transformações do modelo pedagógico, houve também a reformulação curricular no interior dessas mediante a implantação de um currículo comum da educação tecnológica. Dentre as concepções de modificação desse recurso norteador, estavam as seguintes: discussão da formação humana, incluindo a construção sistematizada do conhecimento articulado com o mundo do trabalho, considerando suas múltiplas dimensões; e debate acerca da esfera que possuía um viés tanto tecnicista quanto economicista na ótica do capital humano hegemônico. Cabe ressaltar, porém, que a predominância foi das ideias permeadas pelo tecnicismo (RAMOS, 2014).

Ramos (2014) sintetiza as principais mudanças que ocorreram no âmbito do currículo formal da educação profissional e tecnológica: substituição das habilitações por áreas profissionais; de matérias por disciplinas científicas, tecnológicas e instrumentais isoladas de seus campos originais da ciência; e competências gerais tanto para a vida quanto para o trabalho em posição de conteúdo. Essas alterações estavam aliadas ao trabalho polivalente e voltadas para os sujeitos.

A educação profissional no Brasil pós-ajuste neoliberal pode ser compreendida da seguinte forma: aos ensinos técnicos e superiores, coube a adequação às políticas industrial e tecnológica. Diante dessa constatação, Ramos (2014) afirma que a formação técnica foi construída com base nas necessidades do mercado de trabalho e na carência de possibilidade aos jovens, que não ingressavam

nas universidades, de uma opção pela vida economicamente ativa ao término do segundo grau. Essa oportunidade de estudo, porém, não tinha dimensão com a vida social dos sujeitos.

As políticas educacionais voltadas para o Ensino Técnico durante a década de 1990 evidenciaram o processo histórico da educação profissional no Brasil, no qual essa formação esteve atrelada às demandas do mercado. Tavares (2012) apresenta outro fator específico do contexto histórico do percurso formativo ao afirmar que, no decorrer da expansão dessa modalidade de educação, com uma parcela cada vez maior do ensino secundário, surgiu o interesse dos estudantes pelo acesso ao ensino superior em busca de ascensão social. Assim, o ensino profissionalizante, além de fornecer mão de obra para a indústria, atuava também como válvula de escape, aliviando a pressão e a exigência da população por vagas nas universidades.

Manfredi (2016) também sintetiza as concepções e os projetos dos anos 90 no âmbito da educação profissional ao discutir que a reforma do Ensino Médio e Profissional implantadas nas duas últimas gestões do governo FHC foi fruto tanto de um processo histórico quanto de disputas político-ideológicas na sociedade brasileira. Esses projetos de enfrentamento e debates representavam as propostas de diferentes grupos sociais. Existiam dois projetos no âmbito do Governo Federal: o do Ministério da Educação e o do Ministério do Trabalho, que serão resumidamente apresentados a seguir.

Em 1995, a Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional promoveu um debate sobre o ensino nacional. No evento, foi elaborado um projeto de Educação Profissional cujas bases partiram de um diagnóstico crítico da situação. Assim, o Plano Nacional de Educação Profissional previa superar a visão de treinamento.

No que concerne aos conteúdos, havia o entendimento de que a formação profissional devia ressaltar o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos básicos do indivíduo, valorizando a sua construção de uma perspectiva plural. Nesse sentido, como política pública, a Educação Profissional era considerada parte de um plano nacional de desenvolvimento econômico e tecnológico.

Cabe salientar que o MEC elaborou a proposta do Sistema Nacional de Educação Tecnológica idealizando a criação de um capaz de englobar todas as escolas técnicas do setor público, porém, segundo Manfredi (2016), o projeto de reforma do Ensino Médio configurou um desenho de ensino que separou a formação acadêmica da profissional, aproximando-se dos interesses imediatos tanto dos empresários quanto dos órgãos internacionais e afastando-se das perspectivas democratizantes.

Formulado por profissionais da educação e de outros setores organizados da sociedade civil, o projeto desse âmbito defendia a criação da escola básica e unitária sustentada pela construção de um sistema educacional integrado que propiciasse a unificação entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura. Essa instituição unitária teria que ser constituída com o objetivo de oportunizar os instrumentos básicos necessários tanto à compreensão quanto à participação na vida social e produtiva.

O projeto dos empresários, porém, defendia posições muito sincronizadas e articuladas no campo da educação, posicionando-se em favor da escolaridade básica, da capacitação e da requalificação profissional da força de trabalho. As principais linhas de ação que deveriam ser adotadas para tal eram as seguintes: universalização do ensino fundamental; valorização do ensino e treinamento; e criação de programas especiais tanto de reciclagem quanto de educação de adultos direcionada à população analfabeta.

Segundo Manfredi (2016), a reforma tanto do Ensino Médio quanto do Profissional do governo FHC objetivava a oferta educacional e sua adequação às novas demandas econômicas e sociais. Assim, a predileção era modernizar essas modalidades de ensino para atender ao avanço tecnológico e ao mercado de trabalho de modo que o Ensino Médio articularia conhecimentos além de competências para a cidadania e para o trabalho não profissionalizante, preparando o sujeito para a vida. Enquanto isso, a EPT promoveria uma formação vinculada ao desenvolvimento de capacidades relacionadas à vida produtiva.

Sobre a reorganização da EPT durante o ajuste neoliberal, Manfredi (2016) destaca as experiências da Rede Federal de Ensino abordando que o Sistema de Educação Profissional mantido era integrado por escolas de nível médio e pós-médio. Assim, foram constituídas as Escolas Agrotécnicas Federais, as Escolas Técnicas Federais e os Centros Federais de Educação Tecnológica. Essas instituições do âmbito federativo distribuídas pelo país integraram um sistema de Ensino Técnico bem estruturado e de destaque no Ensino Médio brasileiro.

Os CEFETs, por sua vez, surgiram em 1978 e foram ampliados em 1999 com base na Lei nº 6.545, que dispôs sobre a transformação das escolas técnicas. A ideia estrutural básica dos Centros era a verticalização do ensino, ou seja, a oferta de cursos profissionais em diferentes graus e níveis, mas com estreita articulação com o sistema produtivo.

### **2.1.5 A reorganização do Sistema Federal de Ensino Técnico e a criação dos Institutos Federais**

Ao situarmos a Educação Profissional na contemporaneidade partindo da síntese do Governo do Partido do Trabalhadores, com o presidente Luís Inácio Lula da Silva, para chegarmos na discussão do projeto de Ensino Integrado tão comentado atualmente, encontraremos uma proposta que prevê a superação da divisão entre o ensino formal propedêutico e a educação profissional que objetiva o desenvolvimento de competências para o mercado de trabalho.

Segundo Manfredi (2016), durante os dois períodos da gestão mencionada, houve a tentativa de resgatar o papel do Estado como promotor de políticas socioeconômicas, no qual a educação profissional passou a ter um papel importante. Porém, as políticas públicas defendiam outra lógica:

entendiam essa modalidade educativa como um direito social e dever estatal, buscando aproximar as leis voltadas para o ensino das de desenvolvimento socioeconômico. Assim, a autora afirma que, nos primeiros anos do governo Lula, apesar das tentativas de impressão de uma nova marca à política educacional pelo Ministério da Educação, observou-se a fragmentação e a descontinuidade da década anterior.

No que concerne à educação profissional e tecnológica de nível médio, uma das primeiras medidas foi a revogação do Decreto nº 2.208/1997 realizada pelo Decreto nº 5.154/2004. Esse documento legal discute a possibilidade de integração curricular entre o Ensino Médio e o Técnico de acordo com o que dispõe a Lei nº 9.394/1996, relativa às Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Outra medida foi a suspensão do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), redirecionando seus recursos para os segmentos públicos.

Dessa forma, um dos eixos básicos da política no âmbito federativo foi a expansão integrada, eliminando a dualidade entre o ensino básico e o profissional. Essa concepção de Ensino Integrado nasceu nas conferências e nos seminários promovidos pelo MEC, os quais foram discutidos por professores, pesquisadores e gestores.

Essa concepção de integração busca desenvolver outras modalidades de educação às quais se refere, reabilitando a visão de formação para o trabalho sob uma perspectiva científico-tecnológica. Tem-se em vista, pois, restaurar a visão da educação básica como um direito social, reforçando o princípio da progressão com qualidade e gratuidade (MANFREDI, 2016).

De acordo com Moll (2010), o que se almeja com a concepção de educação integrada é que a geral se torne parte inseparável da profissional em todos os campos nos quais se dá a preparação para o trabalho, seja nos processos produtivos ou nos educativos, do técnico ao superior. A ideia de formação integrada visa superar o ser fragmentado pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a de pensar, indo além da redução da preparação para o mercado, na qual o processo de formação fica reduzido e simplificado ao operacional (MANFREDI, 2016).

É importante ressaltar a ideia de formação integrada como uma proposta de ensino discutida na contemporaneidade, pois o que vimos no percurso da formação para o trabalho, no que se refere ao seu trajeto histórico, é a formação profissional e tecnológica apartada da geral. Isto é, além de se constituir em uma voltada em grande parte para a produção.

Tavares (2012) qualifica a primeira década do século XXI como o período em que o Estado passou a assumir uma postura progressista no campo educacional. Esse momento foi marcado por uma profunda reestruturação e reorganização da Rede Federal de Ensino, cuja postura mais democrática e de caráter popular pôde ser percebida. A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) atrelou o Ensino Técnico ao Médio, criando as bases para a integração da educação

para o trabalho e aquela para a vida, referenciando-se tal como um projeto educacional de formação plena dos indivíduos. Cabe salientar que essa ideia é a base da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil.

Assim, esse período apresentou a nova concepção de educação profissional comprometida com a formação humana (RAMOS, 2014). Para a autora mencionada, a nova fase da EPT trouxe a formação humana integral para o centro da discussão, que propõe superar a artificial e histórica divisão dual do trabalho sobre a qual se estruturam profundos processos de diferenciação e mazelas históricas responsáveis por impedir a ascensão da classe trabalhadora.

Nesse sentido, o projeto de educação profissional comprometido com a formação humana parte do princípio de que essa modalidade de educação não se restringe ao ensinar a fazer e a preparar o sujeito para o mercado de trabalho, mas consiste em compreender as dinâmicas socioprodutivas e habilitar as pessoas para o exercício tanto autônomo quanto crítico de suas profissões. Assim, no projeto unitário desse tipo de ensino, o trabalho é o primeiro fundamento da educação como prática social (RAMOS, 2014).

A concepção da educação profissional também é evidenciada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, as quais afirmam:

A Educação Profissional requer, além do domínio operacional de um determinado fazer, a compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários tomada de decisões no mundo do trabalho. (BRASIL, 2013, p. 2009)

A atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, ultrapassando os limites do campo estritamente educacional, considera o papel da Educação Profissional e Tecnológica no desenvolvimento do mundo do trabalho na perspectiva da formação integral do cidadão trabalhador. Portanto, entende que deverá conduzir a superação da clássica divisão historicamente consagrada pela organização social do trabalho entre os trabalhadores comprometidos com a ação de executar e aqueles com a ação de pensar e dirigir ou de planejar e controlar a qualidade tanto dos produtos quanto dos serviços oferecidos à sociedade (BRASIL, 2013).

Segundo Pereira *et al.* (2009), o ensino técnico deve ser utilitário, mas sem deixar de desenvolver a personalidade dos educandos, pois esses serão os trabalhadores e os homens do futuro. Desse modo, a sua finalidade não pode ser restrita à preparação para o trabalho, pois exige uma formação polivalente, pela qual o profissional terá que exercer e dominar várias funções, além de adaptar-se ao progresso da técnica e às inovações tecnológicas que se fazem em consonância com o progresso de produção.

Nesse sentido, para Pereira *et al.* (2009), o ensino técnico necessita de uma revisão curricular frequente, o que se torna fundamental para estabelecer relações entre o mental e o manual, o prático e o teórico, o especializado e o geral. Isto é, pois há um receio referente ao ensino que parte do princípio de que, quando a formação técnica está voltada para a cultura geral, pode afastar o estudante do campo de sua profissão. Assim, busca-se uma formatação para o ensino que não se identifique apenas com ferramentas ou máquinas, ou seja, voltada para a concepção utilitarista da aprendizagem. O ensino técnico almejado seria o que não busca apenas a dimensão econômica, mas sobretudo a humana e em seu sentido completo.

Considerando o contexto histórico, é importante compreendermos as finalidades do ensino técnico enquanto processo de formação para o trabalho partindo das DCN (BRASIL, 2013), enfatizando o eixo que discute a formação profissional e tecnológica. Para entendermos seus princípios e suas orientações, analisaremos o registro de 17 de junho de 2004, em que foi aprovada a recomendação nº 195/2004 pelo plenário, referente à formação profissional, ao treinamento e à aprendizagem no decorrer da vida.

Em síntese, a nova recomendação da OIT, enfatiza que a educação básica reconhecida como direito público fundamental de todos os cidadãos, deve ser garantida de forma integrada, com a orientação, a formação e a qualificação profissional para o trabalho. O objetivo dessa política pública, é o de propiciar autonomia intelectual de tal forma que, a cada mudança científica e tecnológica, o cidadão consiga por si próprio formar-se, ou buscar a formação necessária, para o desenvolvimento de seu itinerário profissional. A qualidade da oferta da tríade educação básica, formação profissional, e aprendizagem ao longo da vida, contribui significativamente para a promoção dos interesses sociais e coletivos, dos trabalhadores e empregadores, bem como dos interesses sociais do desenvolvimento socioeconômico. (BRASIL, 2013, p. 211)

Portanto, ao discutirem a Educação Profissional, as Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2013) abordam a educação para a vida, que poderá propiciar aos trabalhadores o desenvolvimento de conhecimentos, saberes e competências capazes de levá-los a analisar, a questionar e a entender os fatos do dia a dia com mais propriedade. A ideia também é dotá-los de capacidade investigativa diante da vida de forma mais criativa e crítica, tornando-os mais aptos para identificar tanto necessidades quanto oportunidades de melhorias para si, para suas famílias e para a sociedade à qual pertencem e em que atuam como cidadãos. Assim, diante das discussões referentes à educação para o trabalho, permanecem debates para uma formação para além das práticas voltadas a essa finalidade no atual contexto.

## 2.2 Ensino Integrado e o Dilema da Fragmentação

### 2.2.1 A Fragmentação do Ensino Integrado

O processo de fragmentação da EPT veio se consolidando em seu percurso de desenvolvimento histórico, no qual as críticas dos setores progressistas denunciavam as dificuldades intencionais (ou não) de aliar a formação para o trabalho às demandas de setor produtivo e a construção de indivíduos reflexivos capazes de compreender o seu espaço na sociedade. Esse processo veio sendo moldado também pela própria configuração do tecido social brasileiro, fortemente influenciado pela estrutura escravocrata e pela valorização do não trabalho pelas elites. Além disso, o padrão brasileiro de organização tradicional do trabalho apresenta rígida divisão e distinção da execução de cada ofício, ou seja, situa-se na oposição entre a formação para atuar nos segmentos elevados e aquela para desempenhar as categorias que necessitam de menos ação intelectual, sendo destinadas à produção.

Segundo Kuenzer e Grabowsk (2016), a dualidade é uma das categorias que permitem a compreensão da educação no modo de produção capitalista. Esse processo configura-se na distribuição desigual e diferenciada do contexto, em que se predomina a valorização da educação básica para os que vivem do trabalho e a educação específica, científico-tecnológica e sócio-histórica para os que irão desempenhar o trabalho intelectual. Desse modo, os autores mencionados concluem que a relativização da qualificação com foco na ocupação permite a formação de um maior contingente de trabalhadores no que tange ao acesso à educação. O conhecimento científico-tecnológico integrado à cultura e ao trabalho, por sua vez, tem sua distribuição controlada.

A formação de subjetividades flexíveis, tanto do ponto de vista cognitivo quanto ético se dá, predominantemente pela mediação da educação geral; é através dela, disponibilizada e diferenciada por origem de classe, que os que vivem do trabalho adquirem conhecimentos genéricos que lhes permitirão exercer, e aceitar, múltiplas tarefas no mercado flexibilizado. Ser multitarefa, neste caso, implica em exercer trabalhos simplificados, repetitivos, fragmentados, para o que é suficiente um rápido treinamento, a partir de algum domínio de educação geral, o que não implica necessariamente no acesso à educação básica completa. (KUENZER; GRABOWSK, 2016, p. 26)

Dessa forma, quando a escola orienta-se pela lógica do mercado, elaborando, assim, diferentes propostas de conteúdo, deixa então de distribuir à função de distribuir o conhecimento igualmente com suas diferentes localizações, clientela e seus diversos projetos pedagógicos. Cabe salientar que a observação voltada para a desigualdade é uma atribuição da sociedade capitalista, apesar de as

instituições assumirem o discurso de formação humana e integral para a cidadania dos educandos (KUENZER, 2000).

É a partir desse contexto que entendemos duas variáveis predominantes no ensino para o trabalho: a primeira é a constante divisão que impera acerca da educação dependendo da origem de classe do sujeito e a função que irá desempenhar no ofício; a segunda é a redução dos conteúdos formais quando destinados à formação para a produção, na qual os objetivos e a organização curricular das instituições apresentam um menor interesse pelo nível de conhecimento intelectual. Todo esse cenário revela as reais intenções e funções da formação destinada ao âmbito trabalhista.

Segundo Araújo e Frigotto (2015), a educação escolar brasileira tem sua organização curricular definida por formas instrumentais promotoras de um tipo humano conformado política e pedagogicamente. Nesse contexto impera a pedagogia das competências, que assumiu o papel central nas formulações educacionais oficiais na década de 1990 e tem suas inspirações na filosofia pragmática, encontrando a sua forma tanto de definir quanto de organizar os conteúdos formativos na utilidade prática. Assim, as propostas curriculares elaboradas nessa perspectiva têm a pretensão de promover habilidades e atitudes de acordo com alguma capacidade específica exigida pelo mercado.

Além da concepção educacional com práticas de ensino definidas, Moura (2013) afirma que as condições materiais dos filhos da classe trabalhadora apresentam-se como mais um empecilho à sua formação escolar, pois a maioria dos jovens das camadas populares precisa trabalhar de forma precoce. Inserir-se no mercado de trabalho dessa maneira é algo costuma ocorrer principalmente pela necessidade de a pessoa complementar a renda familiar. Esse cenário de desigualdade obriga a busca do outro pela colocação no mercado muito cedo.

De acordo com Frigotto (2001), os processos educacionais são mediados pela sociedade que subordina o trabalho, tornando a ciência e a tecnologia tais quais propriedades privadas, conseqüentemente alienando e excluindo uma grande parcela da população tanto da vida digna quanto de uma possível transformação. Com relação ao conteúdo, esse é subordinado ao ideário do mercado de produção e ao capital diante de um modelo excludente.

Nessa perspectiva, a educação em geral e a profissional vinculam-se em uma ideia de adestramento e acomodação, tratando de formar um cidadão mínimo, que pensa e age de forma mínima. Assim, a formação dos sujeitos torna-se fragmentária e individualista, habilitando-os apenas a um emprego; a uma profissão.

Frigotto (2001), ao questionar a concepção de educação profissional centrada na perspectiva de emancipação social da classe trabalhadora, expõe a existência de cinco aspectos que são centrais em um projeto de educação profissional sob essa ótica: o primeiro está no plano societário, que enfrenta um permanente embate na construção contra-hegemônica no plano ético-político e resulta em um

movimento de crítica ao projeto dominante, o qual está pautado na lógica do mercado, afirmando os valores da democracia, da igualdade e da solidariedade.

O segundo aspecto encontra-se no campo educativo, que necessita trazer à tona a concepção de educação básica, pública, laica, unitária, gratuita e universal. Uma educação que alcance o sentido da omnilateralidade e da politecnicidade considerando a ideia do direito subjetivo de cada indivíduo. Um tipo que forme sujeitos autônomos e protagonistas da própria cidadania. Trata-se, pois, de um ensino de qualidade social voltado à emancipação humana e à preparação técnica para o mundo da produção.

O terceiro aspecto é o patamar histórico, no qual ainda há uma especificidade de formação técnico-profissional articulada com o projeto de desenvolvimento “sustentável”, porém não separada da educação básica e da dimensão ético-política da formação de sujeitos autônomos. Trata-se de uma perspectiva diversa do Governo Federal, que criou dois sistemas educativos: o regular, que contempla o fundamental, o médio e o superior, e o não regular, que é a educação profissional.

O quarto aspecto compreende entender a educação profissional apenas como política focalizada de geração de emprego ou preventiva ao desemprego; como estratégia de integração dos sujeitos à globalização. Assim, a sociedade e o ensino, em geral ou relativo ao em destaque, demandam um processo que articule as relações sociais de produção com as relações políticas, culturais e educativas. Esse processo requer um Estado que governe com e para a população.

O quinto aspecto diz respeito à sociedade e à educação, que carecem de um movimento que articule as relações sociais de produção, as políticas, culturais e educativas. Essa realidade requer, no plano político, luta por um Estado que governe com as organizações da sociedade para ela e não em nome da sociedade contra a maioria.

### **2.2.2 Proposta de Ensino Integrado e perspectiva da formação humana para a construção da cidadania**

Em oposição às práticas reducionistas de ensino, sobretudo na educação profissional, surge a proposta do Ensino Médio Integrado, que visa à formação na perspectiva da emancipação social dos sujeitos. De acordo com Ramos (2007), o primeiro sentido que atribuímos ao Ensino Integrado voltado para a formação profissional é filosófico; expressa uma concepção de formação humana com base na incorporação de todas as dimensões da vida no processo educativo. Nesse sentido, sob a perspectiva da integração entre trabalho, ciência e cultura, a profissionalização opõe-se à formação destinada ao mercado de trabalho; a formação incorpora valores ético-políticos, além de conteúdos histórico-científicos que formulam a práxis humana.

O Ensino Integrado é uma proposta de educação com inspiração na ideia de escola unitária

gramsciana, que traz um conteúdo político-pedagógico comprometido com práticas formativas integradoras capazes de promover tanto a autonomia quanto a liberdade para os sujeitos (ARAÚJO; FRIGOTTO, 2015). Segundo Manacorda (2007), a proposta gramsciana propõe a organização de uma escola única inicial de cultura geral, humanística e formativa, a qual harmonize o desenvolvimento da capacidade de trabalho intelectual. Essa tendência enfatiza o contexto histórico na formação do indivíduo.

O Ensino Integrado surge das antigas e habituais reivindicações do movimento das classes trabalhadoras, fazendo parte da tradição e da cultura tanto popular quanto sindical. No caso do Brasil e de outros países latino-americanos, essa proposta de formação compreende a construção de experiências e projetos educativos norteados para a emancipação social e política. Isto é, apostando em uma formação humana que envolva a dimensão intelectual, profissional, ético-política, afetiva e emocional. Uma formação que alcance a dimensão do trabalho, da ciência e da cultura (MANFREDI, 2016).

Segundo Moll (2010), a proposta de Ensino Integrado fundamenta-se na concepção que vai além do conhecer e aprender uma determinada habilidade: abrange uma que envolve os fundamentos dessa e suas articulações com o processo produtivo. Assim, o conceito de integração vai além da formação, pois não se trata de somar os currículos no âmbito educacional, mas de relacionar internamente a organização curricular, o sistema de ensino-aprendizagem, os conhecimentos gerais e os específicos, a cultura e o trabalho, o humanismo e a tecnologia. Dessa forma, a proposta de ensino em questão visa à superação da dominação dos trabalhadores sob a perspectiva de emancipação social.

Para Araújo e Frigotto (2015), um projeto pedagógico só pode cumprir com sua finalidade de formar na perspectiva da totalidade, que leva à emancipação dos sujeitos, se assumir a liberdade e a autonomia como capacidades dos indivíduos compreenderem a sua própria realidade. Para os autores, cabe aos indivíduos manterem um projeto político de construção de uma formação para além do capital. Isto é, naquilo que concerne aos conteúdos pela via do projeto de Ensino Integrado, o qual não pode ser concebido na perspectiva imediata do mercado, mas tendo a utilidade social que possui como referência. Assim, o sentido dos conteúdos ministrados deve ser organizado em vista de promover comportamentos capazes de estabelecer vivências coletivas e atuação autônoma sobre a realidade vivida.

Para melhor entendermos como funciona o projeto de Ensino Integrado na prática docente, Frigotto (2015) aborda alguns princípios que orientam a organização de um processo desse tipo: a contextualização, a interdisciplinaridade e o compromisso com a transformação social dos sujeitos. Nesse sentido, a contextualização pressupõe a íntima articulação dos conteúdos formativos com a realidade social, enquanto a interdisciplinaridade constitui-se com a máxima exploração tanto das

potencialidades de cada ciência quanto da compreensão do todo. O compromisso com a transformação da sociedade é um princípio que configura o projeto de Ensino Integrado, distinguindo-o das práticas educativas pragmáticas que atrelam o processo formativo com as demandas imediatas e pontuais. A ação pedagógica formulada nesses fundamentos visa à mudança social através da emancipação dos sujeitos (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

Segundo Araújo (2014), acerca das práticas pedagógicas, considera-se a possibilidade de haver algumas formativas mais adequadas para o projeto de Ensino Integrado, mas não há uma única forma de promover a integração entre parte e todo, teoria e prática, e educação técnica profissionalizante no Ensino Médio.

Na proposta de Ensino Médio Integrado, porém, o que não se pode deixar de enfatizar é o conteúdo ético-político. Ciavatta, Ramos e Frigotto (2005) afirmam que a ideia de formação integrada preconiza superar o ser humano dividido pelas práticas de formação que fragmentam a ação entre a prática de executar e a de pensar; trata-se de ir além das práticas reducionistas de ensino. Assim, como formação humana, o que se busca é garantir aos jovens, aos adolescentes e aos adultos o direito de uma formação completa para a leitura de mundo e para a atuação como cidadãos integrados à realidade política e social. Essa formação pressupõe, pois, a realidade humana.

Atrelada ao contexto de formação integrada, Araújo (2014) apresenta os pressupostos que orientam as práticas de ensino baseadas nessa concepção ao declarar que o primeiro pressuposto é a compreensão de que os sujeitos são seres históricos e sociais, por isso atuam no mundo concreto para satisfazerem suas necessidades subjetivas e humanas. É a partir dessa dinâmica que produzem conhecimento.

O segundo pressuposto verifica que a realidade concreta é a totalidade na qual um fato ou um conjunto de fatos pode ser racionalmente compreendido dentro do dinamismo do conhecimento. Outra hipótese levantada por Araújo (2014) consiste em compreendê-lo como uma produção do pensamento crítico que constitui a estrutura da realidade objetiva. Nesse contexto voltado ao ensino, aprender sobre essas relações exige um método oriundo da vida palpável.

Araújo (2014) enfatiza que o Ensino Médio Integrado compromete-se com a formação ampla dos indivíduos e por isso é constituído por eixos formativos: a ciência, o trabalho e a cultura. Os diferentes tipos de saberes primordiais na formação nasceram desses, que são os científicos, os tecnológicos, os técnicos e os populares.

Junto aos pressupostos apresentados pelo autor, a formação humana integrada e a cidadania evidenciam-se tais quais abordagens intimamente vinculadas e indissociáveis. Desse modo, a formação integrada, que busca promover o desenvolvimento humano, entende os sujeitos como aqueles que possuem uma ampla gama de direitos, sobretudo ao de se emanciparem humanamente e de

compreenderem a realidade ao redor através da aprendizagem, conseguindo intervir nas situações.

A educação na perspectiva da emancipação social é apontada por Manacorda (2007) ao discutir a proposta educativa de Gramsci, que apresenta o trabalho como um princípio e fundamento da escola elementar através da proposta de organização de uma escola única inicial de cultura geral, humanística e formativa, capaz de promover e harmonizar o desenvolvimento da capacidade para o trabalho intelectual.

Com relação ao conteúdo educativo do ensino de base, essa proposta educacional aponta dois elementos fundamentais para serem abordados na formação da Educação Básica: as primeiras noções de ciências naturais e as de direitos e deveres do cidadão. São esses aspectos “culturais” que determinam a natureza e a função pedagógica do trabalho.

A democracia na educação não pode consistir de fato, em consentir estratificações internas nos vários grupos sociais, na base de uma especialização unilateral do trabalho, em dar afinal, a possibilidade de que os serventes de pedreiro se tornem qualificados, porque isto não suprimiria de fato, a característica social, ou seja, a discriminação, que consiste exatamente no fato de cada grupo social tenha a sua escola. A escola, por não ser socialmente qualificada ou discriminante, deve educar de modo que todo cidadão possa tornar-se dirigente [...] quer que os elementos sociais utilizados no trabalho profissional não caiam na passividade intelectual, mas possam dispor de todas possibilidades de atividade cultural e de trabalho científico. (MANACORDA, 2007, p. 138)

A cultura é um princípio que enfatiza a formação humanística da escola unitária, mas é importante ressaltar que as primeiras noções de ciências, bem como as de direitos e deveres, são os elementos culturais fundamentais a serem discutidos na proposta formativa de base.

A formação centrada no debate de escola unitária deve comprometer-se em formar jovens que articulem ciência, cultura e trabalho e fornecer-lhes a oportunidade de serem autônomos. Esse tipo de formação converte no Ensino Médio Integrado (MOOL, 2010). Assim, a discussão da cidadania na formação humana abordada no presente trabalho ganha articulação na escola única de cultura geral e humanística, a qual inspira a proposta de Ensino Integrado.

### **2.2.3 Educação e Cidadania: práticas necessárias para a emancipação dos sujeitos**

Segundo Candau *et al.* (2000), a percepção que cada pessoa tem dos direitos humanos está condicionada ao lugar social que ocupa na sociedade. Para a maioria dos latino-americanos, a vida com dignidade requer lutar pelas necessidades básicas, que se movem sobre o capitalismo e o individualismo, porém são poucos os que conseguem satisfazê-las. Assim, é possível afirmar, frente a

uma sociedade democrática, na qual os direitos humanos sejam vivenciados no cotidiano, que se deve levar em consideração o fato de a nossa visão do contexto estar atrelada ao vivido por nós. Logo, essa perspectiva precisa ser analisada criticamente e requer o compromisso concreto com a transformação social.

Acerca do conceito de cidadania, no Dicionário Paulo Freire, relata tratar-se de uma condição do cidadão e da apropriação da realidade para que possa atuar nessa. Isto é, de forma que a participação consciente direciona o indivíduo à emancipação social (STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2018). Desse modo, todo o ser humano pode e deve ser consciente de sua cidadania, demonstrando-se necessário que se conscientize de sua situação, bem como de seus direitos e deveres como pessoa. É assim que o humanismo está associado à vivência dessa condição em uma realidade na qual o sujeito encontra-se. Nesse sentido, cabe salientar que também se trata de uma pronúncia da realidade voltada para a denúncia do presente e o anúncio de um futuro a ser construído.

Ainda sobre o conceito de cidadania, o Dicionário Paulo Freire enuncia que a cidadania só se concretiza na participação transformadora da sociedade quando os sujeitos dizem as suas palavras; o mundo começa a transformar-se em um exercício de autonomia e criação (STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2018). É nessa perspectiva que a cidadania parece como expressão individual e coletiva das pessoas. Para Arroyo (2014), essa ideia pressupõe a humanidade e o direito tanto ao conhecimento quanto a viver como gente; a ser humano.

A partir dessas afirmativas, Arroyo (2014) declara que, para as políticas e as teorias pedagógicas, o que importa na instituição escolar, nos currículos e na docência é os alunos aprenderem os saberes acumulados transpostos nos documentos norteadores ou as competências para o êxito educacional. Nesse reducionismo, o viver como humano não é considerado um processo que precede o aprender. Dessa forma, pode-se dizer: “À escola, à esfera pública, ao Estado e a suas políticas, aos mestres, cabem missões mais elevadas: garantir o direito público à educação cidadã, ao preparo para a participação cidadã, ativa, consciente [...]” (ARROYO, 2014, p. 253).

Candau *et al.* (2000) salientam também que a escola deveria exercer o papel de humanização a partir da socialização da construção dos conhecimentos e dos valores que são primordiais para o desenvolvimento da cidadania. No entanto, acaba favorecendo a manutenção do *status quo*, que produz desigualdade, reforçando as diferenças sociais e culturais. Portanto, uma proposta de educação na perspectiva da humanização e do desenvolvimento da consciência tem de ter alguns eixos articuladores, de modo que a cidadania é um desses. Assim, compreende-se como promover a educação para tal, frente às estruturas injustas da sociedade, implica no reconhecimento da violação dos direitos; o processo em questão não se reduz à consciência, mas pressupõe uma ação transformadora.

Assim, a formação humana para o exercício da cidadania não se reduz à consciência, nem mesmo ao exercício individual dos direitos e deveres tanto civis quanto políticos, mas envolve a criação de condições para uma ação transformadora em diferentes rumos sociais. Nesse contexto, a ação educativa para a humanização e para a cidadania exige educar para a atitude político-social e para a democracia, entendendo ser necessária a existência de possibilidade e credibilidade de intervenção na sociedade, bem como na cultura (CANDAU *et al.*, 2000).

Tais concepções que visam à formação profissional e tecnológica sob a proposta de Ensino Integrado numa perspectiva humanista necessitam de direcionamento pedagógico tanto no que tange à estratégia quanto ao método para norteá-la. Dessa forma, Ramos (2016) aponta a pedagogia histórico-crítica como uma contraposição às tendências contemporâneas de educação, como é a pedagogia das competências, definida pela autora como uma corrente na qual os conhecimentos adquirem sentido intimamente relacionado às habilidades que os sujeitos pretendem desenvolver.

Nesse sentido, Ramos (2016) corrobora que a pedagogia das competências se aproxima de forma significativa do pragmatismo e do tecnicismo, aliada ao processo produtivo pela prática utilitarista e reducionista. Já na concepção da pedagogia histórico-crítica, a formação inicia-se pela apreensão do mundo pelos homens, incluindo o reconhecimento das propriedades do mundo real, do físico e do social, além dos processos históricos. Assim, os objetos da educação são elementos culturais assimilados pelos indivíduos para que se humanizem. Tais conhecimentos são os científicos, os tecnológicos, os sócio-históricos e os éticos, os quais se produzem pela intervenção humana.

Por esta razão, a consecução dos objetivos educativos exige partir e tomar como referência o saber objetivo produzido historicamente, dentre esses distinguindo-se o essencial e o ocidental, o principal e o secundário, o fundamental e o acessório. Esses emergirão, pela mediação do trabalho pedagógico como saberes da aprendizagem, sendo esses os que interessam diretamente à escola. Portanto a escola é uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado. (RAMOS, 2011, p. 67)

Segundo Saviani (2011), a visão crítico-produtivista surgiu em 1968 pela revolução cultural dos jovens na França e se espalhou por diversos países, inclusive pelo Brasil. Esse movimento pretendia a revolução social pela cultural. Já a pedagogia histórico-crítica nasceu de uma análise de problemas educacionais, resultando em orientação com influxo na prática pedagógica. De acordo com o autor, a expressão “concepção histórica” procura reter o caráter crítico articulado com as condicionantes sociais que a visão produtivista possui, mas vinculado à dimensão histórica que o reprodutivismo perde de vista.

Libâneo (1982) sugere que a tarefa primordial na pedagogia histórico-crítica envolve as

difusões dos conteúdos vivos, concretos e indissociáveis das realidades sociais. Assim, o que define essa pedagogia é a consciência de seus condicionantes histórico-sociais, de modo que a função dos conteúdos é dar um passo à frente no papel transformador da escola a partir das condições existentes. Nesse contexto, a condição para que o espaço escolar sirva aos interesses populares é a garantia de que todos apropriem-se dos conteúdos de maneira indistinta.

Além dos conteúdos, é importante descrever o método da pedagogia histórico-crítica para que seja possível entender como essa corrente pedagógica atua na prática. De acordo com Libâneo (1982), visto que o objetivo é privilegiar a aquisição do saber vinculado às realidades sociais, o método de ensino deve favorecer a correspondência dos assuntos com os interesses dos alunos. Isto é, para que possam reconhecer um auxílio no esforço de compreensão da realidade. Assim, os procedimentos dessa teoria educativa não partem de um saber artificial nem de um espontâneo, mas de uma relação direta com a experiência do discente.

Ramos (2011) expõe o método histórico-crítico de educação composto de etapas que Saviani propôs, o qual é baseado na contínua vinculação entre educação e sociedade. Nesse sentido, a primeira etapa é a prática social, que parte do princípio de que professores e alunos podem posicionar-se como agentes sociais. A segunda etapa é a problematização, cujo foco é a identificação dos principais problemas da prática social; essa tem em vista reconhecer quais pautas precisam ser resolvidas no âmbito em questão e quais conhecimentos são necessários para dominá-las. A terceira etapa, por sua vez, diz respeito à instrumentalização, que é a apropriação dos instrumentos teóricos e práticos necessários ao equacionamento dos problemas detectados na prática social. Tais instrumentos são produzidos socialmente e apropriados pelos alunos, porém a transmissão depende de forma direta e indireta dos docentes. Além disso, o momento da catarse é a efetiva incorporação dos recursos culturais.

O método da pedagogia histórico-crítica também é detalhado por Santos (2012) a partir das elaborações de Saviani, que revela como o processo envolve cinco passos. O primeiro baseia-se no social, que significa partir do humano genérico, das preocupações coletivas, das dimensões de lutas, realizações e contradições. Essa prática pedagógica é comum ao professor e ao aluno, sendo agentes sociais diferenciados; o próprio processo pedagógico considera isso. A compreensão do professor é denominada de síntese precária por existir uma articulação dos conhecimentos com as experiências da prática social. Enquanto isso, a compreensão do aluno é de caráter sincrético, pois, por mais experiências e conhecimentos que detém, sua condição de aprendiz implica impossibilidade.

O segundo passo é apresentado por Santos (2012) como *problematização*. Essa consiste no momento de identificação dos principais problemas postos pela prática social, em que questões necessárias de resolução são examinadas, bem como quais conhecimentos precisam ser dominados

para isso. Nesse contexto, o docente faz uso dos conteúdos clássicos de cada disciplina.

O terceiro passo é a instrumentalização, que consiste na apropriação dos instrumentos teóricos e práticos necessários para equacionar os problemas analisados na sociedade. É o momento em que o aluno se apropria das ferramentas culturais essenciais à luta social.

O quarto passo é a catarse, que representa o momento de expressão elaborada após o aluno adquirir os instrumentos básicos. É a nova forma de entendimento da prática social, de incorporação dos mecanismos culturais, que são elementos ativos para a transformação cultural.

O último passo é o retorno à prática social, a qual deixa de ser compreendida através de termos sincréticos pelos alunos, pois ascendem ao nível sintético. Nessa circunstância, há aumento do grau de entendimento dos discentes e diminuição da precariedade de síntese do professor. Ambos apresentam uma concepção orgânica, na qual alunos e professores têm níveis diferentes de compreensão no início do processo de conhecimento, e no último momento os alunos ascendem ao nível sintético, ou seja, o aluno alcança o nível de conhecimento do professor.

Na perspectiva da pedagogia histórico-crítica, a apreensão do mundo real pelos indivíduos ocorre a partir dos conhecimentos relativos a esse, pautados no físico e no social, além dos processos históricos, da valorização e da conceituação dos envolvidos. Assim, os componentes da educação são os elementos culturais, os saberes científicos, os tecnológicos, os sócio-históricos, os éticos e os estéticos, os quais são produzidos pela intervenção humana. Nesse contexto, o papel da escola consiste em socializar o saber sistematizado.

Em suma, é necessário compreender o desenvolvimento histórico-objetivo da pedagogia histórico-crítica da educação e a possibilidade de articulação da proposta que apresenta com os objetivos delineados. Nesse sentido, cabe salientar que a referência e o compromisso da corrente educativa em foco é a transformação da sociedade, não sua manutenção.

#### **2.2.4 A importância do ensino da cidadania no contexto pedagógico da Educação Profissional e Tecnológica**

Segundo Morais (2013), o termo *cidadania* originou-se na Antiguidade, sobretudo nas civilizações gregas. Faz referência às noções de liberdade, igualdade e virtude republicanas. O conceito remete a dois questionamentos: o que significa ser cidadão e quem pode ser cidadão.

De acordo com a perspectiva aristotélica, ser cidadão perpassa pela titularidade de alguma espécie de poder público sem limites e com capacidade de decisão no âmbito coletivo. Com relação à

cidadania, ainda pela lógica aristotélica, o cidadão é o homem que não depende de sua força produtiva para viver. Essa seleção exclui os escravos, os estrangeiros e as mulheres.

Já a origem romana marca a categoria *cidadania* em um caráter mais jurídico. Nesse contexto, a cidadania ligada ao cidadão garantiria os direitos dos nativos, dos indígenas em relação aos estrangeiros. Desse modo, os direitos direcionados a esse homem relacionavam-se ao voto, ao direito de paz ou à guerra, à constituição de família, à propriedade ou à libertação de servos. Em Roma, os critérios voltados para esse conceito eram bastantes extensos (MORAIS, 2013).

Morais (2013) pontua que, ao longo do tempo, o conceito de cidadania afastou-se de seu sentido estrito, ligado somente à origem, desvinculando-se de explicações naturalistas de forma a voltar-se para o mundo da política e da comunidade, ganhando relevância na *polis* grega, na idade medieval e na transição para a modernidade. Foi nesse tempo em que a cidadania adquiriu caráter filosófico, cenário em que os direitos humanos nasceram. Isto é, foi na modernidade em que o conceito de cidadania e sua prática social desenvolveram-se largamente aliados à experiência cotidiana.

Para Marshall (1967), a cidadania pode ser definida como um *status* concedido às pessoas que são membros integrantes de uma comunidade. Assim, todos que o possuem se tornam iguais no que tange ao respeito e aos direitos necessários, bem como às obrigações pertinentes à condição. No entanto, não há nenhuma determinação universal referente ao que esses elementos serão.

Desse modo, Marshall (1967) divide o conceito de cidadania em três elementos: o civil, o político e o social. O primeiro é composto de direitos necessários à liberdade individual, de ir e vir, de pensamento, de fé, à propriedade e à justiça. As instituições associadas a essas condições legais são os tribunais de justiça.

O segundo elemento representa o direito de participar do exercício do poder político como membro de autoridade da área ou como eleitor. As instituições correspondentes são o parlamento e o conselho do governo local.

O terceiro elemento, que se refere ao direito a um mínimo de bem-estar tanto econômico quanto envolvendo a segurança e a licença de participar por completo da herança social, é ser civilizado de acordo com os padrões sociais. As instituições correlatas são o sistema educacional e os serviços voltados para a sociedade.

De forma similar, Botelho e Schwarcz (2012) afirmam que o início da modernidade, o qual foi marcado pelo capitalismo e pela formação dos Estados Nacionais, interferiu para que o conceito e a prática social de cidadania ganhassem força e desenvolvimento decisivos. Além disso, em seu progresso histórico, o conceito em questão foi incorporado à experiência política, sendo que, com o passar do tempo, a luta por ele juntou-se à dos direitos civis. Assim, passou a ser associado ao exercício

pleno num Estado de direitos. Foi nesse momento em que surgiram os movimentos de minorias e uma compreensão da ideia de igualdade e diversidade.

No que se refere à cidadania, Botelho e Schwarcz (2012) destacam que esse conceito não é estável pois responde a uma variável de tipologias que derivam de experiências históricas, porém algumas aproximações para tal são possíveis. Uma é qualificar a cidadania como uma identidade social politizada, já que seu significado gira em torno dos valores e das práticas dos direitos. Além disso, sua noção é construída coletivamente, mas ganha sentido nas experiências sociais e individuais. Assim, torna-se uma identidade social.

Historicamente, a ideia de cidadania é definida por Carvalho (2002) como um fenômeno complexo. O autor desdobra sua perspectiva em três direitos: os civis, os políticos e os sociais.

Os direitos civis podem ser entendidos como fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade e à igualdade perante a Lei. É a garantia de o sujeito ir e vir, fazer escolhas e manifestar seus pensamentos. A proposta resume-se na liberdade individual.

Os direitos políticos referem-se à participação do cidadão no governo da sociedade; seu exercício está no ato de o sujeito poder votar e ser votado.

Se os direitos civis garantem a vida em sociedade e os direitos políticos garantem a participação do indivíduo nessa, os direitos sociais estão voltados para a contribuição na riqueza coletiva, que inclui o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde e à aposentadoria.

### **2.2.5 Cidadania e Educação**

Nesse contexto de abordagem do significado de cidadania, o mais importante é afirmar que o exercício de certos direitos, como o de liberdade, de pensamento e de voto, não gera o gozo de outros, como segurança e emprego. Isso corresponde à ideia de que a cidadania inclui muitas dimensões, mas que algumas podem imperar sem outras (CARVALHO, 2002).

Desse modo, é possível entender que o sistema educacional é uma instituição ligada diretamente a esse aspecto, considerando que o tema debatido parte do pressuposto de que a educação profissional precisa ir além das práticas educativas que formam para a produção: deve alcançar a formação humana. Evidencia-se pertinente destacar como a civilização e a consciência crítica dos sujeitos estão intimamente ligadas ao processo educativo.

Acerca da cidadania na educação, Arroyo (2007) pauta essa concepção na tradição clássica liberal, que predominou na educação dos séculos XIX e XX. Nessa, a cidadania é atrelada aos direitos e à liberdade do cidadão, a qual era cultivada, civilizada e dirigida tanto pela razão quanto pelo uso do

pensamento.

Na tradição contemporânea, que engloba o pensamento educativo dos séculos XIX e XX, a cidadania e a liberdade se vinculam à obrigação moral. Assim, Arroyo (2007) supõe ter acontecido uma deformação desses conceitos quando repassados para a prática educativa, afirmando que preparar o indivíduo para assumir seu dever na realidade social sempre foi marcante na educação das camadas populares.

Logo, entende-se que o que deve ser ensinado na sala de aula não é o uso esclarecido da liberdade através dos direitos, mas as obrigações e os deveres que levam ao respeito e à ordem. Dessa forma, o que se espera não é que os sujeitos participem como agentes atuantes da ordem social, mas que a respeitem e reiterem a estabelecida. Nesse sentido, Arroyo (2007) qualifica como cidadãos somente aqueles vistos como “bons” e “obedientes”, vulgarmente conhecidos como “cidadãos de bem”. Assim, os sujeitos são educados para a obrigação moral, menos a elite e as camadas médias, pois já nascem em um contexto em que a ordem predomina, de modo a internalizá-la na família e nas relações sociais (ARROYO, 2014).

Segundo Arroyo (2007), a visão moralizante do social no pensamento político-educativo da contemporaneidade ampara-se em uma concepção ideal e abstrata de sociedade; abandona-se o realismo, que é uma das descrições da tradição intelectual e política, em que nasce a questão da cidadania. Dessa maneira, o autor afirma que o pensamento pedagógico moderno não se detém na reflexão e no trabalho com o real, que ocorre entre o confronto e os interesses de classe, pois é muito desafiante pensar a cidadania através da realidade e preparar-se para tal. Assim, o pensamento que predomina na prática pedagógica volta-se para uma ordem moral em que cada um tem o dever de cooperar para mantê-la. Esse é o ideal de educação, mas para os cidadãos que não são educados.

Diante dessa concepção, é difícil pensar politicamente a questão da cidadania, pois a perspectiva pedagógica oculta-se dos avanços sociais e políticos. Logo, as contradições trazidas pelas pressões democráticas e pela ampliação dos direitos no âmbito em questão representam dificuldades para que os alunos e os professores participem da prática educativa. É possível destacar, então, que o reducionismo do assunto à moralização, da educação para o bom convívio, não se trata somente de um desvio, mas de um obstáculo. Isto é, deslocando a questão central da relativa ao poder, reduzindo-a ao moralismo e ao pedagogismo improdutivo (ARROYO, 2007).

De acordo com Bispo (2018), a importância da educação na formação para a cidadania é primordial para permitir aos sujeitos que analisem o significado das múltiplas relações sociais e o papel do Estado, podendo intervir na realidade em que vivem, fazendo-se valer de seus direitos. Dessa forma, a educação pode ser considerada um dos principais fatores no processo da construção da cidadania.

Arroyo (2007) salienta que a educação moderna configura-se nos confrontos sociais e políticos

ora como um dos instrumentos de conquista da liberdade, da participação e da cidadania, ora como um dos fatores para controlar e dosar a liberdade, a civilização, a racionalidade, a submissão pelas novas formas de produção industrial e as relações sociais entre os homens. A educação passou, então, a ser pensada como um mecanismo central na nova ordem social, tornando-se um mecanismo de controle também, no qual não será aceito qualquer indivíduo como sujeito de participação no convívio em sociedade, mas apenas aqueles qualificados como civilizados, racionais e instruídos.

Freire (2001) destaca a importância dos conteúdos voltados para a formação crítica dos indivíduos ao afirmar que a articulação desses no âmbito escolar permite que os alunos percebam-se como agentes ativos na construção da realidade social. Assim, os assuntos estudados em sala de aula devem estar sempre associados a uma perspectiva crítica e avaliativa da vida, pois é assim que há a oportunidade de ensinar a “pensar certo”, conforme pontua o educador. Ademais, a prática educativa em questão faz-se progressista quando tenta desvelar os problemas sociais desafiando e inquietando os discentes por meio das abordagens empregadas por eles no processo de ensino-aprendizagem.

Pode-se observar, então, a importância da formação para a cidadania, que reflete diretamente na vida dos sujeitos no que se refere à emancipação social, fomentando a formação humana e íntegra. Porém, de acordo com Arroyo (2007), há um entrave no que diz respeito ao tema no âmbito da educação: trata-se de um desvio pelas práticas pedagógicas ao trabalharem o assunto, resumindo-o à moralização e aos deveres.

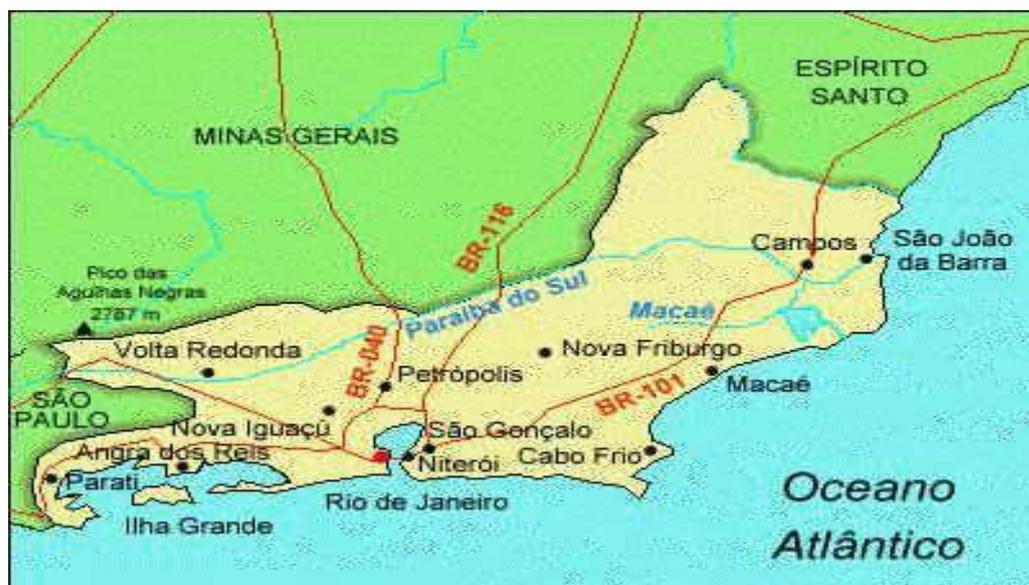
Sob uma perspectiva crítica, é possível destacar que a cidadania é discutida nas práticas educativas. Isso não ocorre, contudo, em forma de poder social no qual o indivíduo reconhece seus direitos para a constituição de sua liberdade, de sua racionalidade, para a atuação imperante como sujeito social e político. Pode-se visualizar, pois, uma redução desse discurso à moralidade e à obediência no contexto em destaque.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 Área de Estudo

A abordagem empírica da pesquisa foi realizada no *campus* Avançado de São João da Barra do Instituto Federal Fluminense, situado no município de São João da Barra, no Norte Fluminense do estado do Rio de Janeiro (Figura 1).

Figura 1 - Localização do Município de São João da Barra.



Fonte: *Site* da Prefeitura Municipal de São Gonçalo<sup>1</sup>.

De acordo com Cezario (2014), o município são joanense é formado por 32.747 pessoas (IBGE, 2010) e está localizado no Norte do estado do Rio de Janeiro. Em 2007, recebeu o complexo industrial do Porto do Açu, o qual é classificado como um dos maiores complexos portuários da América Latina.

Cezario (2014) lista as principais mudanças negativas e positivas ocorridas no município desde a instalação portuária em 2007, dentre as quais estão o crescimento da oferta de empregos; a qualificação do corpo técnico da prefeitura; a melhoria nas estradas de acesso ao porto; as desapropriações; os impactos ambientais; a elevação dos preços de imóveis e propriedades e o aumento das frotas nas vias e do número de acidentes.

Os participantes da pesquisa foram os docentes de todas as disciplinas do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Petróleo e Gás do IFF *campus* Avançado de São João da Barra. O

<sup>1</sup> Disponível em: <https://servicos.pmsg.rj.gov.br/mapas.php>. Acesso em: 10 abr. 2022.

Projeto Pedagógico do Curso (PPC) passou por uma análise para o desenvolvimento do presente estudo, que focou algumas informações pertinentes ao documento para a formação humana voltada à cidadania.

Segundo o PPC de 2019 do referido curso, o Governo Federal autorizou o funcionamento do IFF *campus* Avançado São João da Barra em 26 de agosto de 2014, período em que foi realizada a audiência pública nas novas instalações, a qual objetivava, além de apresentar informações sobre o processo de implantação e as futuras criações, identificar a melhor forma de acolher as manifestações da população.

### **3.2 Natureza da Pesquisa e Instrumento de Análise**

Acerca da pesquisa científica, Tozoni Reis (2009) define a relativa à educação como essencialmente qualitativa. A autora aborda que esse tipo de estudo defende a ideia de que, na produção de conhecimentos referentes aos fenômenos humanos e sociais, é mais interessante compreender e interpretar seus conteúdos do que os descrever.

Assim, enquanto a pesquisa quantitativa dá ênfase aos dados visíveis e concretos, a pesquisa qualitativa aprofunda-se no que não é aparente no mundo dos significados, das ações e das relações humanas. Considerando que o presente trabalho foi realizado no âmbito do ensino e é voltado para a Educação Profissional e Tecnológica, entende-se que ele pode ser definido por essa segunda perspectiva.

Dessa forma, para a realização de uma pesquisa é necessário delinear suas características para a elaboração e o recorte do desenvolvimento. Nesse sentido, em relação à natureza, o presente estudo se realizará sob uma ótica aplicada, visto que tem o intuito de produzir saberes no âmbito da formação pedagógica destinada à Educação Profissional e Tecnológica, tendo em vista o Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Petróleo e Gás do IFF *campus* Avançado de São João da Barra (Figura 2).

Figura 2 - Entrada principal do IFF *campus* Avançado São João da Barra.



Fonte: Acervo da autora, 2021.

Cabe salientar que, diante da amplitude do referencial teórico, a pesquisa em questão deu suporte para a elaboração e a aplicação prática do produto educacional, que foi desenvolvido em dois encontros. No primeiro, discutiu-se o processo histórico da Educação Profissional e Tecnológica diante de uma perspectiva dualista, abordando-se a fragmentação dessa modalidade de ensino e a importância tanto da proposta de Ensino Médio Integrado como da formação para a cidadania na vida dos sujeitos.

No segundo encontro, por sua vez, buscou-se compreender a Pedagogia Histórico-Crítica como uma forma didática que objetiva a transformação e a emancipação social dos sujeitos. Houve debate sobre o método de ensino envolvido nessa perspectiva e sobre as etapas relacionadas a ele.

É importante destacar que este estudo tem caráter exploratório, pois tem em vista apresentar informações referentes à Educação Profissional e Tecnológica voltada à formação humana para a cidadania e para a emancipação social dos sujeitos.

O trabalho exploratório é definido por Prodanov e Freitas (2013) como uma atividade que tem a finalidade de proporcionar mais informações sobre um determinado assunto a ser investigado, possibilitando sua definição e seu delineamento. Para os autores, esse objetivo assume as formas de pesquisa bibliográfica e estudo de caso, os quais envolvem levantamento bibliográfico, entrevista e análise de exemplo que seja capaz de estimular a compreensão.

Quanto aos procedimentos técnicos, que são as maneiras pelas quais é possível obter os dados para a elaboração de qualquer pesquisa, a coleta de dados por revisão bibliográfica fez parte do processo deste estudo. Segundo Prodanov e Freitas (2013), esse tipo de revisão é elaborado a partir de material já publicado, como livros, revistas, publicações, periódicos, artigos científicos e jornais.

O estudo de caso também fez parte dos procedimentos técnicos para o desenvolvimento desta dissertação. Prodanov e Freitas (2013) entendem esse recurso como um estudo profundo de um ou

poucos objetos de maneira que permita o seu detalhado e amplo conhecimento. Nesse sentido, envolve a pesquisa aplicada como metodologia, pois busca a aplicação prática de conhecimentos.

Dessa forma, este trabalho também compreende um estudo de caso, pois consiste em analisar a formação profissional e tecnológica partindo do viés histórico até as discussões pertinentes ao tema, além de objetivar a apresentação de informações que serão importantes para a atuação pedagógica dos docentes quando se trata de formação humana para a cidadania dos sujeitos; nesse contexto, os discentes.

Ademais, a presente pesquisa utilizou o método documental no segundo procedimento técnico, em que foi realizada uma coleta de dados acerca do tema em questão através do PPC de 2019 do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Petróleo e Gás. Cabe salientar que a pesquisa documental, de acordo com Tozoni Reis (2009), é aquela que tem a fonte de seus dados em um documento, o qual pode ser, por exemplo, histórico, institucional, associativo, oficial, dentre outros.

### **3.2.1 Questionários**

Este trabalho também contou com a aplicação de dois questionários, os quais foram dirigidos aos 26 docentes do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Petróleo e Gás do IFF *campus* Avançado de São João da Barra.

O primeiro questionário teve como objetivo analisar a importância da formação humana para a cidadania de acordo com a subjetividade e a experiência profissional de cada professor, além de questionar se suas disciplinas de atuação alcançam a perspectiva humanística para a emancipação social através dos conteúdos que abordam em sala de aula.

Tal recurso foi utilizado após a aplicação do produto educacional. Uma vez que a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar, a partir da EPT, se a educação integrada contribui para a formação de alunos capazes de se instrumentalizarem com os parâmetros da formação humana que os levam ao exercício da cidadania, a análise documental avaliou como o PPC do curso escolhido aborda a questão mencionada para a emancipação dos sujeitos. Isto é, tendo em vista o intuito do documento, seus componentes curriculares, os conteúdos programáticos e as atividades complementares – para citar alguns itens importantes que fazem parte do texto voltado para o detalhamento da possibilidade formativa.

Após a aplicação do produto educacional, disponibilizado remotamente em forma de palestras, foi aplicado o segundo questionário, que teve o objetivo de avaliar a opinião dos docentes com relação ao evento, bem como avaliar a opinião de cada um sobre a formação humana para o exercício da cidadania depois de terem contato com os conteúdos propostos.

Dessa forma, foi possível estabelecer uma comparação entre a opinião anterior e no momento seguinte às palestras, uma vez que o intuito do produto educacional foi despertar ainda mais a consciência crítica de cada professor, apresentando a importância de a formação profissional e tecnológica ir além dos conhecimentos para o trabalho. Essa coleta de dados também avaliou o produto aplicado.

É importante ressaltar que os dois questionários foram aplicados e respondidos de forma *on-line*. Para cada docente que participou da aplicação, foi fornecido um termo de consentimento a ser assinado; assim, a pesquisadora teria o registro da concordância com relação à participação no desenvolvimento do seu estudo.

Ainda, cabe destacar que a presente pesquisa foi pensada para ser aplicada aos discentes do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Petróleo e Gás do IFF *campus* Avançado de São João da Barra, a fim de se obter informações, através de questionários, acerca da formação humana para a cidadania, ofertada no trajeto da formação profissional e tecnológica. Também se pensou em aplicar o ciclo informativo de palestras para os alunos do referido curso como forma de discutir o assunto no contexto da Educação Profissional; contudo, em março de 2020, toda a sociedade foi surpreendida com um contexto pandêmico, o que coincidiu com o princípio desta pesquisa, de forma que os seus integrantes tenham sido alterados, embora o mesmo percurso planejado tenha sido mantido.

Assim, conforme já salientado, os docentes do curso selecionado fizeram parte da análise destinada a esses alunos. Algo que favoreceu essa escolha foi o fato de o ensino remoto, atualmente em vigor, dificultar a aplicação de questionários de modo presencial.

## COMITÊ DE ÉTICA E APROVAÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa, intitulada “A construção da formação humana para a emancipação social através do exercício da cidadania na educação profissional e tecnológica”, foi submetida ao comitê de ética no dia 22 de junho de 2021 por meio da Plataforma Brasil. A comissão avaliadora foi a Fundação de Cultura de Campos (Centro Universitário Fluminense – UNIFLU).

Após o envio deste trabalho para parecer técnico, a pesquisa recebeu algumas solicitações de alteração do setor, as quais envolveram mudança no título e a necessidade de acréscimo de mais um objetivo específico para o desenvolvimento do estudo em questão.

O comitê também apresentou a sugestão de desenvolvimento de relatórios parciais no decorrer da pesquisa e relatório final no seu término.

Este estudo foi aprovado no dia 28 de junho de 2021 e registrado pelo CAAE nº 45390321.4.0000.5583.

## PRODUTO EDUCACIONAL

Considerando-se a necessidade de desenvolvimento de produtos educacionais para os mestrandos profissionais, foi elaborado um ciclo de palestras direcionado aos professores do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Petróleo e Gás do IFF *campus* Avançado de São João da Barra, com base na temática proposta na presente pesquisa. Isto é, palestras que visam analisar a formação humana na concepção de formação de sujeitos críticos para o exercício da cidadania.

O produto educacional foi aplicado como um ciclo de palestras, por ter sido pensado como formação continuada aos docentes e englobar, em seus conteúdos de discussão, informações referentes à EPT com embasamento no referencial teórico desta dissertação.

O ciclo de palestras foi avaliar e propor novas discussões acerca dos conhecimentos dos docentes sobre a EPT no âmbito da sua importância para a emancipação social dos sujeitos. Dessa forma, o encontro partiu do percurso histórico da EPT, enfatizando a perspectiva reducionista da formação que predominou ao longo do tempo. Outro tópico abordado foi a importância da formação humana para a emancipação social dos sujeitos na educação técnica profissional sob o viés da proposta do Ensino Médio Integrado.

Dada a relevância da formação humana pela lógica em questão, também foi apresentada a importância do debate sobre a cidadania na educação profissional. Por fim, foram apresentadas as concepções e as definições da pedagogia histórico-crítica como uma teoria de ensino e aprendizagem que, como método de ensino, pensa a educação através da prática social, tendo a perspectiva de difundir os conhecimentos sistemáticos de forma igualitária, pensando a educação numa perspectiva democrática.

O ciclo de palestras aconteceu em dois encontros, em formato remoto, pois durante a aplicação o contexto de pandemia imperava; por esse motivo, organizamos o ciclo de palestras para ser considerado uma formação continuada dos docentes que participaram das palestras e, assim, emitimos certificados contendo informações do encontro e o quantitativo de horas cumprido por todos os participantes. Essa proposta reuniu os professores do curso em questão, os docentes das disciplinas da base curricular formal e os docentes das disciplinas técnicas e politécnicas e os demais servidores do *campus*.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Neste capítulo serão apresentados os resultados e a discussão das duas etapas nas quais esta pesquisa foi dividida: documental e aplicação de dois instrumentos na forma de questionários respondidos de maneira espontânea pelos docentes do Curso de Petróleo e Gás.

Por outro lado, a pesquisa documental foi realizada através das informações apresentadas no Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Petróleo e Gás integrado ao Ensino Médio do IFF *campus* Avançado de São João da Barra (IFF, 2019). O PPC foi selecionado para análise, pois define-se como um projeto pedagógico completo e aborda informações pertinentes ao curso, de modo a proporcionar um entendimento completo da organização do curso em questão. O documento analisado foi elaborado em dezembro de 2019.

A análise documental do Projeto Político Pedagógico do Curso Técnico em Petróleo e Gás (2019) teve o objetivo de demonstrar tópicos nos quais é evidenciada a questão da formação para a emancipação social dos sujeitos e promover uma discussão acerca das informações pertinentes à formação para a emancipação social, articulando tais dados com o referencial teórico traçado e desenvolvido nesta pesquisa.

### **4.1 Pesquisa Documental: Análise do Projeto Pedagógico do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Petróleo e Gás**

O objetivo da pesquisa documental foi reunir informações importantes desse documento de curso para compreender como ele contempla a formação cidadã desde o seu planejamento formativo pelos eixos até a concepção de ensino e a formação para a emancipação social. A análise documental é uma técnica que permite passar de um documento primário para um documento secundário, o qual se torna a representação do primário. Essa representação pode se dar por meio de resumos condensados do documento sob certas regras ou de indicações que permitem a classificação em palavras-chave, descritores ou índices, os quais são formas de classificar os elementos dos documentos de maneira estrita (BARDIN, 1977).

Para se compreender a organização do PPC de Petróleo e Gás de 2019, é importante evidenciar a sua organização. Sendo assim, o documento inicia-se pela apresentação do curso, informando a proposta e seus fundamentos. Após a apresentação, tem-se a introdução do documento e a evidenciação de tópicos importantes pertinentes ao curso e que o descrevem, como identificação, justificativa e objetivos. Outros tópicos que fazem parte do documento são o perfil do egresso, a organização

curricular, a matriz e os componentes curriculares do curso. Também foram contemplados o Projeto Integrador de Permanência e Êxito, a metodologia de ensino e as atividades acadêmicas do curso, assim como todo o sistema de avaliação e a oferta dos componentes curriculares por EAD. Por fim, é apresentado o corpo docente e técnico, os serviços de atendimento prestados aos estudantes e os certificados e diplomas.

Tendo em vista o objetivo da análise, somente alguns tópicos do documento foram destacados e analisados, quais sejam: a apresentação, a introdução do documento (que contém informações pertinentes à organização e à definição do curso), a ementa curricular, do primeiro, segundo e terceiro anos do curso pesquisado (pois as informações contidas nela são primordiais para a análise documental, uma vez que são encontrados nas ementas a descrição dos conteúdos e os objetivos de cada disciplina), o projeto integrador e a metodologia de ensino (tópicos fundamentais que fazem parte da análise). Alguns outros tópicos serão apenas mencionados, quais sejam: as atividades acadêmicas do curso, a oferta de componente curricular por EAD, o sistema de avaliação, o corpo docente, a gestão acadêmica, a infraestrutura, o serviço de atendimento ao estudante e os certificados.

#### **4.1.1 Introdução do documento**

Na introdução do documento em questão, é destacado que todo o currículo formal dos Institutos Federais deve ser fundamentado em princípios que conduzem à formação profissional que ultrapassem o “saber fazer” e valorizem o “saber-ser” e o “saber-pensar”. A descrição documental aponta que o ensino, a pesquisa e a extensão configuram-se como oportunidades de transformar o modelo de transmissão de saberes compartimentalizados em produção interdisciplinar do conhecimento científico. Assim, o *campus* Avançado de São João da Barra entende que essas são bases educacionais indissociáveis, sendo a pesquisa um princípio educativo.

Alguns aspectos importantes referentes à formação também são destacados na introdução do documento. De acordo com o PPC (2019), por exemplo, a formação deve ser baseada nos princípios ontológicos (ser), epistemológicos (saber), éticos e morais (agir), estéticos (prazer e sentir) e, evidentemente, técnicos (fazer). Quanto ao eixo de formação, todo o planejamento formativo foi construído segundo o documento com a formação unilateral, que é entendida como formação plena, a qual possibilita ao aluno o domínio dos princípios de sua própria existência material com a devida apropriação da produção intelectual (científica, tecnológica).

Quanto ao viés da educação profissionalizante integrada, é privilegiado, para a construção de Projetos Pedagógicos de Curso, o compromisso com a proposta que cultive e preserve a formação integral, assim como é destacado no documento em questão, visto que o *campus* Avançado de São

João da Barra não leva em consideração apenas a formação profissionalizante, voltada para o mercado de trabalho, mas considera que a profissionalização deve ser imbuída de conhecimentos e práticas que proporcionem ao formando uma inserção no universo mais amplo dos conhecimentos: experiência do pensar, do estético, do saber fazer, do criar, das interações com o outro. Por esse motivo, é ofertada a oportunidade da interdisciplinaridade, própria do Ensino Médio Integrado, que supera as práticas de ensino fundamentadas na fragmentação, pois essa forma de ensino é uma modalidade específica e capaz de oferecer ao estudante uma formação consistente e sólida, já que os conhecimentos se desenvolvem de forma integrada.

O referencial teórico da presente pesquisa busca, no conceito de Ensino Médio Integrado, a concepção de formação cidadã, integral, completa. Dessa forma, a proposta de ensino é abordada nesta pesquisa como uma concepção de ensino que visa à preparação dos sujeitos para a vida e para atuar de forma consciente em sua realidade. Serão abordados, então, o conceito da proposta de Ensino Médio Integrado e a sua perspectiva de Ensino de acordo com o referencial teórico aqui abordado. Assim, é importante frisar que a proposta curricular do Curso de Petróleo e Gás configura-o como fundamentado filosoficamente em uma prática educativa progressista e transformadora.

Quanto ao objetivo de formação do curso, destaca-se que ele visa formar profissionais capazes de atuar nos diversos segmentos da cadeia produtiva de Petróleo e Gás. Dessa forma, o Curso Integrado em Petróleo e Gás tem como finalidade formar profissionais conhecedores das relações entre processos sociais, científicos, culturais e tecnológicos. O objetivo específico é listado da seguinte forma: Oferecer Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Forma Integrada em consonância com os princípios estabelecidos na Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

Com relação ao objetivo central do curso, de acordo com o documento, está direcionado a desenvolver nos estudantes as capacidades técnicas e políticas do ser humano e, dentro desse contexto, a pesquisa e a extensão possibilitam a produção e a divulgação da ciência e da tecnologia, além de favorecer o caráter multidisciplinar dos saberes, promovendo conhecimento e ações transformadoras da sociedade e da construção da democracia.

Chama atenção o último objetivo específico pontuado no documento, por isso é importante ressaltá-lo aqui, visto que ele faz parte da temática abordada no presente trabalho, qual seja, conhecer e interpretar de forma crítica a realidade que cerca os alunos, sobretudo no entendimento do exercício dos direitos e no cumprimento dos deveres em sociedade. Dessa forma, esclarece o documento: “conhecer e interpretar de forma crítica as legislações relacionadas ao trabalho, à saúde e ao ambiente (direitos e deveres), atender à demanda de educação profissional integrada ao Ensino Médio na área de Petróleo e Gás” (PPC, 2019). Nesse sentido, é importante ressaltar que, de acordo com os objetivos do curso, observa-se não apenas um planejamento formativo voltado para a atuação do indivíduo no

trabalho produtivo, mas também uma concepção formativa que contempla as relações sociais, culturais e tecnológicas, além de integrar os conhecimentos sistemáticos promovendo nos sujeitos o desenvolvimento da criticidade e a compreensão da realidade.

Segundo o PPC (2019), a organização curricular buscará promover uma metodologia problematizadora e interdisciplinar, objetivando superar a fragmentação do conhecimento e a segmentação presente entre os componentes curriculares humanísticos e profissionalizantes; busca, também, favorecer práticas pedagógicas integradoras e promover a articulação entre ciência, tecnologia, cultura e cidadania. Além disso, o documento preconiza o desenvolvimento de competências básicas do Ensino Médio, de forma plenamente integrada e contextualizada, com a finalidade de preparar o estudante para atuar nas áreas determinadas pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos no Eixo Tecnológico de Produção Industrial, possibilitando a atuação na área de Exploração e Produção, envolvendo-o na melhoria contínua da qualidade e da produtividade.

#### 4.1.2 Ementa curricular do curso

A próxima seção do documento apresenta a ementa do curso e os componentes curriculares de cada disciplina. Ao se analisar os conteúdos de cada disciplina, o objetivo principal é apontar como o documento aborda a questão da formação para a cidadania, não somente no sentido de levar os discentes, através da formação, ao conhecimento dos seus deveres e direitos, mas na apreensão crítica e reflexiva da realidade, possibilitando uma formação para a emancipação social. Dessa forma, serão abordadas a ementa do primeiro, do segundo e do terceiro anos de cada disciplina, as quais tratam das descrições de seus objetivos gerais e específicos e de seus conteúdos programáticos. Logo, serão abordadas na análise somente as informações correlacionadas aos objetivos de cada disciplina, segundo cada componente curricular, evidenciando-se os que fizerem parte da análise da pesquisa em questão.

Quadro 1 - Objetivos das Disciplinas do Núcleo Básico de acordo com as Ementas do Núcleo Básico do Curso de Petróleo e Gás com base no PPC de 2019.

<b>Análise das Ementas do 1º Ano</b>	
<b>Núcleo: Básico</b>	
<b>Disciplinas</b>	<b>Objetivos</b>
Português e Literatura	Incentivar a prática da produção escrita, da compreensão linguística e da “crítica” leitora e linguística dos diferentes gêneros textuais.
Artes I	Desenvolver o olhar crítico reflexivo através da leitura de imagens.
E. Física	Promover a compreensão sobre o funcionamento do próprio corpo.
História	Estudar e entender a Democracia no país e as lutas pelo acesso à terra, a liberdade e aos direitos políticos e sociais.

Sociologia e Filosofia	Construir a identidade social e política, de modo a viabilizar o exercício pleno da cidadania e perceber a si mesmo como membro ativo, dotado de força política capaz de transformar a sociedade. Através do conteúdo sistematizado deve-se levar o aluno a pensar a realidade social e desenvolver a consciência de que a sociedade é construída historicamente. Interpretar e compreender o mundo e compreender as relações sociais.
Física	Facilitar o desenvolvimento da formação crítica dos estudantes frente ao desenvolvimento científico em relação à sociedade, à tecnologia e ao meio ambiente.
Química	Estimular o espírito crítico propiciando conceitos fundamentais da química, de forma acessível, explicações científicas a fenômenos do cotidiano do estudante e temas na área da tecnologia, da saúde e do meio ambiente, permitindo uma melhor compreensão das implicações éticas, políticas e sociais da ciência e do mundo.
Matemática	Aplicar conhecimentos matemáticos para interpretar, criticar e resolver problemas acadêmicos e do cotidiano.
Inglês	Interagir, por meio de textos em língua Inglesa, com questões relacionadas a movimentos sociais e à participação cidadã, apropriando-se de recursos linguísticos-discursivos e culturais para compreender e expressar opinião, concordar e discordar, argumentar e contra-argumentar.

Fonte: Elaboração própria, com base no PPC de 2019 do Curso de Petróleo e Gás do IFFluminense, 2021.

Em se tratando de trabalhar a cidadania na escola, abordando essa temática pela noção de liberdade, partiu-se do referencial teórico abordado na pesquisa em questão. Segundo Arroyo (2007), a prática educativa moderna reflete uma concepção de cidadania que contém elementos do romantismo e da sociologia, os quais enfatizaram a educação como elemento de integração do indivíduo no social, reduzido à unidade moral, à coesão, à integração e à cooperação. Essa relação vem se constituindo na prática educativa quando a ênfase na igualdade moral se torna a igualdade de deveres em detrimento da igualdade de direitos. Assim, a cidadania se tornou a aceitação da obrigação moral e, dessa forma, educar para a cidadania se reduz ao cultivo do valor moral (ARROYO, 2007).

Seguiu-se a análise documental pelas disciplinas de sociologia e filosofia, as quais fazem parte do mesmo componente curricular e compõem o núcleo básico. Logo de início, a ementa das disciplinas ressalta o objetivo de construir, através dos saberes sistematizados nas disciplinas, o conhecimento e o saber contextualizados, almejando a autonomia dos sujeitos no processo de elaboração da própria realidade.

Assim, a formação humana para o exercício da cidadania não se reduz à consciência, nem mesmo ao exercício individual dos direitos e deveres civis e políticos, mas também em criar condições para uma ação transformadora em diferentes rumos sociais. Nesse contexto, a ação educativa para a humanização e para a cidadania exige educar para a atitude político-social e para a democracia, entendendo ser necessário que dê possibilidade e credibilidade de intervenção na sociedade, bem como na cultura (CANDAU *et al.*, 2000).

Em se tratando das disciplinas da área de exatas, há uma resistência e uma descrença dessas com a formação íntegra, pois espera-se delas o desenvolvimento de conhecimentos específicos; no entanto, o documento aponta e evidencia que o trabalho dessas disciplinas é bem articulado com a formação voltada para a cidadania.

Passando pelo núcleo básico, destacam-se as disciplinas dos núcleos politécnico e técnico, são elas: Geografia Aplicada, Informática Educativa, Desenho Técnico, Segurança do Trabalho, Saúde e Meio Ambiente e Fundamentos de Petróleo e Gás. Os componentes curriculares que fazem parte desses núcleos apresentam, em seu componente curricular, objetivos de formação mais voltados para a formulação de conhecimentos sistemáticos que contemplam competências e habilidades voltadas para as funções que o indivíduo irá exercer, para que esses sujeitos conheçam e atuem nos espaços do mundo do trabalho (Quadro 2).

Quadro 2 - Objetivos das Disciplinas do Núcleo Politécnico de acordo com as Ementas do Núcleo Básico do Curso de Petróleo e Gás de acordo com o PPC de 2019.

<b>Análise das Ementas do 1º Ano</b>	
<b>Núcleo: Politécnico</b>	
<b>Disciplinas</b>	<b>Objetivos</b>
Geografia Aplicada I	Compreender a importância da geografia e saber aplicar os conceitos geográficos como forma de leitura do mundo.
Informática Educativa	Contribuir para a inserção ativa dos estudantes no mundo do trabalho em contextos de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação.
Desenho Técnico	Desenvolver no aluno a capacidade de utilizar o desenho técnico como ferramenta de comunicação técnica, interpretando e representando objetos do seu campo de atuação de acordo com as normas e os procedimentos técnicos apresentados.
<b>Núcleo: Técnico</b>	
Segurança do Trabalho	Facilitar o desenvolvimento da formação crítica dos estudantes frente ao desenvolvimento científico em relação à sociedade, à tecnologia e ao meio ambiente.
Fundamentos de Petróleo e Gás	Estimular o espírito crítico, propiciando conceitos fundamentais da química de forma acessível, além de explicações científicas para fenômenos do cotidiano do estudante e temas na área da tecnologia, da saúde e do meio ambiente, permitindo uma melhor compreensão das implicações éticas, políticas e sociais da ciência e do mundo.

Fonte: Elaboração própria, com base no PPC de 2019 do Curso de Petróleo e Gás do IFFluminense, 2021.

Segundo Kuenzer (2000), no que se refere à integração da ciência, do trabalho e da cultura, não podemos desconsiderar que a ciência invade a produção, e o trabalho produz conhecimento; assim, essa compreensão deve orientar a concepção do Ensino Médio. Nesse contexto, há a necessidade de formar um trabalhador que seja capaz de ser produtivo e também político, atuando intelectualmente,

capaz de pensar e de atuar em sua prática social, ou seja, um trabalhador e cidadão crítico, criativo, autônomo e intelectual que consiga acompanhar as mudanças e educar-se permanentemente.

No que se refere ao conteúdo das disciplinas do segundo ano do Curso de Petróleo e Gás, observa-se um aprofundamento dos conteúdos dispostos no primeiro ano. Assim, o primeiro componente curricular é a disciplina Língua Portuguesa e Literatura II; após esse componente, encontra-se o componente curricular da disciplina História II. Dentre os objetivos dos componentes mencionados, encontra-se os já aludidos anteriormente nos componentes do primeiro ano; dessa forma, é perceptível a continuidade nos objetivos que fazem parte da análise em questão (Quadros 3 e 4).

Quadro 3 - Objetivos das Disciplinas do Núcleo Politécnico, de acordo com as Ementas do Núcleo Básico do Curso de Petróleo e Gás, conforme o PPC de 2019.

<b>Análise das Ementas do 2º Ano</b>	
<b>Núcleo: Básico</b>	
<b>Disciplinas</b>	<b>Objetivos</b>
Português e Literatura II	Incentivar a prática da produção escrita, da compreensão linguística e da “crítica” leitora e linguística dos diferentes gêneros textuais.
Língua Inglesa II	Interagir por meio de textos em língua Inglesa, sobre questões relacionadas aos movimentos sociais e à participação cidadã, apropriando-se de recursos linguísticos-discursivos e culturais para compreender e expressar opinião, concordar e discordar, argumentar e contra-argumentar.
Educação Física II	Promover a compreensão sobre o funcionamento do próprio corpo.
História II	Dentre os objetivos: [...] Estudo e entendimento da Democracia no país e as lutas pelo acesso à terra, à liberdade e aos direitos políticos e sociais.
Sociologia	Aprender um arcabouço conceitual que permita analisar e interpretar melhor o mundo em que vive. “Levar o aluno a pensar a realidade social da qual faz parte, interpretar o mundo, sentir-se capaz de transformá-lo, compreender o papel do indivíduo e da sociedade, ser capaz de compreender o percurso histórico das relações sociais do Brasil. O papel da educação e da moral, das classes sociais, do Estado, da burocracia e o mito da democracia.
Matemática	Aplicar conhecimentos matemáticos para interpretar, criticar e resolver problemas acadêmicos e do cotidiano.
Física II	Facilitar o desenvolvimento da formação crítica dos estudantes, frente ao desenvolvimento científico em relação à sociedade, à tecnologia e ao meio ambiente.
Química II	Estimular o espírito crítico, propiciando conceitos fundamentais da química de forma acessível, além de explicações científicas a fenômenos do cotidiano do estudante e de temas na área da tecnologia, da saúde e do meio ambiente, permitindo uma melhor compreensão das implicações éticas, políticas e sociais da ciência e do mundo.
Biologia I	Compreender o funcionamento do corpo humano e de todas as formas de vida existente na Terra.

Fonte: Elaboração própria, com base no PPC de 2019 do Curso de Petróleo e Gás do IFFluminense, 2021.

Quadro 4 - Objetivos das Disciplinas do Núcleo Politécnico, de acordo com as Ementas do Núcleo Básico do Curso de Petróleo e Gás, conforme o PPC de 2019.

<b>Análise das Ementas do 2º Ano</b>	
<b>Núcleo: Politécnico</b>	
<b>Disciplinas</b>	<b>Objetivos</b>
Geografia Aplicada	Compreender as transformações do espaço geográfico e seus reflexos na regionalização mundial e na formação dos blocos econômicos e de poder.
Tecnologia dos Materiais	Introduzir os discentes ao estudo dos materiais, baseando-se na relação entre estrutura, propriedade, processamento e desempenho, com a finalidade de compreender os conceitos relacionados às propriedades dos materiais e os mecanismos para modificação dessas propriedades, [...]. Proporcionar aos estudantes meios para desenvolver capacidades para se situarem de forma interativa e crítica no mundo,
Química Analítica e Instrumental	Estimular o espírito crítico dos discentes, propiciando os conceitos fundamentais da química, de forma acessível, direcionando explicações científicas a fenômenos do cotidiano do estudante, com temáticas envolvendo tecnologia, saúde, meio ambiente, permitindo, assim, a compreensão das implicações éticas, políticas e sociais da ciência e do mundo.

Fonte: Elaboração própria, com base no PPC de 2019 do Curso de Petróleo e Gás do IFFluminense, 2021.

Analisando as ementas dos três cursos, verifica-se uma mudança no currículo no que diz respeito às disciplinas e aos conteúdos sistemáticos do terceiro ano. Nos dois primeiros anos do curso, há uma diversificação nas disciplinas básicas, politécnicas e técnicas; enquanto no terceiro ano do curso as disciplinas predominantes são as da área de conhecimento do técnico e do politécnico.

Quadro 5 - Objetivos das Disciplinas do Núcleo Politécnico, de acordo com as Ementas do Núcleo Básico do Curso de Petróleo e Gás, conforme o PPC de 2019.

<b>Análise das Ementas do 3º Ano</b>	
<b>Núcleo: Básico</b>	
<b>Disciplinas</b>	<b>Objetivos</b>
Redação	Incentivar a prática da produção escrita, da compreensão linguística e da “crítica” leitora e linguística dos diferentes gêneros textuais.
Artes II	Desenvolver o olhar crítico reflexivo através da leitura de imagens.
Educação Física III	Estimular o estilo de vida ativo, tem-se também o objetivo de desenvolver a cooperação, a empatia, o respeito, a responsabilidade, a assiduidade, a pontualidade, a competição saudável e a dedicação também para o mundo do trabalho.
Matemática III	Aplicar conhecimentos matemáticos para interpretar, criticar e resolver problemas acadêmicos e do cotidiano.
Física III	Facilitar o desenvolvimento da formação crítica dos estudantes, frente ao desenvolvimento científico em relação à sociedade, à tecnologia e ao meio ambiente.
Química do Petróleo	Estimular o espírito crítico, propiciando conceitos fundamentais da química, de forma acessível, propiciando explicações científicas para fenômenos do cotidiano do estudante e trabalhar temáticas na área da tecnologia, da saúde e do meio ambiente, permitindo, assim, uma

	melhor compreensão das implicações éticas, políticas e sociais da ciência e do mundo.
Biologia II	Compreender a diversidade dos seres vivos, a partir do olhar genético, e reconhecer que a variabilidade entre os seres vivos é fundamental para a evolução das espécies. Compreender a importância ecológica, médica e econômica dos organismos vivos.
<b>Núcleo: Politécnico</b>	
Inglês Técnico <sup>2</sup>	-
Filosofia e Sociologia no Mundo do Trabalho	Compreender, através dos conhecimentos, as transformações no mundo do trabalho e o novo perfil de qualificação exigido pelas mudanças na ordem econômica. Já nos objetivos específicos, tem-se a intenção de, através dos conhecimentos, realizar a reflexão crítica do trabalho e da técnica, compreender os impactos econômicos e sociais das mudanças no mundo do trabalho e entender como as relações sociais são diretamente afetadas pelas relações produtivas.
Produção de Petróleo e Gás	Proporcionar aos alunos conhecimentos teórico-práticos para atuarem de forma crítica e criativa no setor petrolífero nas áreas de concentração de poços, medição e produção de petróleo e gás.
<b>Núcleo: Técnico</b>	
No componente curricular Controle, Automação e Instrumentação do Núcleo Técnico, referente à formação para a emancipação social, tem-se na descrição do Projeto Político Pedagógico do Curso de Petróleo e Gás de 2019, a aquisição dos conhecimentos formais que envolvem competências e conhecimentos referentes à disciplina em questão, que são direcionados ao processo industrial. O mesmo temos no componente curricular da disciplina obrigatória Operações Unitárias, e na disciplina Reservatório e Métodos de Elevação, já que os conteúdos formais de ensino dessas disciplinas contemplam também os conhecimentos que envolvem os princípios, os conceitos e as definições da própria temática.	

Fonte: Elaboração própria, com base no PPC de 2019 do Curso de Petróleo e Gás do IFFluminense, 2021.

Por meio dos componentes curriculares mencionados, observou-se a predominância e a predileção de trabalhar a formação para a emancipação social dos sujeitos, ou seja, a formação cidadã, o que se articula bem com o objetivo desta análise, a qual objetiva encontrar, no Projeto Político Pedagógico do Curso de Petróleo e Gás, esse contexto de formação cidadã através dessa organização curricular. No entanto, é possível mencionar que algumas disciplinas se destacam nesse viés de formação, enquanto outras (minorias) são mais específicas no que se refere ao conteúdo trabalhado na disciplina em questão. Nesse contexto, todos os componentes, no que tange aos seus objetivos, foram destacados aqui.

Considerando a descrição de cada disciplina trabalhada no Curso de Petróleo e Gás, em se tratando de formação integrada e completa, Ramos (2012) corrobora que um projeto de Ensino Médio Integrado ao ensino técnico tendo o trabalho, a ciência e a cultura como eixos estruturantes da formação, deve superar o conflito em torno do papel da escola, de formar para a cidadania ou para o trabalho produtivo. Nesse contexto, apreender o sentido dos conteúdos de ensino implica considerar o que são conhecimentos construídos historicamente, e que se torna, para o sujeito, futuro trabalhador,

<sup>2</sup> No documento pesquisado, a ementa do curso não está traduzida e, por esse motivo, não foi apresentada aqui.

pressupostos a partir dos quais ele pode construir novos conhecimentos no processo de investigação e da compreensão do real.

#### 4.1.3 Estratégias Didático-Pedagógicas para permanência e integralização

Após analisar as disciplinas do Curso de Petróleo e Gás, por meio do Projeto Político Pedagógico de Curso de 2019, chegou-se à parte do documento que apresenta alguns tópicos que compõem as estratégias pedagógicas de organização do curso. Fazem parte dessa organização, o Projeto Integrador de Permanência e Êxito (PIPE), a metodologia de ensino e estratégias pedagógicas do curso, as estratégias de fomento ao desenvolvimento sustentável, ao cooperativismo e à inovação tecnológica, as atividades acadêmicas e alguns tópicos que permeiam o processo de ensino e aprendizagem.

Quadro 6 - Projeto Pedagógico do Curso de Petróleo e Gás.

<b>Projeto Pedagógico do Curso de 2019</b>
<p>O PIPE é um projeto que acena como oportunidade de atendimento às perspectivas de acolhimento, de integração dos discentes com a Instituição e dos componentes curriculares. De acordo com o documento, O Projeto Integrador de Ensino e Permanência (PIPE) foi desenvolvido para promover a interdisciplinaridade no processo de ensino, o êxito e a permanência dos estudantes. Trata-se de um projeto que aborda várias temáticas propostas pelos docentes, que têm inspiração em um tema gerador, trabalhado a partir da interdisciplinaridade, seguindo a metodologia da problematização. De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso de 2019, o PIPE se configura como um momento privilegiado de ensino e pesquisa, união entre teoria e prática, desenvolvimento do senso crítico e da responsabilidade social do discente e de toda a comunidade escolar.</p>
<b>Metodologia de Ensino e Estratégias Pedagógicas</b>
<p>O PPC de 2019 aborda que os servidores do <i>campus</i> Avançado de São João da Barra subentendem que a Educação Profissional e Tecnológica luta entre os projetos da sociedade. Dessa forma, há a disputa pelo sentido das concepções pedagógicas que perpassam pelas leis educacionais vigentes, pela compreensão da relação entre a ciência, o trabalho, a tecnologia e a cultura, visando à formação profissional e cidadã, crítica e reflexiva, à formação técnica e eticamente pautada na transformação da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça social. No contexto de produção de caráter excludente, oriundo das formas capitalistas de produção e reprodução do conhecimento, a reestruturação da educação profissional torna-se urgente, pensando na ampliação das possibilidades de inclusão no mundo do trabalho e, assim, no acesso aos direitos básicos da cidadania.</p> <p>Referente às práticas pedagógicas que conduzem o aluno na formação cidadã, segundo o PPC de 2019, as estratégias adotadas no Curso de Petróleo e Gás evidenciam-se pela participação em atividades acadêmicas, em projetos educacionais, aulas expositivas, aulas dialogadas, pesquisa/projeto, debates em sala de aula, seminários, laboratórios, projetos multidisciplinares e atividades integradoras. Assim, o que se pretende é uma organização curricular integrada, associada à realidade sócio-histórica e, portanto, em sintonia com o tempo social, com o cultural, com o econômico e com os avanços tecnológicos.</p> <p>Dentre os tópicos que fazem parte da metodologia de ensino, está a aplicação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), essas, segundo o documento em questão, podem contribuir para a formação cidadã e profissional dos jovens.</p>

<b>Estratégias de fomento ao desenvolvimento sustentável, ao cooperativismo e à inovação tecnológica</b>
<p>No Curso Técnico em Petróleo e Gás Integrado ao Ensino Médio, os alunos são estimulados a realizar atividades que fomentem o desenvolvimento sustentável, o cooperativismo e a inovação tecnológica, temas que são tratados de forma transversal e combinada, com o objetivo de desenvolver nos discentes a consciência da necessidade de analisar, de forma crítica, cada situação e problemática encontradas na realidade do mundo do trabalho.</p>
<b>Atividades acadêmicas</b>
<p>As atividades acadêmicas se constituem como instrumento de aprimoramento da formação do estudante, visto que elas têm natureza multidisciplinar, pois compreendem atividades científicas, artísticas e culturais, contribuindo para o enriquecimento do perfil profissional e cidadão do estudante e proporcionando também a integração entre pesquisa e extensão.</p> <p>Dentre as atividades acadêmicas, estão a prática profissional, que é compreendida como um componente curricular e, como metodologia de ensino, constitui-se em uma atividade articuladora entre ensino, pesquisa e extensão.</p> <p>Outro tópico é o estágio profissional supervisionado, que não é obrigatório no curso em questão; porém, quando é assumido intencionalmente pela instituição de ensino como ato educativo e é de livre escolha do aluno, essa atividade é registrada em seu histórico escolar.</p> <p>As visitas técnicas também fazem parte das atividades acadêmicas. Elas são apresentadas no documento como oportunidade complementar ao ensino e à aprendizagem, permitindo que o aluno visualize os conteúdos trabalhados em sala.</p> <p>Outro tópico de atividades complementares que fazem parte das atividades acadêmicas são os cursos de pequena duração, seminários, fóruns, palestras, dias de campo, realização de estágios não curriculares e outras atividades articuladas ao currículo. As atividades complementares são obrigatórias e são desenvolvidas fora do horário normal do curso. Por fim, estão os programas de iniciação científica e os projetos de pesquisa, os quais são considerados elementos de pesquisa e extensão.</p>
<b>Tópicos que permeiam o processo de ensino aprendizagem</b>
<p>Por fim, o documento apresenta alguns tópicos que permeiam o processo de ensino aprendizagem, os quais serão apresentados a seguir. A oferta de componentes curriculares por EAD também apresenta todo o sistema de avaliação do estudante, a qualidade do curso, a organização do corpo docente, a estrutura do núcleo docente estruturante, a gestão acadêmica do curso, a infraestrutura, a assistência estudantil, o programa de desenvolvimento técnico-científico, educacional, de pesquisa e extensão, o papel da família, o atendimento à pessoa com necessidades educacionais especiais/específicas e a infraestrutura de acessibilidade aos certificados e diplomas.</p>

Fonte: Elaboração própria, com base no PPC de 2019 do Curso de Petróleo e Gás do IFFluminense, 2021.

Como demonstrado acima, pautado nas informações do PPP de 2019, o curso prevê uma organização estrutural que pensa o processo de ensino desde o acolhimento até a permanência e o êxito dos alunos. Dentro dessa organização, pensa-se também a articulação de estratégias de ensino, como a interdisciplinaridade e a metodologia de ensino, que se configuram através da relação entre ciência, trabalho, tecnologia e cultura, visando à formação sob uma perspectiva crítica-reflexiva. Quanto às atividades do curso, essas dividem-se em atividades de desenvolvimento sustentável e atividades acadêmicas, que também fazem parte do contexto de organização do curso. Por meio dessas atividades, os alunos têm acesso às inovações tecnológicas, à ciência, à arte, à cultura. Além desses aspectos de formação, o documento aponta outros aspectos fundamentais que fazem parte do curso, tais como o processo de avaliação, o estágio, a gestão acadêmica, dentre outros. Os fatores mencionados integrados contribuem para a formação dos futuros profissionais e cidadãos.

## 5 PRODUTO EDUCACIONAL E SUA APLICABILIDADE

A materialização do produto educacional aconteceu por meio de um ciclo de palestras cujo nome é “Educação para ‘além do mundo do trabalho’: formando profissionais ou formando cidadãos?”. O primeiro encontro ocorreu no dia 30 de junho de 2021, às 15h30, e foi transmitido por meio do *IFTUBE*. No dia 30 de junho, foram palestrantes os professores Luiz Augusto Caldas e Gaudêncio Frigotto, e a palestra foi mediada pela autora desta pesquisa, Maria Angélica Sardinha.

Figura 3 – Arte de divulgação do ciclo de palestras.

**CICLO DE PALESTRAS**

**Educação para "além do mundo do trabalho": formando profissionais ou formando cidadãos?**

**DIAS: 30/06/2021 E 01/07/2021**

Mediação: Maria Angélica Peixoto Sardinha  
Inscrições: 23 a 30/06/2021 - <https://eventos.iff.edu.br/cidadaniaeducacaoprofissional>

**30/06/2021**  
Início: 15:30H  
**MESA 1**  
Processo de construção histórico da EPT e a discussão das contribuições para a formação emancipadora em prol da cidadania.  
**PROF.: LUÍS AUGUSTO CALDAS**  
**PROF.: GAUDÊNCIO FRIGOTTO**  
Link: <https://youtu.be/9TE3NncYmTA>

**01/07/2021**  
Início: 18:30H  
**MESA 2**  
Pedagogia histórico crítica: definições, concepções e a prática educativa.  
**PROFA.: RENATA MALDONADO**  
**PROF.: LEONARDO S. MULINE**  
Link: <https://youtu.be/ZMqBYEYFvg>

**INSTITUTO FEDERAL**  
Fluminense

**PROFEPT**  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Fonte: Arte Gráfica elaborada por Alan Rene, docente do Curso de Tecnologia em *Design Gráfico*. IFF *campus* Campos Centro.

É importante ressaltar que todo o encontro foi direcionado para os docentes do *campus* Avançado de São João da Barra, em especial os do Curso de Petróleo e Gás; no entanto, estendemos a transmissão para todos os servidores do *campus*, pelo fato de o ciclo de palestras apresentar um conteúdo rico em conhecimento sistemático para a educação Profissional e Tecnológica. Assim, contamos com a participação dos gestores do *campus*, da equipe técnica e de todos os docentes. A primeira mesa, “O processo de construção histórico da EPT”, abordou as contribuições para a formação emancipadora em prol da cidadania.

As temáticas versaram sobre diferentes aspectos da constituição da EPT e sobre o seu potencial transformador junto à sociedade brasileira; desse modo, no primeiro dia os debatedores foram instados a problematizar a história da EPT e as possíveis contribuições para a construção da cidadania (Quadro 7).

Quadro 7 – Temas abordados no ciclo de palestras.

Debatedor	Principais pontos abordados na palestra
Luiz Augusto Caldas <sup>3</sup>	História da EPT no Brasil. Dualidade e Fragmentação na EPT. Ensino Médio Integrado e suas potencialidades.
Gaudêncio Frigotto	Concepções e definições do Ensino Médio Integrado. Pontos essenciais da formação humana para a cidadania.
Renata Maldonado	Pedagogia Histórico: concepções e definições.
Leonardo Muline.	Pedagogia Histórico: crítica e práticas educativas.

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Após o discurso do professor Luiz Caldas, iniciou-se a apresentação do professor Gaudêncio Frigotto, o qual contou um pouco sobre a sua trajetória acadêmica-profissional, que fez dele um clássico no que se refere às pesquisas relacionadas à Educação Profissional e Tecnológica. O palestrante é Mestre em Administração de Sistemas Educacionais pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, é Doutor em Educação: História, Política e Sociedade; atua como pesquisador sênior do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), foi membro de vários comitês científicos, como CNPq, CAPS, FAPERJ e, também, membro de grupos de trabalhos científicos e núcleos de estudos. O professor Gaudêncio tem experiência na área de educação, com ênfase em fundamentos da educação, atuando nos seguintes temas: educação e trabalho, educação básica e educação técnica profissional na perspectiva politécnica.

A educação formal, sobretudo a Educação Profissional e Tecnológica, é a modalidade de ensino enfatizada por Gaudêncio em suas pesquisas; dessa forma, o convidado discutiu acerca da seguinte temática: “Concepções e definições do Ensino Médio Integrado, pontos essenciais da formação emancipadora para a cidadania.”.

No segundo dia de palestras, foram discutidos as definições, os conceitos e a prática educativa da pedagogia histórico-crítica. O encontro aconteceu no dia 1º de julho de 2021 e teve a participação da professora Renata Maldonado e do coordenador do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), professor Leonardo Salvalaio Muline. Todo o encontro foi transmitido pelo *IFF TUBE*.

Renata Maldonado discutiu sobre as concepções e definições da pedagogia histórico-crítica. A palestrante é Mestre em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Doutora em Educação pela mesma universidade e Pós-Doutora na área de Educação pela Universidade Nova de Lisboa. É professora associada da área de Política e Gestão Educacional da Universidade Estadual do

<sup>3</sup> Mestre em Planejamento e Gestão de Cidades pela Faculdade Candido Mendes. Doutor em Planejamento Regional e Gestão da Cidade pela Universidade Candido Mendes. Luiz Augusto é professor do Instituto Federal Fluminense e foi Reitor do IFF entre os anos de 2012 e 2016.

Norte Fluminense – Darcy Ribeiro (UENF). Foi professora do departamento de sistemas educacionais da UERJ. Tem experiência na área de educação, com ênfase em políticas educacionais, história da educação e comunicação e educação, atuando, principalmente, nos seguintes temas: políticas educacionais, história da educação, meios de comunicação e consumo.

Em um segundo momento, o professor Leonardo Salvalaio discutiu acerca da temática Pedagogia Histórico-Crítica e Práticas Educativas. Leonardo é Mestre em Educação em Ciências e Matemática pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES). É Doutor em Ensino de Biociências e Saúde pela Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ). Atualmente, é professor de Biologia do Instituto Federal Fluminense, *campus* Macaé, e Coordenador do Mestrado profissional em Educação Profissional e Tecnológica. Leonardo desenvolve pesquisa em Ensino de Ciências e Biologia, nas áreas de formação de professores, elaboração de livro didático, educação ambiental e práticas pedagógicas.

## **5.1 Percepção dos Docentes acerca dos Limites e das Potencialidades do Ensino da EPT de Forma Integral**

### **5.1.1 Sujeitos da pesquisa**

Como forma de obter informações acerca dos desdobramentos do ciclo de palestras junto ao corpo docente do IFF São João da Barra, sobretudo dos docentes vinculados ao Curso de Petróleo e Gás, foram aplicados questionários em dois momentos distintos, sendo o primeiro antes do ciclo de palestras e, o segundo, logo após.<sup>4</sup> O objetivo do primeiro questionário *on-line* (Google Forms) foi analisar a importância dada pelos docentes aos temas relacionados à cidadania, verificando, ainda, a experiência profissional de cada professor, de acordo com a disciplina ministrada.

É importante ressaltar que o Curso de Petróleo e Gás do *campus* São João da Barra possui, ao todo, 26 docentes vinculados à sua coordenação, sendo que desses 26 docentes do curso, 10 responderam ao primeiro questionário. Para a preservação da identidade dos docentes, nas formulações discursivas, eles foram classificados com as letras do alfabeto, da vogal A à consoante J. O primeiro participante, por ordem da descrição do Google Forms, receberá a nomenclatura A, o segundo participante receberá a nomenclatura B, e assim por diante, até chegar ao último participante, que receberá a nomenclatura J. Entre os docentes que participaram da pesquisa, 8 estão vinculados ao

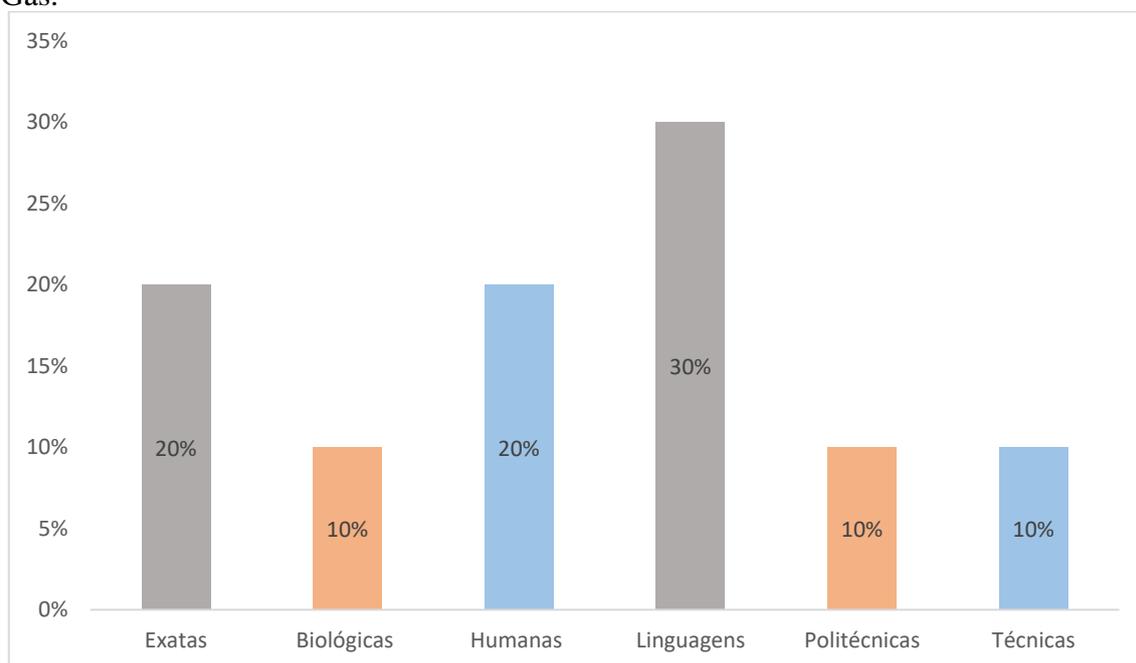
---

<sup>4</sup> O primeiro questionário destinado aos docentes foi aplicado entre os dias 12 de julho de 2021 e 20 de agosto de 2021.

ensino de disciplinas do núcleo básico (propedêuticas) e 2 estão vinculados ao ensino de disciplinas técnicas.

O Curso de Petróleo e Gás é composto por três núcleos: básico, politécnico e técnico, os quais estão articulados em razão dos seus eixos temáticos. Dessa forma, objetivou-se, aqui, coletar informações acerca das áreas das disciplinas de atuação dos docentes, a fim de se verificar a diversidade de participação na pesquisa em questão, assim como seus possíveis reflexos nos padrões de respostas (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Divisão da amostra de professores por área do conhecimento no Curso de Petróleo e Gás.



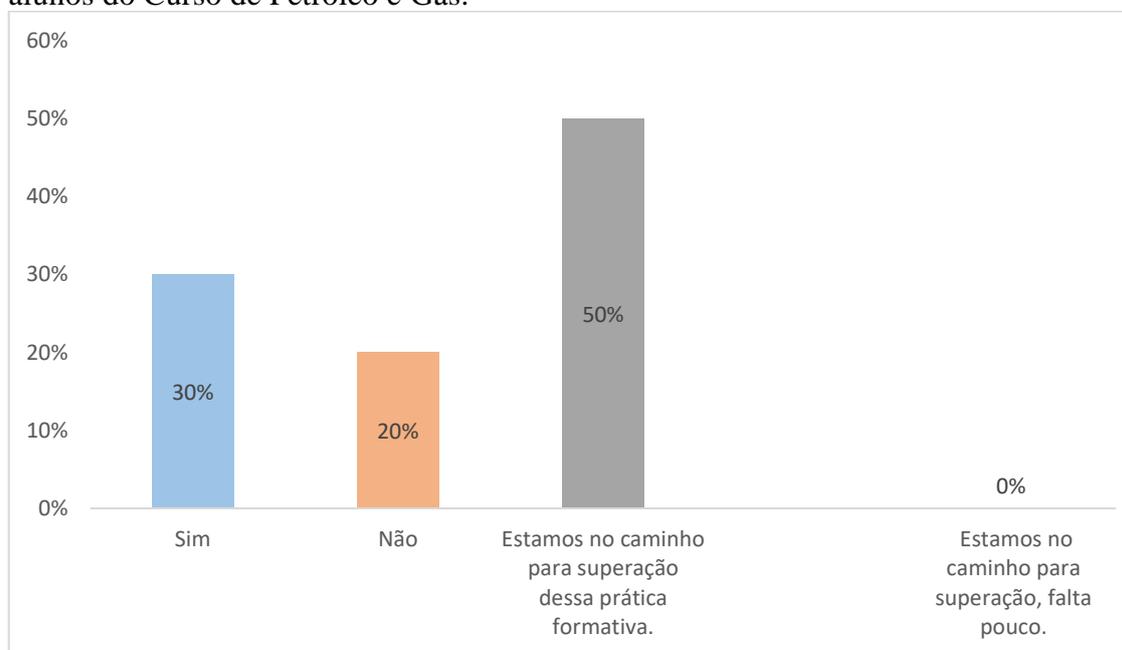
Fonte: Elaboração própria, 2021.

A amostra acima representa a divisão do quantitativo de professores por área do conhecimento no curso pesquisado. Dos dez participantes, dois ministram disciplinas que envolvem a área de exatas, um ministra disciplinas da área das ciências biológicas, dois atuam nas disciplinas de humanas, três são de linguagens, um ministra disciplinas politécnicas e um ministra disciplinas técnicas. Dessa forma, é possível observar a participação de professores de todas as áreas do conhecimento. Essa amostra diversificada é muito importante no resultado da pesquisa, considerando as áreas de conhecimento como um fator de influência nas respostas dos docentes.

Em que pese a formação para o exercício da docência, a prática dos professores no ambiente escolar é de suma importância. Assim, a visão desses docentes acerca do processo formativo é extremamente importante para a compreensão da manutenção (ou não) de práticas vinculadas à

permanência da dualidade entre a formação técnica e a formação para o exercício da cidadania. Desse modo, os docentes foram questionados a respeito da persistência de práticas pedagógicas estritamente voltadas à formação para o mercado de trabalho (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Opinião dos docentes acerca da persistência da formação puramente técnica dos alunos do Curso de Petróleo e Gás.



Fonte: Elaboração própria, 2021.

De acordo com a opinião da maioria dos docentes entrevistados, é possível verificar a visão de que a EPT persiste com práticas voltadas à formação fragmentada. Contudo, é importante salientar que existe uma perspectiva de melhora no processo da EPT, visto que a metade dos docentes alega que o processo de superação da fragmentação se encontra em curso. Essa perspectiva é importante, pois permite a inferência de que existe uma maior abertura para a adoção de práticas que possam superar a fragmentação no cotidiano escolar; contudo, a formação dos discentes ainda permanece bastante alicerçada nas fronteiras disciplinares, configurando-se como um elemento de difícil superação.

Dessa forma, quando a escola orienta-se pela lógica do mercado, elaborando diferentes propostas de conteúdo, deixa de distribuir o conhecimento igualmente com suas diferentes localizações, clientela e seus diversos projetos pedagógicos (KUENZER, 2000).

Arroyo (2007) salienta que a educação moderna configura-se nos confrontos sociais e políticos ora como um dos instrumentos de conquista da liberdade, da participação e da cidadania, ora como um dos fatores para controlar e dosar a liberdade, a civilização, a racionalidade, a submissão pelas novas formas de produção industrial e as relações sociais entre os homens.

Acerca da necessidade de superação das fronteiras disciplinares, a prática e a experiência docente se apresentam como elementos essenciais para evitar a fragmentação da EPT. Desse modo, buscou-se conhecer como os docentes entrevistados percebem suas práticas didático-pedagógicas junto à EPT para a implementação de uma formação voltada para a cidadania (Quadro 8).

Quadro 8 – Percepção dos docentes acerca das suas práticas para a superação da fragmentação na EPT.

Participantes	Respostas
A	“Fazer o uso das [nome da disciplina] de forma coerente com a situação comunicativa contribui para que os aprendizes vivam melhor em sociedade, estabelecendo relações com diferentes sujeitos ao longo de suas vidas.”
B	“Acredito que contribuo para que o indivíduo possa no futuro exercer sua cidadania através do trabalho.”
C	“A minha disciplina tem como um dos seus principais objetivos a emancipação do indivíduo e o desenvolvimento de sua cidadania plena.”
D	“Através da minha disciplina podemos trabalhar conteúdos que vão além da sala de aula e da mera formação profissional. O aluno é capaz de repensar o contexto em que vive, suas práticas e modo de relacionar-se com os demais.”
E	“Sobre minhas disciplinas, cujo perfil se aproxima mais da área [área afim] acredito que a formação ‘conteudista’ e técnica seja o principal meio de emancipar e incluir os jovens. Se não fosse para formar técnicos para o mercado de trabalho, não seriam necessários os cursos de formação profissional. A formação humana integral na escola, de modo geral, deveria ser obtida através da assimilação dos conteúdos formais, incluindo-se conceitos filosóficos, sociológicos e teológicos apresentados de forma imparcial, e também pela inclusão de disciplinas sobre educação financeira, argumentação (retórica), legislação, primeiros socorros e outras pertinentes. Além disso, influencia na formação humana o exemplo moral e ético dos agentes profissionais envolvidos na educação de cada indivíduo.”
F	“Os conteúdos abordados em [nome da disciplina] permitem que os estudantes possam compreender sobre si e sua relação com o meio em que vive. Assim, estes conteúdos estimulam aos mesmos se posicionarem de forma crítica em relação aos [conteúdos da disciplina].”
G	“Importante para formação básica.”
H	“Procuro sempre mostrar o custo da baixa participação cidadã em um Estado Democrático de Direito.”
I	“Desenvolver as competências [nome do conteúdo de uma disciplina].”
J	“Totalmente importante. Faz parte da Ementa das disciplinas trabalhar a conscientização cidadã nos discentes.”

Fonte: Elaboração própria, com base nos questionários realizados com docentes, 2021.

A finalidade do questionamento anterior foi coletar informações dos docentes acerca dos conteúdos trabalhados em suas respectivas disciplinas no Curso de Petróleo e Gás, tendo, assim, a intenção de se verificar a importância desses conteúdos na formação humana dos sujeitos para o exercício da cidadania e para a emancipação social. Nesse sentido, a análise das respostas relata que os professores, ao trabalharem suas disciplinas, têm a preocupação de promover a articulação entre as

esferas formadoras de profissionais integrados ao campo do trabalho a partir de uma visão crítica de mundo. Dentro do contexto apresentado, chama atenção a fala do docente “E”, que faz o seguinte relato:

Acredito que a formação “conteudista” e técnica seja o principal meio de emancipar e incluir os jovens. Se não fosse para formar técnicos para o mercado de trabalho, não seriam necessários os cursos de formação profissional. A formação humana integral na escola, de modo geral, deveria ser obtida através da assimilação dos conteúdos formais, incluindo-se conceitos filosóficos, sociológicos e teológicos apresentados de forma imparcial, e também pela inclusão de disciplinas sobre educação financeira, argumentação (retórica), legislação, primeiros socorros e outras pertinentes. Além disso, influencia na formação humana o exemplo moral e ético dos agentes profissionais envolvidos na educação de cada indivíduo. (Docente “E”)

Apesar de o participante apontar a formação “técnica e conteudista” como principal meio de emancipação dos sujeitos, ele também especifica quais são as temáticas dentro dos conteúdos e disciplinas que potencializam a formação para o exercício da cidadania, na formação tecnológica e profissional, além de apontar o exemplo moral e ético dos agentes profissionais de educação envolvidos na formação dos indivíduos como fator preponderante para a formação integral e para a emancipação social.

Segundo Arroyo (2007), é necessário rever um ponto no equacionamento da relação entre educação, cidadania e democracia que compõe a ilusão pedagógica, o peso direcionado ao saber e a educação no destino dos indivíduos e das classes. No pensamento educacional, política, participação, democracia e cidadania sempre foram vinculadas muito mais à consciência, ao saber, à ignorância, à realidade e aos valores culturais do que à própria condição material de existência, às relações sociais de produção, como se a realidade fosse separada.

Em se tratando de educação integral, a utilidade dos conteúdos passa a ser concebida na perspectiva imediata do mercado, mas tendo como referência a utilidade social, na qual os conteúdos são selecionados e organizados com a possibilidade de gerar comportamentos que promovam o sujeito e instrumentalizem o reconhecimento da sociedade e da sua transformação. Assim, objetiva-se formar o indivíduo em suas múltiplas capacidades: de trabalhar, de viver coletivamente e de agir autonomamente sobre a realidade (ARAÚJO; FRIGOTTO, 2015).

Nesse sentido, foi questionado aos professores acerca da percepção deles sobre a importância do estabelecimento de políticas públicas que conjuguem a EPT, a vida profissional e a cidadania. Dessa forma, foram colhidas informações acerca daquilo que os docentes percebem como uma formação integral dos seus alunos (Quadro 9).

Quadro 9 – Percepção dos docentes entrevistados acerca daquilo que seria uma formação integral para os seus alunos.

Participantes	Respostas
A	“Formar o cidadão civil e socialmente, 65oloca65-lo para o mundo do trabalho, de modo que seja sempre valorizado.”
B	“Muito importante, pois através da profissionalização o indivíduo pode ocupar um espaço no setor produtivo e, com isso, poder exercer sua cidadania.”
C	“O trabalho é tão importante na vida de um indivíduo, que no dizer de Marx, passamos a nos reconhecer e ser reconhecidos pelo que fazemos, pela nossa profissão. Formar o indivíduo de forma integral, 65oloca-lo em contato com a ciência, com o mundo do trabalho em plena adolescência abre um leque de oportunidades e conhecimentos para esse indivíduo, que mesmo que ele não exerça a profissão a que foi certificado, ele está preparado para o mundo do trabalho, seja em que outro ofício for, pois a base ele já teve.”
D	“A educação profissional proporciona uma mudança de vida, uma transformação do sujeito e da realidade em que vive por meio das oportunidades que são apresentadas a ele.”
E	“Colaborar com a formação cultural (formal) dos discentes e ajudar os egressos a se inserirem no mercado de trabalho.”
F	“A formação profissional permite que os sujeitos possam adquirir competências e habilidades para o mundo do trabalho. Entretanto, é fundamental que essa formação seja pautada no protagonismo dos estudantes, de forma que os mesmos possam atuar de forma crítica e propositiva no exercício da sua profissão.”
G	“Muito importante pois o trabalho é essencial para a vida dos sujeitos.”
H	“A profissionalização humaniza, na medida em que torna quem aprende um ser capaz de [...] Ou seja, um ser humano que se reconhece capaz e que é reconhecido como tal.”
I	“Amplia a visão de mundo e prepara os jovens para uma contribuição consciente e solidária para uma sociedade melhor.”
J	“Ampliar as possibilidades. Ele pode escolher ser inserido agora no mercado de trabalho, ou posteriormente à conclusão de um curso de formação superior.”

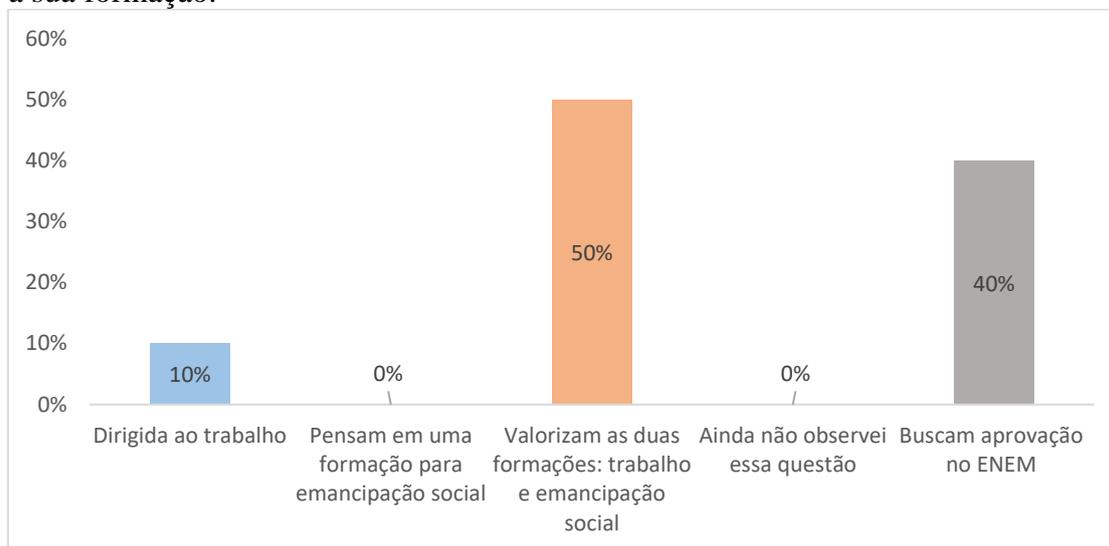
Fonte: Elaboração própria, com base nos questionários realizados com docentes, 2021.

Após observar as respostas dos professores, é possível atentar para a questão da subjetividade quanto à formação profissional, ficando evidente que a finalidade da Formação Profissional e Tecnológica, segundo os participantes, perpassa pelo objetivo de formar o cidadão em sua integridade, através de uma formação crítica e reflexiva. A mesma importância desdobra-se sobre uma formação para o mercado de trabalho, garantindo as competências necessárias para esse sujeito desenvolver-se como futuro trabalhador.

Outro dado importante coletado junto aos docentes foi a percepção acerca das expectativas dos alunos sobre a formação em EPT, levando em consideração o que os alunos compreendem como as dimensões do impacto de uma formação EPT em suas vidas. Assim, os docentes foram instados

a responderem sobre o que eles acreditam que seus alunos buscam com a EPT no Curso de Petróleo e Gás (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Percepção dos docentes acerca dos interesses dos alunos ao buscarem a EPT para a sua formação.



Fonte: Elaboração própria, 2021.

Dos dez participantes, um aponta que os alunos atentam para a formação destinada ao trabalho; quatro docentes indicam que os alunos, segundo suas concepções, buscam a aprovação no Enem ou em outros vestibulares, e cinco dos docentes apontam que os alunos valorizam as duas formações: para o trabalho e para a emancipação social. A formação para atuação na vida social e política, no sentido da emancipação social, não foi uma opção escolhida pelos docentes, assim como a opção “Ainda não parei para observar essa questão”.

Podemos inferir, por meio das respostas, que os alunos importam-se com uma formação voltada para a cidadania de forma integral e, ao mesmo tempo, atentam para a formação dirigida ao trabalho e ao Enem. É importante frisar que a busca por uma boa qualificação no Enem é muito positiva, pois representa uma inquietação dos alunos em adquirir conhecimentos sistematizados, científicos. E mesmo nos casos em que os discentes apresentam essa concepção atrelada também ao trabalho, consideramos que terão um nível superior em sua formação.

Dos dez participantes, um não opinou frente à questão, o participante “A”. O participante “H”, por sua vez, aponta que essa questão não pode ser generalizada. Os demais docentes manifestaram uma peculiar importância ao se tratar dos conteúdos de base crítica para serem trabalhados na Educação Profissional e Tecnológica. Dentre as importâncias manifestadas estão formar o cidadão crítico, completo, reflexivo, que tenha consciência da realidade em que vive. É

importante ressaltar a resposta do participante C, que, ao abordar sobre a importância da formação crítica, faz uma ressalva e pontua que “É de vital importância que o aluno não seja apenas treinado em um ofício”. Esse ponto que o docente destaca é bem debatido na pesquisa em questão, pois apresenta a fragmentação da formação voltada apenas para o ofício, o trabalho.

No que concerne à formação dos sujeitos, Freire (2001) destaca a importância dos conteúdos voltados para a formação crítica, afirmando que a articulação desses com a realidade dos alunos permite que os indivíduos se percebam como agentes de sua realidade. Assim, os assuntos escolares devem estar sempre associados a uma leitura avaliativa da realidade, pois é através desses que há a oportunidade de ensinar a “pensar certo”, conforme pontua o educador. Ademais, a prática educativa em questão se faz progressista na medida em que tenta retirar do oculto os problemas sociais, desafiando e inquietando os discentes por meio das abordagens em sala de aula.

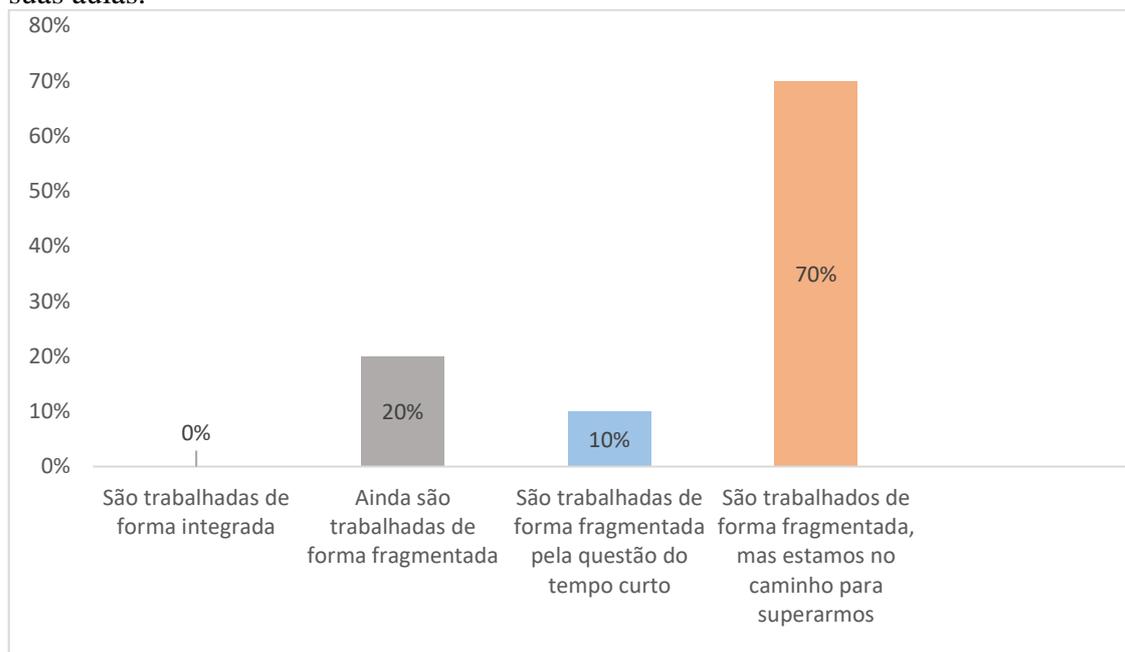
## **5.2 Cidadania e Fragmentação Curricular: Um dos maiores dilemas da EPT**

Uma das reflexões acerca da educação integral e completa, a qual forma o ser humano para exercer a cidadania, é a questão da fragmentação dos conteúdos como forma de segmentá-los para repassar os conhecimentos necessários. De acordo com Araújo e Frigotto (2015), a educação escolar brasileira tem sua organização curricular definida por formas instrumentais promotoras de um tipo humano conformado política e pedagogicamente. Assim, os desenhos curriculares elaborados nessa perspectiva têm a pretensão de promover habilidades e atitudes conforme alguma capacidade específica exigida pelo mercado.

Segundo Ciavatta, Ramos e Frigotto (2005), a ideia de formação integrada preconiza superar o ser humano dividido pelas práticas de formação que fragmentam a ação entre a prática de executar e a de pensar; trata-se de ir além das práticas reducionistas de ensino. Como formação humana, o que se busca é garantir aos jovens, aos adolescentes e aos adultos o direito a uma formação completa para a leitura de mundo e para a atuação como cidadãos integrados à realidade política e social. Essa formação pressupõe, pois, a realidade humana.

Acerca dessas questões elencadas acima, entende-se que a cidadania não pode se descolar dos demais conteúdos da EPT, devendo ser tratada de maneira conjunta com todos os demais conteúdos, sendo eles técnicos, politécnicos ou do núcleo básico. Assim, buscou-se verificar, junto aos professores entrevistados, como eles percebem o seu trabalho acerca da temática da cidadania em suas aulas (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Percepção dos docentes sobre a instrumentalização da temática da cidadania em suas aulas.



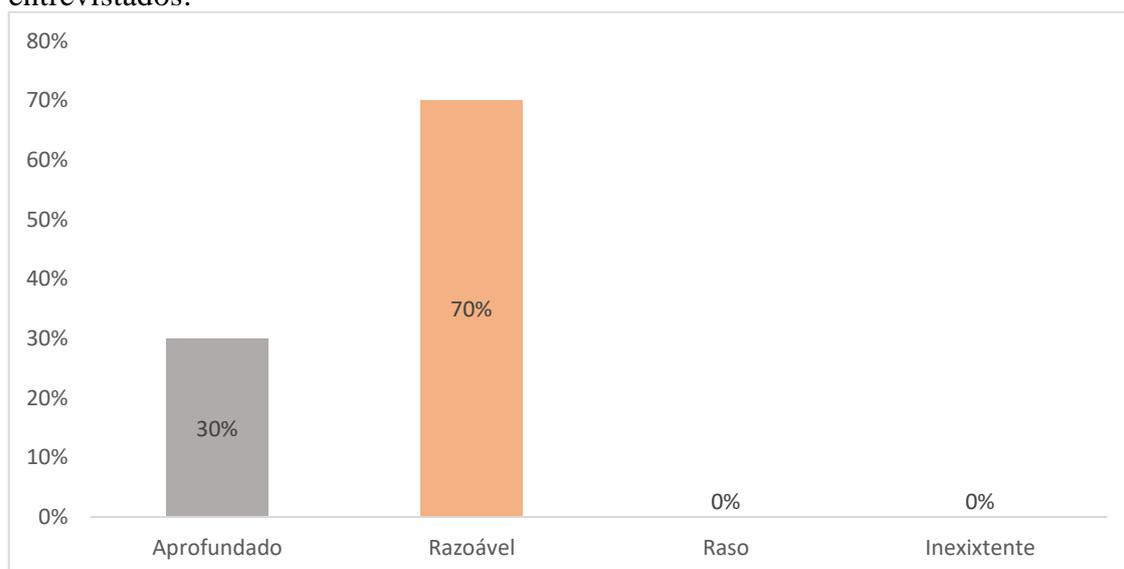
Fonte: Elaboração própria, 2021.

Conforme observado anteriormente no gráfico, dos dez participantes, um aponta que os conteúdos são trabalhados de forma fragmentada. Segundo esse respondente, o maior desafio para não trabalhar a cidadania em suas aulas é o pouco tempo que possui junto aos alunos; dois participantes pensam que os conteúdos ainda são trabalhados de forma fragmentada; e sete participantes apontam que os conteúdos são trabalhados de forma fragmentada, mas que estamos no caminho para superarmos a fragmentação dos conhecimentos. Já a opção “As temáticas são trabalhadas de forma integrada” não foi escolhida por nenhum dos respondentes.

Nesse contexto, o que predomina nas respostas é que os conteúdos ainda são trabalhados de forma fragmentada, mas que se está no caminho para superar a fragmentação dos conhecimentos, assim também como é apontado que o tempo é um fator que influencia no predomínio da fragmentação; além disso, tem-se que considerar que dois dos participantes partem do pressuposto de que ainda se está diante de uma realidade em que os conteúdos são trabalhados de forma fragmentada.

Outra observação identificada por este estudo para o direcionamento das ações junto à cidadania está correlacionada ao conhecimento dos docentes sobre o assunto. Dessa forma, é oportuno considerar a formação continuada dos docentes, sobretudo envolvendo temáticas que abordem a importância da cidadania, como instrumento de conhecimento que facilitaria o processo didático-pedagógico para uma educação que busca autonomia. Nesse sentido, os docentes foram questionados acerca do seu conhecimento sobre a temática da cidadania (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Nível de conhecimento sobre a cidadania atribuído pelos professores entrevistados.



Fonte: Elaboração própria, 2021.

O que verifica-se é que os docentes entrevistados têm conhecimento a respeito da cidadania, uma vez que 30% consideraram esse conhecimento aprofundado e que 70% o consideraram razoável; portanto, infere-se que há dificuldades estruturais em estabelecer meios para a construção de conhecimentos da cidadania junto aos alunos. Nesse sentido, para Candau *et al.* (2000), a percepção que cada pessoa tem dos direitos humanos está condicionada ao lugar social que ela ocupa na sociedade. Assim, a formação humana para o exercício da cidadania não se reduz à consciência, nem mesmo ao exercício individual dos direitos e deveres civis e políticos, mas busca criar condições para uma ação transformadora em diferentes rumos sociais. Nesse contexto, a ação educativa para a humanização e para a cidadania exige educar para a atitude político-social e para a democracia, entendendo ser necessário que se dê possibilidade e credibilidade de intervenção na sociedade, bem como na cultura (CANDAUI *et al.*, 2000).

Segundo Arroyo (2014), a cidadania pressupõe a humanidade e o direito tanto ao conhecimento quanto a viver como gente; a ser humano. A partir das afirmativas, o autor declara que, para as políticas e as teorias pedagógicas, o que importa na instituição escolar, nos currículos e na docência é que os alunos aprendam os saberes acumulados transpostos nos documentos norteadores ou as competências para o êxito educacional. Nesse reducionismo, o viver como humano não é considerado um processo que precede o aprender. Dessa forma, pode-se dizer que “À escola, à esfera pública, ao Estado e a suas políticas, aos mestres, cabem missões mais elevadas: garantir o direito público à educação cidadã, ao preparo para a participação cidadã, ativa, consciente.” (ARROYO, 2014, p. 253).

Os conteúdos relacionados à cidadania são de extrema importância na formação dos alunos;

contudo, o domínio da complexidade dessa temática versa sobre a forma com que os professores conseguem (ou não) se apropriar e relacionar os conteúdos da cidadania às suas disciplinas. Desse modo, foi questionado aos professores a forma como ocorre essa apropriação junto aos conteúdos de suas disciplinas (Quadro 10).

Quadro 10 - Forma como os professores trabalharam o tema cidadania durante as aulas.

Participantes	Respostas
A	“O tema cidadania é trabalhado a partir de textos em diversas modalidades, especialmente aquelas em evidência na sociedade dos ‘nativos digitais’.”
B	“Não trabalhei.”
C	“Rodas de conversas – Entrego aos alunos alguns textos jornalísticos ou históricos sobre uma temática atual, disponibilizo um tempo para leitura individual e depois início uma rodada de perguntas sobre o texto e vou aprofundando as perguntas até que consigam chegar ao âmago da questão social colocada em pauta.”
D	“Debates, vídeos de <i>warm-up</i> , mapa comparativo entre culturas e comportamentos.”
E	“Não se aplica.”
F	“Busco apresentar situações reais do cotidiano dos estudantes, para que os mesmos possam refletir sobre problemas que afetam a sociedade e buscar soluções, reconhecendo seus deveres enquanto cidadãos e direitos.”
G	“Debate de situação real.”
H	“Sempre abordo o tema a partir da realidade local.”
I	“Seminário.”
J	“São utilizadas diversas estratégias. Como dinâmicas de grupo trabalhando a imaginação sociológica a fim de eles imaginarem um mundo com mais direitos; trabalhos sobre grandes ativistas políticos e a importância das suas lutas para transformação social, estudo dos direitos previstos na Constituição, etc.”

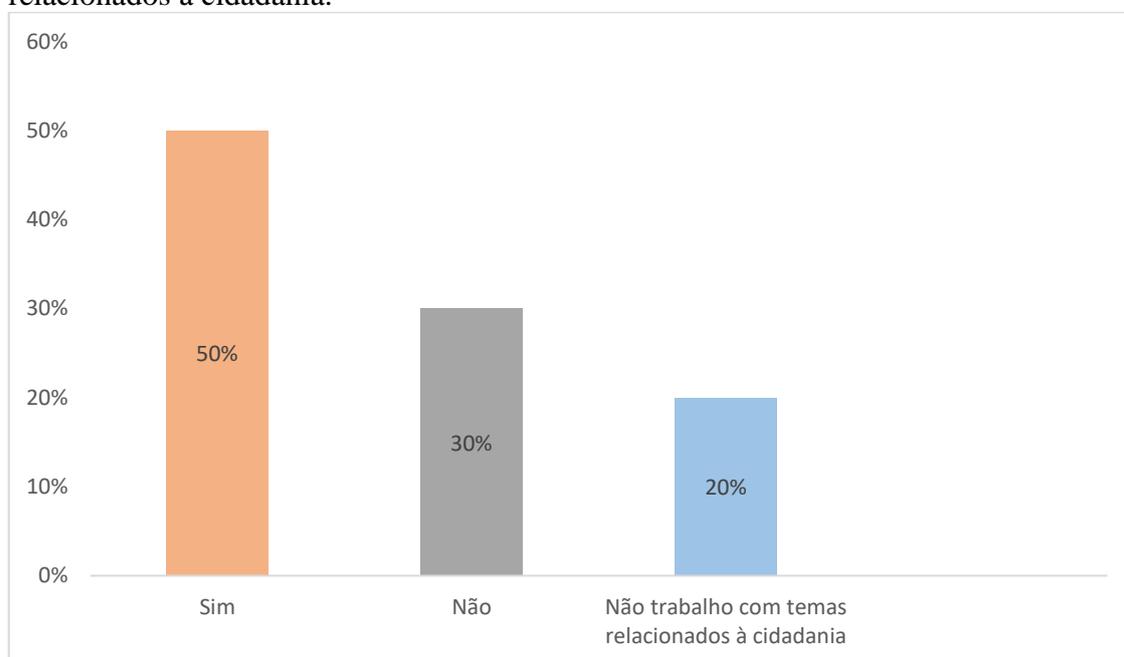
Fonte: Elaboração própria, com base nas entrevistas realizadas com docentes, 2021.

Essa questão teve como objetivo coletar dos docentes as principais estratégias pedagógicas utilizadas por eles para trabalhar temáticas envolvendo a cidadania. Dessa forma, conhecer essas estratégias fomenta um conhecimento a mais para os leitores desta pesquisa, assim como orienta para possibilidades de se trabalhar essa temática. Das estratégias pedagógicas mencionadas pelos docentes, estão diversas modalidades, como rodas de conversa, debates, vídeos, mapas corporativos desenvolvidos a partir de situações reais do cotidiano, debates baseados em abordagens da realidade local, a partir de seminários, dinâmicas de grupo e estudo dos direitos pela Constituição. O participante “B” manifesta que não trabalhou essa temática, e o participante “E” define que “não se aplica”, e ressalta, na questão anterior, que não trabalha temáticas que envolvem a cidadania por elas não fazerem parte da ementa das disciplinas ministradas.

É importante ressaltar que os conteúdos acerca da cidadania trabalhados em sala de aula precisam ser atrelados à experiência dos docentes e dos alunos para que eles tenham alguma

significância na vida dos indivíduos que constroem esse conhecimento. Assim, buscou-se investigar a satisfação dos professores acerca dos conteúdos ministrados por eles (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Satisfação dos professores entrevistados sobre o desenvolvimento dos conteúdos relacionados à cidadania.



Fonte: Elaboração própria, 2021.

Ao analisar as respostas dos docentes acerca da abordagem dos conteúdos relacionados à cidadania no Curso de Petróleo e Gás ser suficiente para que os sujeitos adquiram conhecimentos para a compreensão de sua realidade, tem-se os seguintes resultados: dos dez docentes, cinco apontam que sim, os conhecimentos acerca da cidadania abordados no curso são suficientes; três dos docentes registram que não são suficientes e dois docentes indicam que não trabalham com temas relacionados à cidadania.

Segundo Arroyo (2007), a visão moralizante do social no pensamento político-educativo mais recente se ampara em uma concepção ideal e abstrata de sociedade; abandona-se o realismo, que é uma das descrições da tradição intelectual e política, em que nasce a questão da cidadania. Assim, o autor afirma que o pensamento pedagógico moderno não se deteve a refletir e a trabalhar o real como acontece, que é entre o confronto e os interesses de classe, pois é muito desafiante pensar a cidadania através da realidade e preparar-se para tal. Dessa forma, o pensamento que predomina na prática pedagógica volta-se para uma ordem moral dada, em que cada um tem o dever de cooperar para mantê-la. Esse é o ideal de educação, mas para os cidadãos que não são educados.

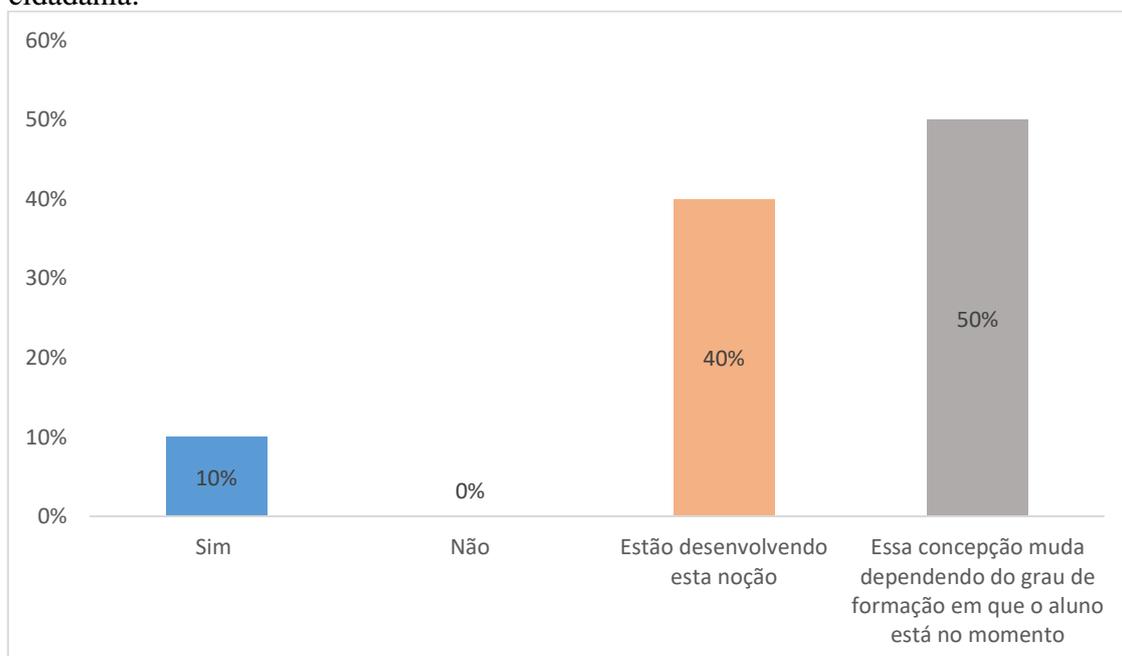
Diante dessa concepção, é difícil pensar politicamente a questão da cidadania, pois a

perspectiva pedagógica se oculta dos avanços sociais e políticos; logo, as contradições trazidas pelas pressões democráticas e pela ampliação dos direitos de cidadania dificilmente fazem parte da prática educativa. É possível destacar, então, que o reducionismo do assunto à moralização da educação para o bom convívio não se trata somente de um desvio, mas de um obstáculo. Isto é, deslocando a questão central da relativa ao poder, reduzindo-a ao moralismo e ao pedagogismo improdutivo (ARROYO, 2007).

### 5.3 Percepção dos docentes em relação à efetividade do aprendizado sobre os conteúdos da cidadania

A proposição dos conteúdos da cidadania entre os estudantes da EPT, assim como em outros tipos de organização educacional, tem como função a tentativa de traduzir o mundo em suas complexas relações sociais para os profissionais que irão atuar no mercado de trabalho e também nas esferas políticas que cercam a vida desses indivíduos. Portanto, os conteúdos educacionais relacionados à cidadania devem fazer sentido para os estudantes. Assim, diante das limitações em verificar junto aos alunos a construção desse conhecimento, buscou-se verificar, junto aos docentes, a percepção deles acerca desse tipo de aprendizado (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Percepção docente sobre o aprendizado dos alunos acerca dos conteúdos da cidadania.



Fonte: Elaboração própria, 2021.

Cabe ressaltar que, de acordo com Bispo (2018), a importância da educação na formação da cidadania é primordial para permitir aos sujeitos que analisem o significado das múltiplas relações sociais e o papel do Estado, podendo intervir na realidade em que vivem, fazendo-se valer de seus direitos. Dessa forma, a educação pode ser considerada um dos principais fatores no processo de construção da cidadania.

Diante do desenvolvimento de ações para uma formação em prol da cidadania, os professores entrevistados apontaram alguns percalços na efetivação desse conhecimento. Esses fatores, aqui chamados de impeditivos para o pleno desenvolvimento das noções da cidadania, encontram-se na base da organização escolar, na concepção do ensino-aprendizagem e na própria dificuldade de a comunidade escolar conhecer a realidade que a cerca (Quadro 11).

Quadro 11 - Fatores que, na percepção dos professores entrevistados, seriam impeditivos para se trabalhar os conteúdos da cidadania junto aos alunos.

Participantes	Respostas
A	“Acredito que um dos impedimentos esteja na própria formação docente, muitas vezes insuficiente para desenvolver uma visão crítica sobre o tema e, assim, auxiliar os estudantes nesta emancipação.”
B	“A maior dificuldade está com os professores, que pouco ensinam e muito militam em favor de algum seguimento partidário. A pluralidade só existe no discurso [...]. Na prática o viés ideológico predomina.”
C	“Muitos docentes não entendem que o ato de educar é uma ação política no sentido de que educar vai muito mais além do que a simples transmissão de conhecimento.”
D	“Preconceitos e relativização da importância do tema.”
E	“De certa forma, acho que respondi a essa pergunta na questão 4: ‘[...] A formação humana integral na escola, de modo geral, deveria ser obtida através da assimilação dos conteúdos formais, incluindo-se conceitos filosóficos, sociológicos e teológicos apresentados de forma imparcial, e também pela inclusão de disciplinas sobre educação financeira, argumentação (retórica), legislação, primeiros socorros e outras que possam ser importantes para a vida pessoal e em sociedade. Além disso, influencia na formação humana o exemplo moral e ético dos agentes profissionais envolvidos na educação de cada indivíduo.’ Dentro dessa visão, os impedimentos seriam: (1) falta de disciplinas e projetos essenciais para essa formação; (2) desvalorização crescente dos conteúdos formais e das formas de avaliar sistematicamente a aprendizagem desses; (3) doutrinação dos alunos disfarçada de ‘emancipação’ e ‘críticidade’, visto que certos conteúdos já são apresentados de forma parcial e ideológica e (4) a falta de tempo para lidar com muitos conteúdos (que poderiam ser melhor selecionados). É importante ressaltar que quando menciono ‘conteúdos formais’ não significa que sua assimilação não possa ser feita por formas inovadoras de ensino, de maneira a despertar a criatividade, a autonomia e o raciocínio geral dos alunos.”
F	“Não vejo impedimentos para trabalhar a formação humana para cidadania na educação profissional.”
G	“Interesse dos alunos e tempo por causa do currículo amplo.”
H	“De modo geral, a escola (professores) resiste em dar protagonismo aos estudantes. Acredito que este seja o caminho.”
I	“Não há impedimento.”
J	“Acredito que ainda falta um pouco de maturidade nos discentes.”

Fonte: Elaboração própria, com base nas entrevistas realizadas com docentes, 2021.

Dentre os impedimentos mencionados pelos docentes, estão a própria formação docente, que é insuficiente para promover uma visão crítica sobre o tema; a questão da militância em favor dos seguimentos partidários e do viés ideológico em detrimento do conhecimento; a falta de reconhecimento dos docentes em compreender a educação como ato político, e não como transmissão de conhecimento; o interesse dos alunos e o tempo disponível para trabalhar essa temática; o preconceito e a relativização da importância do tema cidadania; a resistência da escola e dos professores em dar protagonismo aos estudantes (fator considerado por um dos docentes) e, por fim, a falta de maturidade dos discentes também é um fator mencionado.

Um dos docentes aponta a falta de disciplinas e de projetos voltados para esse tipo de formação, para a emancipação social, a desvalorização dos conteúdos formais e as formas de avaliar sistematicamente a aprendizagem dos alunos, a doutrinação disfarçada de emancipação e criticidade e a falta de tempo para lidar de forma paralela com muitos conteúdos. Dois dos docentes partem do princípio de que não há impedimentos para trabalhar a formação para o exercício da cidadania na educação profissional.

#### **5.4 Aplicação do segundo questionário da pesquisa: possíveis impactos do ciclo de palestras**

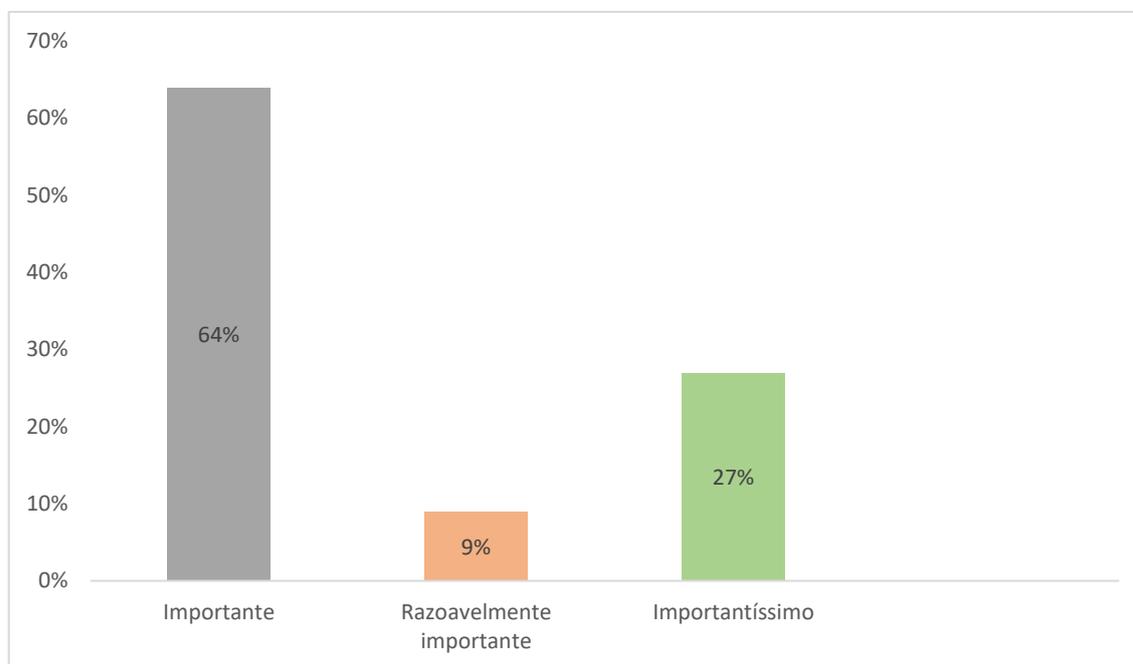
O segundo questionário destinado aos docentes foi aplicado entre os dias 18 de outubro de 2021 e 18 de novembro de 2021. O objetivo desse segundo questionário foi avaliar a opinião dos professores referente ao ciclo de palestras, evento que se tornou o produto educacional da presente dissertação e ocorreu entre os dias 30 de junho de 2021 e 1º de julho de 2021. Esse segundo questionário foi divulgado após a aplicação do produto educacional, e foi realizado de forma remota através da Plataforma do Google Forms.

Nessa segunda etapa da pesquisa, dos 26 docentes do curso, participaram 11. Para a preservação da identidade dos docentes, nas formulações discursivas, eles foram classificados com as letras do alfabeto, sendo elas da consoante L à consoante T. O primeiro participante, por ordem da descrição do Google Forms, receberá a nomenclatura L, o segundo participante receberá a nomenclatura M, e assim por diante, até chegar ao último participante, que receberá a nomenclatura T.

Verificar os possíveis impactos do ciclo de palestras sobre as ações dos professores entrevistados era um dos objetivos principais deste estudo; porém, diante das adversidades postas pela pandemia de covid-19 e pela consequente adesão do IFF ao ensino remoto, as estratégias da pesquisa tiveram que ser revistas e o foco da análise passou a ser somente os professores e os possíveis impactos que essa ação pedagógica pode ter provocado em suas concepções. Nesse sentido, os professores foram

questionados sobre a percepção da importância dos temas tratados no ciclo de palestras para as suas práticas didático-pedagógicas (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Percepção dos docentes entrevistados sobre a importância do ciclo de palestras.



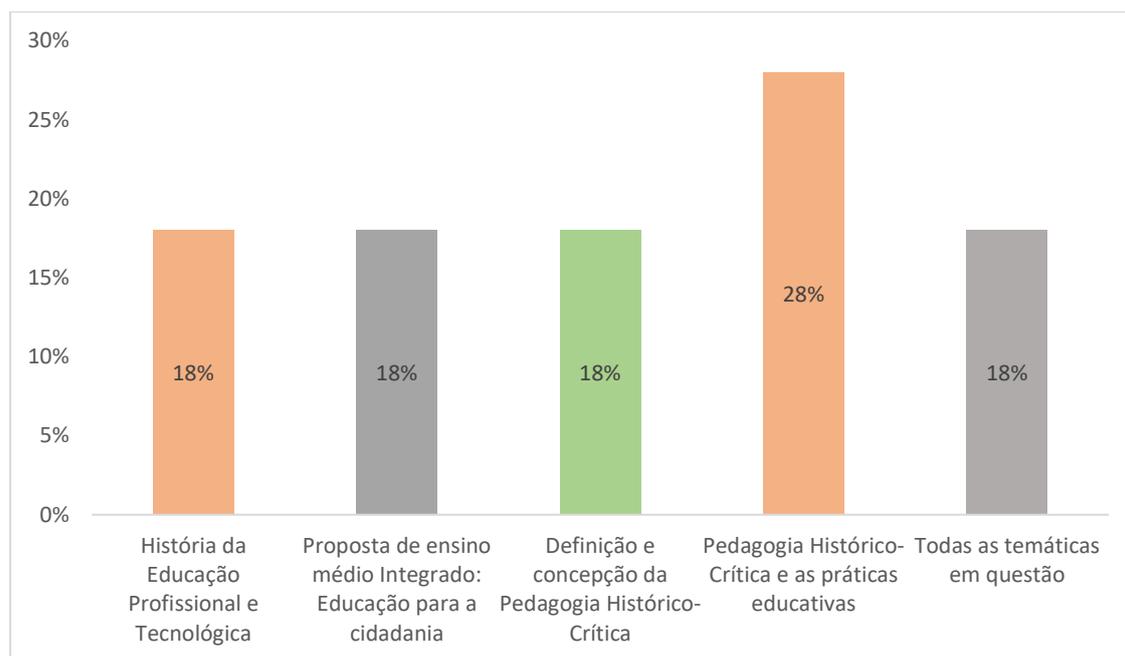
Fonte: Elaboração própria, 2021.

O encontro foi considerado pelos docentes como muito importante, pois visava elevar os conhecimentos acerca da EPT.

Nesse percurso, as próximas perguntas serão direcionadas ao ciclo de palestras, evento promovido para os professores do curso em questão, na intenção de apresentar os conteúdos ligados à educação profissional e tecnológica, partindo-se do viés histórico dessa modalidade de ensino até a discussão acerca de uma formação profissional que prepare os sujeitos também na perspectiva de uma formação integral para a emancipação social e para exercer sua cidadania na intenção de ser um evento formador para os professores.

Por meio dessa primeira pergunta, objetivou-se avaliar a importância dos conteúdos discutidos nas palestras para a atuação pedagógica dos professores. Na amostra verificou-se, por meio das respostas dos participantes, que os conteúdos abordados foram importantes para a maioria dos professores, considerando também a não importância dos conteúdos por parte de um docente. Nesse percurso, seguiu-se a análise com o objetivo de identificar se os docentes desconheciam algum dos conteúdos abordados nas palestras (Gráfico 9).

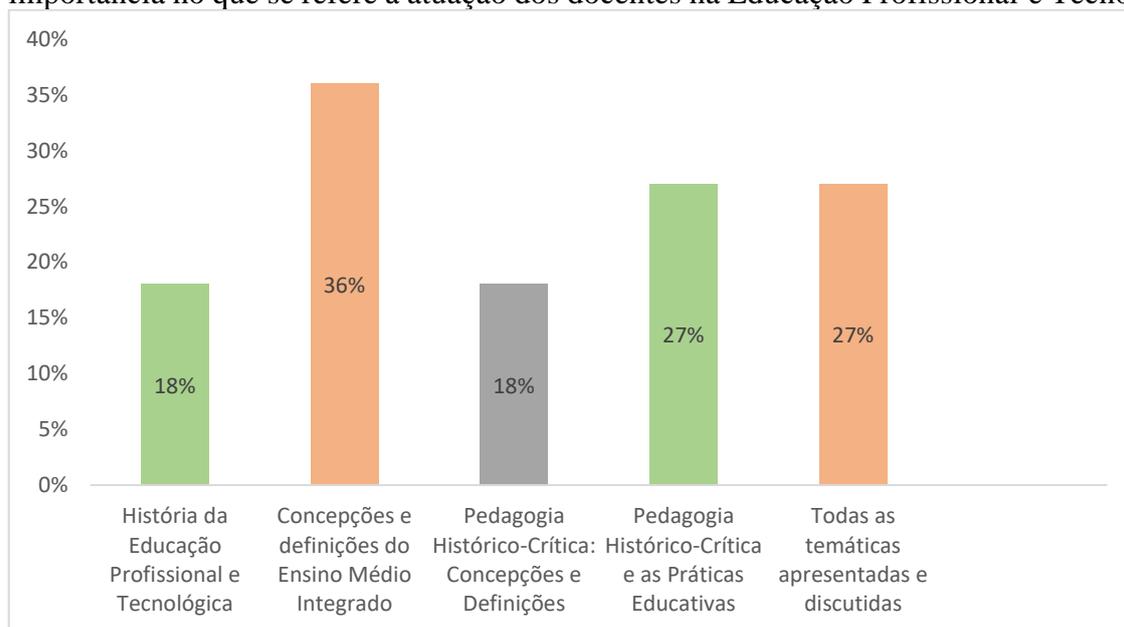
Gráfico 9 - Conhecimento dos docentes acerca dos conteúdos abordados no ciclo de palestras.



Fonte: Elaboração própria, 2021.

Coletar essa informação dos professores é importante para entender se os conteúdos sistemáticos relacionados à educação profissional e tecnológica, que discutem a formação para além do trabalho, são reconhecidos pelos professores. Chegou-se à conclusão de que a maior parte dos docentes está a par dessas temáticas de discussão, e a amostra apresenta que os conteúdos, de forma total, já são conhecidos pelos docentes. Os docentes também apontaram os conteúdos mais importantes abordados nas palestras, considerando sua atuação na Educação Profissional (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Conteúdos abordados no ciclo de palestras que se destacaram com maior importância no que se refere à atuação dos docentes na Educação Profissional e Tecnológica.



Fonte: Elaboração própria, 2021.

Dentre as temáticas abordadas no ciclo de palestras, os docentes destacaram que todas elas eram importantes, sobretudo o debate relacionado às concepções e às definições do Ensino Médio Integrado e à proposta de ensino que projeta uma concepção de educação na perspectiva da emancipação social dos sujeitos. A concepção de Ensino Médio Integrado apontada na amostra é uma das temáticas discutidas ao longo da pesquisa como proposta de ensino para a emancipação social e para a cidadania.

Também foi importante questionar a importância dos conteúdos abordados no ciclo de palestras para a atuação pedagógica dos docentes que participaram do encontro (Quadro 12).

Quadro 12 - Importância dos conteúdos abordados no evento para a atuação pedagógica e profissional dos docentes com relação aos alunos na Educação Profissional e Tecnológica.

Participantes	Respostas
L	“Muito importante para nosso crescimento profissional.”
M	“Todas as temáticas apresentadas e discutidas.”
N	“Os conteúdos nos proporcionam uma reflexão acerca do papel da educação profissional e tecnológica, numa perspectiva integradora, no sentido de contribuir para a formação de cidadãos críticos, de forma integral.”
O	“É importante conhecer melhor as práticas educativas a fim de buscar otimizar as minhas ações em sala de aula.”
P	“Muito importante!”
Q	“Estimula a prática da educação continuada.”
R	“Extremamente relevante sempre discutirmos o papel da Educação profissional e o exercício da cidadania.”
S	“Nenhuma importância.”

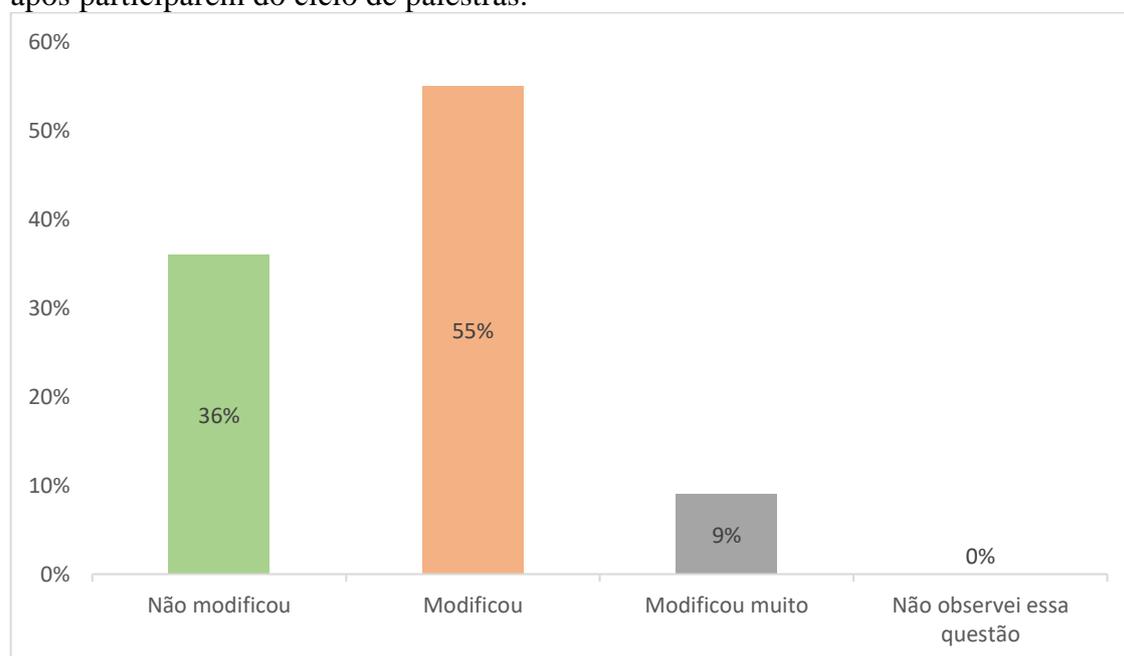
T	“De grande relevância para compreendermos que a formação na nossa instituição, vai além do mundo do trabalho, buscando também a formação humana emancipadora.”
---	--

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Nessa amostra, os professores apresentam a importância dos conteúdos discutidos, explicando, de forma descritiva, a importância destes. Dentre as relevâncias mencionadas pelos professores, estão o crescimento profissional, a reflexão acerca do papel da educação, o estímulo à prática educativa e a compreensão de que a educação vai além do mundo do trabalho.

De acordo com as respostas dos docentes, é possível compreender que um dos objetivos da aplicação do questionário foi alcançado, o qual era elevar os conhecimentos dos docentes acerca das temáticas da educação profissional. Através desse objetivo, contribuiu-se para a formação das concepções de ensino acerca da EPT pelos professores. Cabe destacar o participante “S”, que afirma que os conteúdos abordados no evento não são importantes para sua atuação pedagógica e profissional. Foi discutida a questão da concepção de formação Profissional e Tecnológica construída pelos docentes após terem acesso aos conteúdos discutidos nas palestras (Gráfico 11).

Gráfico 11 - Concepção de formação profissional e tecnológica construída pelos docentes após participarem do ciclo de palestras.



Fonte: Elaboração própria, 2021.

O objetivo dessa formulação foi compreender se, a partir das discussões abordadas no ciclo de palestras, a concepção de formação da educação profissional e tecnológica dos docentes mudou ou se manteve. Observou-se uma diversificação nas respostas, tanto para o sim quanto para o não.

Foi possível compreender as variações das respostas acima, no sentido de considerar que os conteúdos abordados já eram conhecidos pelos docentes e, do mesmo modo que esse reconhecimento serve para elevar os conhecimentos já obtidos, culmina também no reforço desses conhecimentos pelos docentes.

Fazendo um paralelo com os conteúdos abordados no encontro, foi questionado aos professores se os conteúdos trabalhados em suas disciplinas de atuação contemplam a concepção de Ensino Médio Integrado para a formação para a cidadania (Quadro 13).

Quadro 13 - Palestra “Educação para ‘além do mundo do trabalho’: formando profissionais ou formando cidadãos?”, análise da situação e da forma como os conteúdos administrados pelos docentes contemplam a concepção de Ensino Integrado e a formação para a cidadania.

Participantes	Respostas
L	“Durante as minhas aulas busco tornar os estudantes protagonistas em seu aprendizado, assim estimulo a leitura de estudo de caso, debates para que possam expor suas opiniões, relaciono os conteúdos com questões do cotidiano dos alunos, buscando que os mesmos possam refletir de forma crítica sobre os conteúdos abordados.”
M	“Na parte de linguagens podem ser trabalhados conceitos, como aceitabilidade, cultura e etc.”
N	“Passei a observar mais a formação integral do aluno.”
O	“Acredito que quando trabalhamos com textos que nos permitem discutir diferentes aspectos da formação humana e da vivência em sociedade, não resumindo o estudo de língua a um trabalho apenas gramatical.”
P	“Em linguagens pode ser trabalhado de várias formas, através de textos, debates e mini palestras voltadas para a temática.”
Q	“O conceito de cidadania e afins é trabalhado no eixo politécnico, na interface com outras disciplinas, na forma de atividades integradoras.”
R	“A [nome da disciplina] promove um estilo de vida ativo e saudável para viver mais e melhor. Os alunos compartilham essas orientações com amigos e familiares.”
S	(O participante não respondeu)
T	“Não vi nenhum vínculo.”

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Buscando compreender a forma como os conteúdos administrados pelos professores contemplam a concepção de ensino integrado e a formação para a cidadania em suas atuações de ensino e aprendizagem, encontraram-se respostas como: essa concepção é contemplada através do estímulo da leitura, dos conceitos envolvendo aceitabilidade e cultura, debates, palestras e também pelas atividades integradoras. No entanto, vale destacar o participante “T”, que afirma que os conteúdos abordados em sua disciplina de atuação pedagógica não têm vínculo com a proposta de Ensino Médio Integrado, nem mesmo com a formação para a cidadania.

Saindo dos conteúdos, também foi analisada a colaboração de cada disciplina na formação

humana voltada para a emancipação social e para a formação para a cidadania (Quadro 14), de acordo com o ciclo de palestras, analisando-se a atuação docente dos participantes.

Quadro 14 - Como a(s) disciplina(s) de atuação colabora(m) para uma concepção de ensino no viés da formação humana, voltada para a emancipação social e para a cidadania.

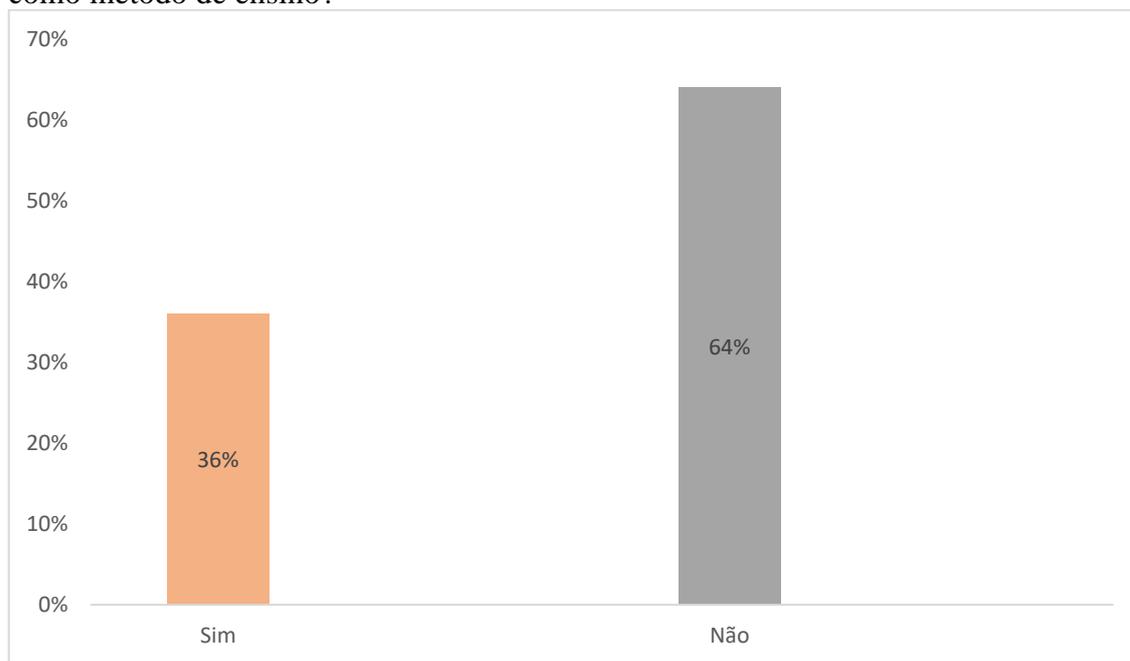
Participantes	Respostas
L	“Por meio de debates sobre temas relevantes na sociedade e buscando aproximar os conteúdos do cotidiano dos estudantes, despertando nos mesmos o sentimento de pertencimento.”
M	“Sim.”
N	“Mostrando outras culturas, posicionando o estudante de forma mais competitiva no mercado e demonstrar as oportunidades que o mercado globalizado oferece.”
O	“Justamente a partir do estudo de textos que trazem perspectivas diversificadas sobre a vida em sociedade.”
P	“Sim, mas creio que possa melhorar e trazer conteúdos novos.”
Q	“Constantemente é trabalhado em sala de aula conceitos como cidadania, democracia, Direitos Humanos, emancipação social.”
R	“Na disciplina Empreendedorismo trabalhamos a filosofia do Capitalismo Consciente para uma atuação mais preocupada com as pessoas envolvidas com a carreira ou negócio, assim como com o meio ambiente.”
S	(O participante não respondeu)
T	“As disciplinas que leciono permitem uma ascensão social através do trabalho.”

Fonte: Elaboração própria, 2021.

A maioria dos docentes apontou que suas disciplinas alcançam a formação para a cidadania (formação humana) através de temáticas ou conceitos abordados na disciplina em questão.

A próxima formulação de análise foi destinada à temática da pedagogia histórico-crítica como método de ensino (Gráfico 12).

Gráfico 12 - A pedagogia histórico-crítica abordada no ciclo de palestras já era conhecida como método de ensino?

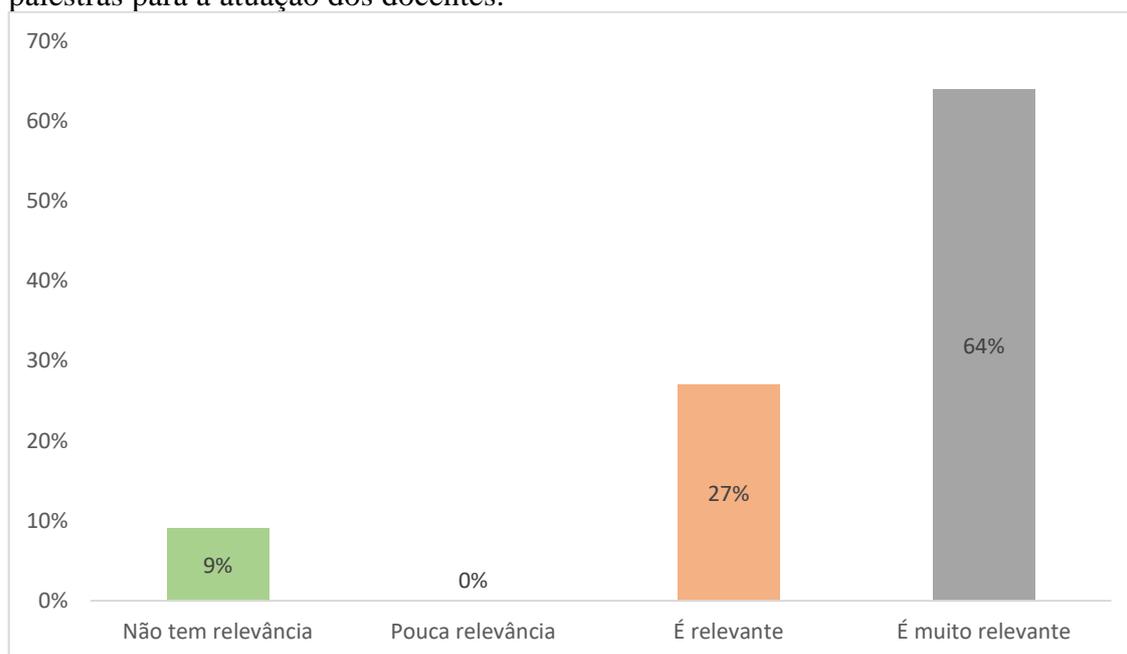


Fonte: Elaboração própria, 2021.

A pedagogia histórico-crítica é apresentada neste trabalho como teoria e método de ensino, que faz parte das teorias críticas de ensino e pensa a educação como possibilidade de emancipação social. A pretensão dessa formulação é saber se os docentes conhecem essa teoria como método de ensino. Observou-se que a minoria dos docentes já conhece a pedagogia histórico-crítica como método de ensino.

Saindo dessa temática, questionou-se os professores sobre a importância dos temas abordados nas palestras para a formação da cidadania na atuação docente (Gráfico 13).

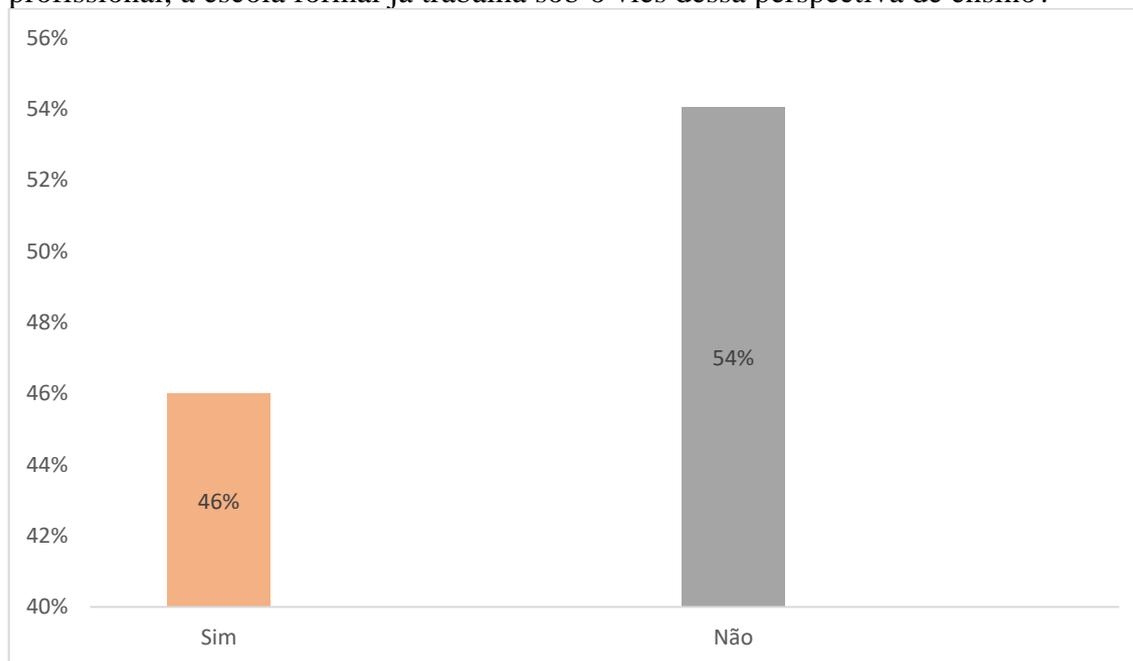
Gráfico 13 - A importância da temática na formação para a cidadania discutida no ciclo de palestras para a atuação dos docentes.



Fonte: Elaboração própria, 2021.

A cidadania é discutida na pesquisa em questão como principal temática; assim, o objetivo da formulação foi saber dos professores a importância do tema para a atuação docente. Os docentes, em maioria, apontaram a temática como muito relevante. Dessa forma, pode-se dizer: “À escola, à esfera pública, ao Estado e a suas políticas, aos mestres, cabem missões mais elevadas: garantir o direito público à educação cidadã, ao preparo para a participação cidadã, ativa, consciente [...]” (ARROYO, 2014, p. 253). Partindo-se desse viés, questionou-se os professores se a escola formal trabalha sob a perspectiva de formação para a cidadania (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Em relação à formação para a cidadania discutida no ciclo de palestras, formação que trabalha na perspectiva da emancipação social dos sujeitos, considerando a formação profissional, a escola formal já trabalha sob o viés dessa perspectiva de ensino?



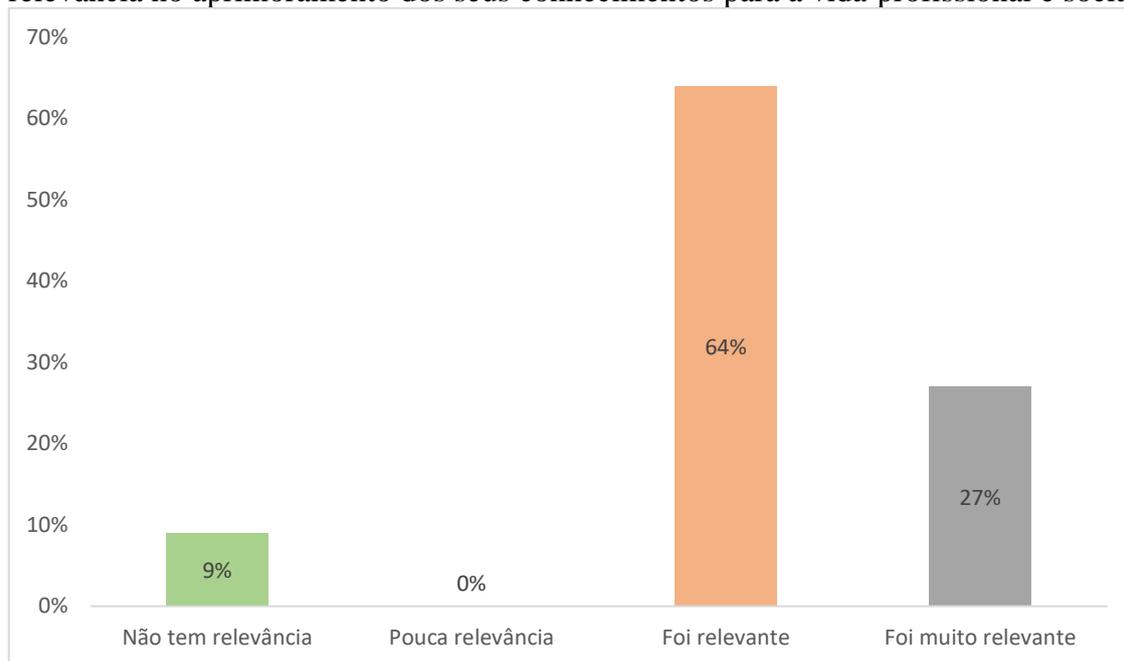
Fonte: Elaboração própria, 2021.

É importante coletar essa informação dos docentes, pois estes já têm a experiência da docência e reconhecem qual a concepção de formação a escola mantém em sua função social. Na concepção da maioria dos docentes, a escola ainda não trabalha sob o viés de formação profissional e tecnológico voltado para a cidadania e para a emancipação social. Nesse sentido, faz-se necessário o debate acerca da emancipação da EPT como formação íntegra, superando o sentido da dualidade imperante nessa modalidade de ensino.

Candau *et al.* (2000) salientam também que a escola deveria exercer o papel de humanização a partir da socialização da construção dos conhecimentos e dos valores que são primordiais para o desenvolvimento da cidadania. No entanto, acaba favorecendo a manutenção do *status quo*, que produz desigualdade, reforçando as diferenças sociais e culturais.

Também foi questionado aos docentes sobre a relevância dos conhecimentos aprimorados no ciclo de palestras para suas vidas profissional e social (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Como docente, a participação no ciclo de palestras foi um encontro que teve relevância no aprimoramento dos seus conhecimentos para a vida profissional e social?

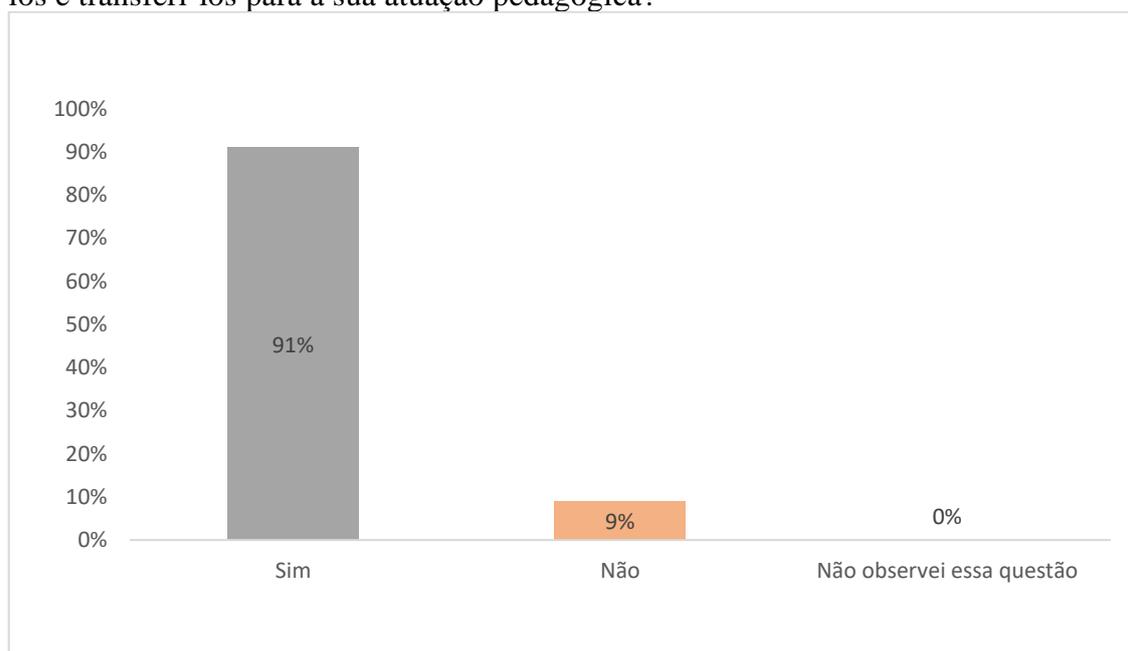


Fonte: Elaboração própria, 2021.

Como mencionado, todo o conteúdo discutido e apresentado no ciclo de palestras teve o objetivo de elevar os conhecimentos dos docentes acerca da Educação Profissional e Tecnológica, diante de uma perspectiva crítica, na qual a formação precisa ir além do viés de formar para o trabalho, formando os sujeitos para o exercício da cidadania.

Desse modo, coletou-se aqui a relevância do ciclo de palestras para os professores. Por meio das respostas, observou-se que o encontro teve relevância para os docentes. Nesse sentido, fez parte da análise saber se os professores pretendem incorporar os conteúdos discutidos no encontro em sua prática docente (Gráfico 16).

Gráfico 16 - Acerca dos conteúdos abordados no ciclo de palestras, você pretende incorporá-los e transferi-los para a sua atuação pedagógica?

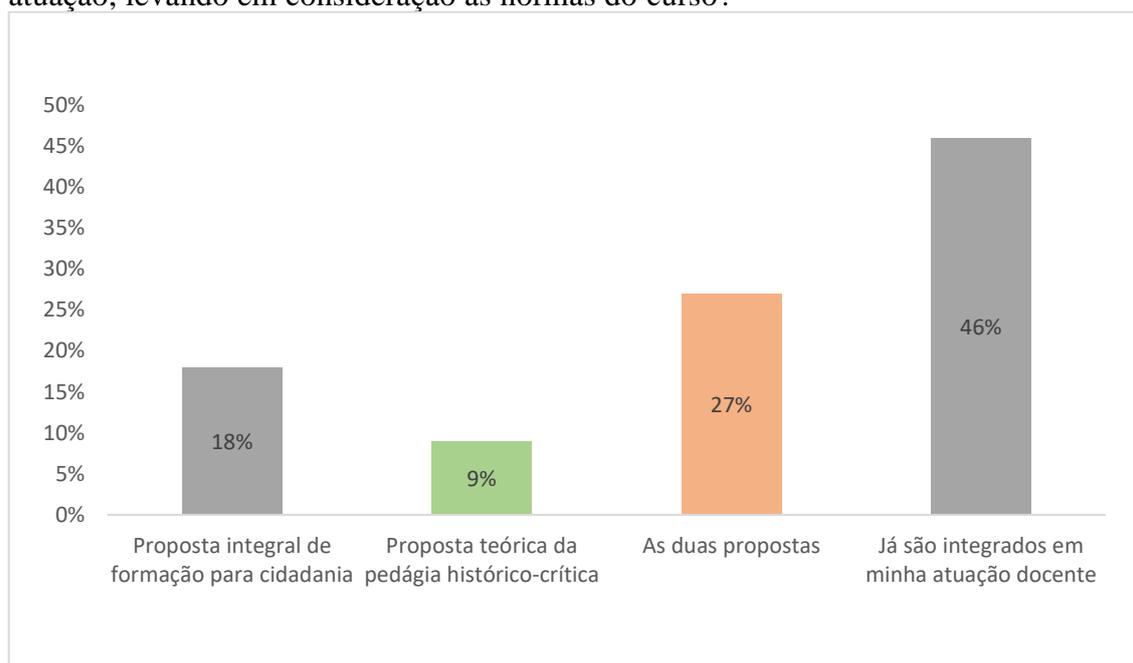


Fonte: Elaboração própria, 2021.

Referente aos conteúdos abordados no ciclo de palestras, apresentou-se o percurso histórico da Educação Profissional direcionando-se o debate para a questão da dualidade até se chegar ao discurso do Ensino Médio Integrado, proposta de ensino que visa à emancipação social dos sujeitos. Por fim, apresentamos a teoria e o método de ensino da pedagogia histórico-crítica. Essa formulação teve a pretensão de saber se os docentes pretendem incorporar esses conteúdos em sua atuação pedagógica. Assim, os participantes, através das respostas, apontam interesse em trabalhar esses conteúdos em suas atuações pedagógicas.

Nesse contexto de análise da próxima formulação, os docentes irão apontar quais dos conteúdos abordados eles pretendem levar para a atuação profissional (Gráfico 17).

Gráfico 17 - Se sim, quais são os conteúdos que você pretende integrar à(s) disciplina(s) de atuação, levando em consideração as normas do curso?

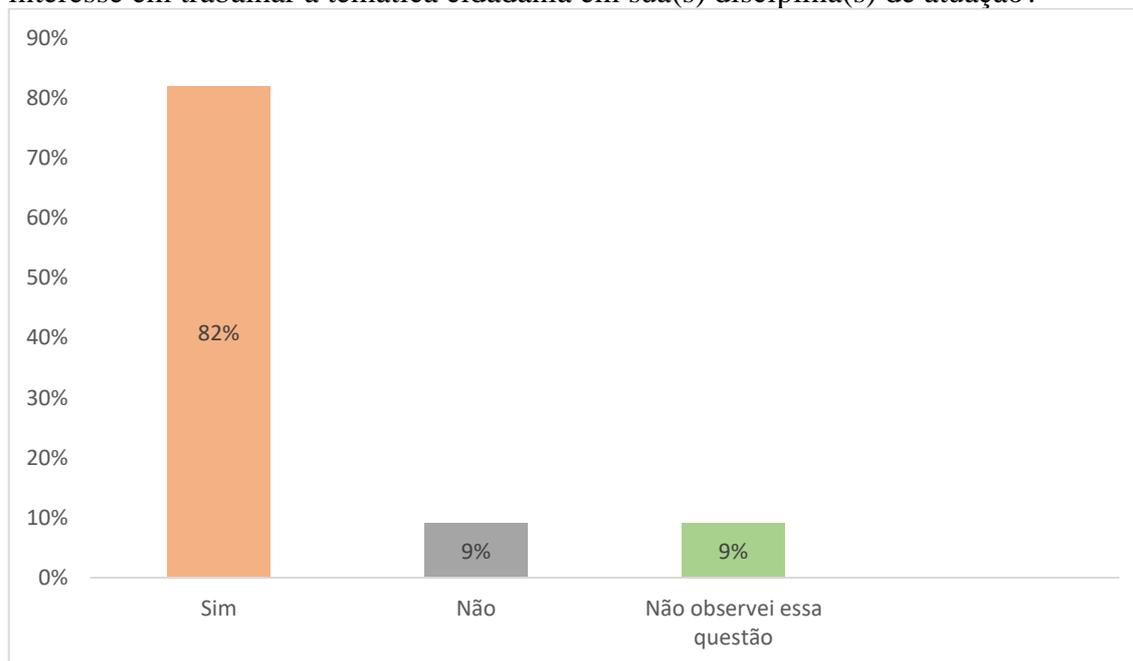


Fonte: Elaboração própria, 2021.

Dos conteúdos abordados no ciclo de palestras, a maioria dos docentes respondeu que esses já são integrados em sua atuação pedagógica, assim como apontaram que pretendem integrar a proposta de ensino integrado (formação para a cidadania) e o método da pedagogia histórico-crítica. O ensino integrado é uma proposta já implementada nas instituições públicas federais no âmbito do Ensino Médio e, quando os docentes indicam que pretendem trabalhar sob essa perspectiva, na verdade, já é uma proposta imperante, falta apenas a incorporação da concepção na prática.

Por fim, foi questionado aos docentes o interesse que eles demonstram em trabalhar a temática da cidadania após o ciclo de palestras (Gráfico 18).

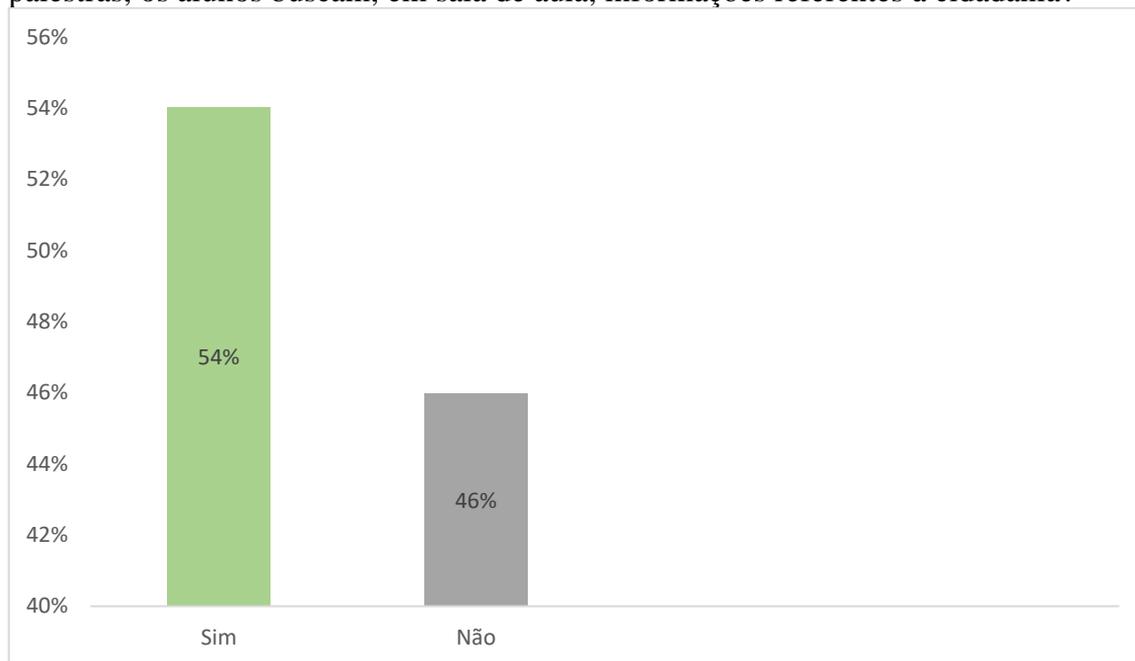
Gráfico 18 - Após participar do ciclo de palestras “Educação para ‘além do mundo do trabalho’: formando profissionais ou formando cidadãos?”, como docente, você sentiu mais interesse em trabalhar a temática cidadania em sua(s) disciplina(s) de atuação?



Fonte: Elaboração própria, 2021.

Trabalhar a temática da cidadania na perspectiva de formar cidadãos é a discussão de evidência desta pesquisa. A partir da pergunta exposta, objetivou-se identificar se após o ciclo houve mais interesse dos docentes em trabalhar a temática em questão. As respostas apontam que há o interesse por parte dos docentes em trabalhar a cidadania como tema de ensino através dos conteúdos sistemáticos. Os docentes também responderam se os alunos buscam ou não informações em sala referentes à cidadania (Gráfico 19).

Gráfico 19 - De acordo com a sua prática docente, atentando aos temas discutidos no ciclo de palestras, os alunos buscam, em sala de aula, informações referentes à cidadania?

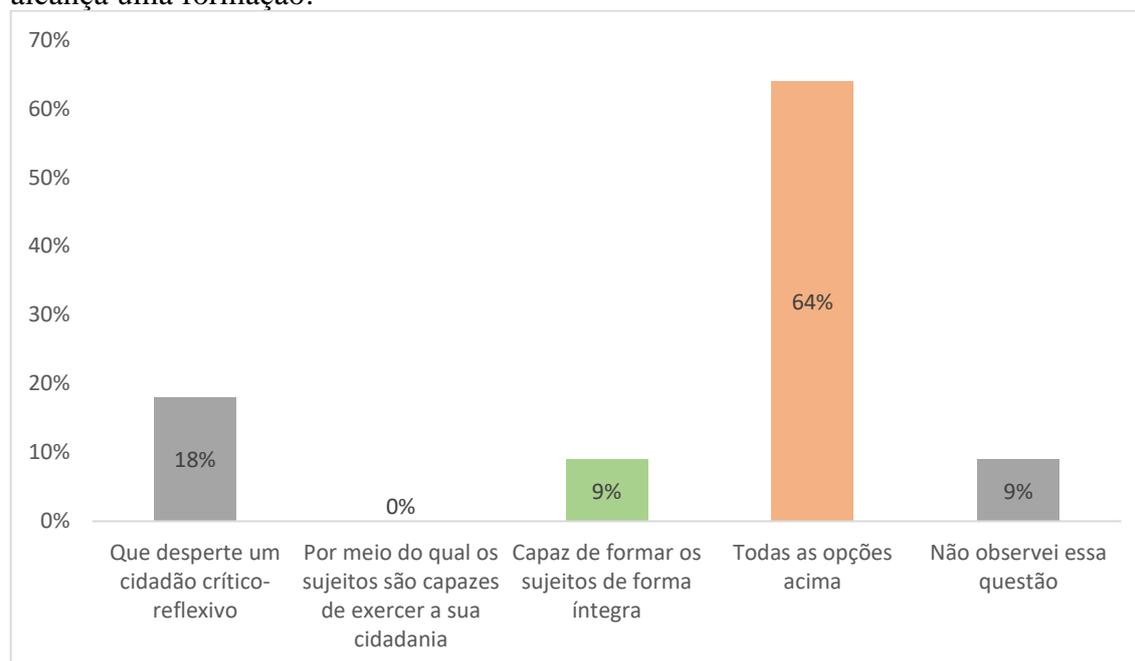


Fonte: Elaboração própria, 2021.

A informação aqui coletada se torna importante, pois será debatida a cidadania na perspectiva da formação que envolve a concepção, a proposta e o viés de ensino; por isso, é importante saber se há, por parte dos alunos, interesse nesse tipo de formação e conteúdo. Obtiveram-se, assim, respostas diversificadas dos professores. Podemos concluir que o interesse dos alunos pelos conhecimentos que circundam a cidadania é diversificado, sendo que nem todos eles têm interesse nesse tema.

No viés do debate, os professores foram questionados sobre o tipo de formação alcançada quando se trabalha uma perspectiva de educação democrática e emancipadora (Gráfico 20).

Gráfico 20 - De acordo com a sua opinião, quando a escola trabalha em uma perspectiva de educação democrática, emancipadora, através dos seus conteúdos formais, essa instituição alcança uma formação:



Fonte: Elaboração própria, 2021.

De acordo com os docentes, o tipo de formação que a escola alcança ao trabalhar com uma perspectiva de educação democrática e emancipadora é a de um cidadão crítico, reflexivo, capaz de exercer sua cidadania, ou seja, torna-se um sujeito de forma íntegra, pois predominaram todas as opções como respostas dos docentes.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Profissional íntegra, que contemple a perspectiva da cidadania para a emancipação social dos sujeitos em uma perspectiva de Ensino Médio Integrado e da unilateralidade, vem sendo abordada por clássicos que fazem parte do campo de discussão da EPT. Tal concepção de educação integral é decorrente de reivindicações dos movimentos dos trabalhadores, que surge na tradição cultural dos movimentos populares e sindicais. Essa proposta de ensino aposta na formação humana, que envolva e articule as dimensões intelectual, profissional, social e política na educação profissional e tecnológica.

No entanto, o percurso histórico dessa modalidade de ensino evidencia um contexto permanente de pensar a EPT, voltado para as práticas do trabalho tácito, manual. Quando surgiu, a educação profissional foi entendida como uma prática de assistencialismo, ocupando o tempo dos desfavorecidos através das práticas laborais e oficinas, as quais aconteciam nas casas de aprendizes. A partir da industrialização, a Educação Profissional foi pensada e planejada para cooperar com o sistema econômico, servindo, assim, às dinâmicas mercantis e ao mundo do trabalho. Essa perspectiva de pensar a educação Profissional sob a lógica do mercado estabelece a dualidade educacional.

A dualidade educacional é a constante divisão entre a formação dos indivíduos que irão desempenhar funções no âmbito da execução e a formação intelectual para os que irão desempenhar atividades nas dinâmicas de dirigentes. Dessa forma, o conhecimento fica dividido entre o saber que executa e o saber que pensa, questiona e reflete, sabendo que a prática dual na educação é categorizada pela classe social dos indivíduos e de acordo com a função que estes irão desempenhar nas práticas do trabalho.

Diante desse contexto, a Educação Profissional apresenta grandes evidências de não pensar o ensino em sua formação íntegra, cidadã, desconsiderando os conhecimentos sistemáticos de base crítica, formais, que pensam o ser político, cidadão, que reflete seu mundo, sua realidade. Essa realidade que mantém a educação sob um processo desigual, segregado, no qual os conhecimentos são distribuídos de acordo com as dinâmicas do trabalho, tornando-se este um privilégio da minoria. É com base nessa reflexão que surge a indagação desta pesquisa: a educação integrada ao Ensino Médio tem contribuído (ou não) para a formação de alunos capazes de se instrumentalizarem com os parâmetros que cercam o exercício da cidadania?

O presente estudo iniciou a pesquisa documental a partir do Projeto Político Pedagógico (PPP) do Curso Técnico Integrado de Petróleo e Gás, de 2019, do IFF Avançado de São João da Barra. A análise documental envolveu o PPP por completo, desde a organização das ementas à organização

física do espaço que envolve a Instituição de Ensino. Contudo, alguns tópicos foram apenas mencionados, enquanto outros foram analisados.

Diversas considerações foram possíveis a partir dessa análise documental, a qual apresenta, logo na introdução do PPP do Curso Técnico Integrado de Petróleo e Gás, informações que revelam os tópicos principais da organização do curso. Segundo o documento, a formação integrada do curso técnico em questão é baseada nos princípios éticos, morais, estéticos e técnicos. Assim, o curso segue os princípios da formação unilateral, entendida como formação plena, que possibilita a consciência expandida, e o viés de ensino privilegia a construção de Projetos Pedagógicos com compromissos de formação integral. Quanto à proposta curricular, esta configura-se na prática educativa transformadora.

Considerando-se o objetivo do curso, conforme a descrição, ele pretende formar profissionais capazes de atuar nos diversos seguimentos da cadeia produtiva e, ao mesmo tempo, formar seres com capacidades técnica e política, ou seja, profissionais conhecedores das relações entre processos sociais, científicos, culturais e tecnológicos. Analisando-se de forma compilada as informações referentes à introdução e aos objetivos do documento, observa-se que o curso considera, em sua organização, as formações técnica, social e política.

Quanto à ementa dos cursos do 1º, do 2º e do 3º anos, no que se refere ao núcleo básico, em todas as disciplinas são apresentados conteúdos sistemáticos voltados para a consciência crítica dos alunos. Mesmo nas disciplinas de exatas, as quais têm o fundamento no raciocínio lógico, há o sentido da interdisciplinaridade de desenvolver a reflexão. Ao contrário do núcleo básico, nos núcleos técnico e politécnico, em detrimento dos conteúdos fundamentados na base crítica, o que impera são os conhecimentos voltados para as habilidades e competências práticas-técnicas.

Outro tópico que faz parte do curso é o projeto integrador, o qual deve ser considerado, pois através do processo de ensino e pesquisa no projeto há a intenção de fomentar o senso crítico dos alunos. O Projeto Integrador de Permanência e Êxito foi desenvolvido com base no contexto de evasão escolar, e constatou a necessidade de se fortalecer o vínculo entre a escola e o aluno, para, assim, chegar à permanência e ao êxito dos estudantes.

O Projeto trabalha na perspectiva de acolhimento e integração, no qual o aluno escolhe o projeto do qual participará para a orientação do seu futuro. As temáticas trabalhadas são diversificadas e propostas pelos docentes e demais cooperadores técnicos e administrativos. O tema é sempre gerador, extraído da realidade, e segue a metodologia da problematização, que acontece pela via do ensino e da pesquisa, da teoria e da prática, para chegar ao senso crítico e à responsabilidade social.

São temáticas abordadas no projeto: empreendedorismo, direitos humanos, responsabilidade social e ambiental, política nacional, relações étnico-raciais, dentre outros. De acordo com o documento em questão, o projeto trabalha na perspectiva da formação humana e, além de ser uma

estratégia de permanência dos discentes nos cursos, trabalha conhecimentos que abarcam a realidade dos indivíduos dentro de uma perspectiva crítica. Nesse sentido, o projeto integrador é uma configuração da formação para emancipação social, pois fica evidente que ele se tornou uma estratégia para contornar a problemática da evasão e, também, uma estratégia de ensino-aprendizagem no decorrer do curso, facilitando a permanência e a progressão escolar dos discentes.

Assim, é possível considerar também a metodologia de ensino, que, a partir da descrição do documento, evidencia a importância de o currículo contemplar as dimensões relativas à formação humana e científico-tecnológica, com o intuito de superar as práticas dualistas no processo de ensino. Segundo a descrição, não cabe um projeto pedagógico fundado na memorização e na reprodução dos conhecimentos descontextualizados; assim, o que devem ser construídas são as práticas educativas pedagógicas integradas. Os demais tópicos do documento dizem respeito à gestão, à avaliação e às atividades acadêmicas do curso que não precisam ser aprofundados.

Desse modo, através das considerações realizadas pela análise documental, é inegável que toda a organização do projeto pedagógico do curso pensa a formação para além das práticas do trabalho, principalmente quando essas informações partem da ementa do curso e são transpostas pelos conteúdos e continuam sendo reafirmadas por meio dos demais tópicos que fazem parte da organização do curso.

A segunda etapa da pesquisa envolveu a aplicação de dois questionários. O primeiro deles teve como objetivo traçar a opinião dos docentes acerca da formação integral para a cidadania. Partindo do pressuposto de que a maioria dos docentes afirma que suas disciplinas contemplam a formação humana, as considerações do primeiro questionário permeiam essa afirmativa. No primeiro questionário aplicado, fica evidente, pela fala da maioria dos professores, que seus conteúdos promovem a formação destinada à cidadania com relação à importância da EPT. Essa modalidade de ensino é vista pelos docentes como uma formação que promove a mudança de realidade na vida dos sujeitos, assim como colabora para a formação cultural, profissional e social. Apesar de a formação ser descrita dessa maneira pelos docentes, eles afirmam que os alunos buscam um tipo de formação que não apenas contemple as práticas do trabalho, mas também a emancipação social e, ao mesmo tempo, enfatizem a formação dirigida ao Enem. Verifica-se, então, de acordo com os docentes, que há uma diversificação entre as aspirações dos próprios alunos.

Outra análise das afirmações dos docentes diz respeito ao fato de eles considerarem os conteúdos de base crítica fundamentais; porém, na realidade, os conteúdos ainda são trabalhados de forma fragmentada. Essa condição evidencia que a formação incompleta e fragmentada ainda é uma realidade imperante na Educação Profissional e Tecnológica, que se reforça por meio da própria formação. Em se tratando da cidadania, é importante ressaltar que a maioria dos docentes já trabalhou essa temática em sala de aula, indicando que ela é abordada no contexto dos conteúdos formais.

Referindo-se ao reconhecimento do aluno em relação à sua cidadania, os docentes afirmam que essa concepção muda de acordo com o nível de formação em que o indivíduo está no momento. Essa questão evidenciada pelos docentes reafirma que o conhecimento relacionado à cidadania está concretamente ligado à formação que os sujeitos recebem e acumulam com o tempo. No entanto, a forma como a temática da cidadania é abordada pelos docentes, ainda, é tratada pela noção de cumprir deveres e ter direitos, não pela noção de liberdade.

Nesse cenário, no qual a maioria dos docentes aponta a formação profissional como uma modalidade fragmentada de ensino e a temática da cidadania ser abordada pela formação e pela noção de respeito, ressalta-se a importância de que os docentes tenham conhecimento dos fatores impeditivos para que a formação profissional possa ir além do domínio das práticas do trabalho, e nesse ponto, a presente pesquisa promove valiosas contribuições.

Em se tratando da aplicação do segundo questionário, o qual teve o objetivo de avaliar o ciclo de palestras, e culminou em um produto educacional, algumas considerações são pertinentes. Com relação ao conteúdo, é possível revelar, através da descrição dos docentes, que o tema menos reconhecido é a pedagogia histórico-crítica, comparado à história da Educação Profissional e à proposta de Ensino Médio Integrado à formação para a cidadania. Assim como os docentes apontam que não reconhecem a pedagogia histórico-crítica como teoria nem como método de ensino.

Referente aos conteúdos trabalhados no ciclo de palestras, como a história da Educação Profissional, as definições e as concepções do Ensino Médio Integrado, os pontos essenciais da formação para a cidadania e a pedagogia histórico-crítica, a temática que mais se destacou foi a que tratava das concepções e definições do Ensino Médio Integrado, pontos essenciais da formação para a cidadania. Assim, a temática principal da pesquisa em questão é a formação para o exercício da cidadania, que é, também, uma temática de interesse para os docentes. Deve ser considerado, partindo-se do pressuposto da questão de pesquisa, que a formação para o trabalho precisa ser incorporada sob o viés da cidadania, mas os docentes revelaram que a escola ainda não trabalha nesse sentido.

Por fim, o ciclo de palestras foi pensado e planejado para os docentes de forma a levar conhecimentos acerca da formação para a emancipação social dos sujeitos. Esse encontro contou como formação continuada, por ser um evento de discussão de cunho teórico. Através do ciclo de palestras foi possível observar a importância de trazer para os docentes a discussão crítica acerca da formação profissional para além do mundo do trabalho, assim como apontar que existem métodos de ensino que trabalham com essa concepção de formação humana para a emancipação social, e revelam essa concepção por meio de sua perspectiva de formação. No ciclo de palestras em questão, foi abordado o método da teoria histórico-crítica.

A partir da avaliação do ciclo de palestras, a formação continuada dos professores é um aspecto que deve ser considerado quando se discute a formação para o exercício da cidadania e emancipação social dos sujeitos. Nesta pesquisa foi possível observar que a formação profissional dos sujeitos acontece a partir dos conhecimentos repassados pelos docentes. Dessa forma, a perspectiva de formação que este docente possui será um ponto de influência na formação destes sujeitos. Com base nessa questão, fica evidente a importância da formação continuada dos professores atuantes na EPT como meio de atualizar e aumentar seus conhecimentos.

O produto educacional decorrente do ciclo de palestras, que contou com clássicos da Educação Profissional e Tecnológica, é uma sistematização rica para os docentes, pois falar de formação para o exercício da cidadania na educação profissional é complexo e, ao mesmo tempo, engrandecedor, visto que revela aos docentes uma educação que integra as concepções técnicas, sociais e políticas.

A importância desta pesquisa é ressaltar a perspectiva fragmentada da Educação Profissional e Tecnológica, que está aliada, desde o seu princípio, às práticas do trabalho, sobretudo articulada ao mercado de produção. Espera-se que este estudo colabore para o esclarecimento da formação dual, subdividida e instrumental, imperante na formação profissional e tecnológica. Esse contexto de formação desconsidera que, além das práticas do trabalho, os sujeitos têm os aspectos sociais, políticos e humanos que precisam de uma formação integral para exercerem sua cidadania.

Sendo assim, a formação profissional necessita que seu viés de ensino considere a formação humana para o exercício da cidadania dos sujeitos. Essa perspectiva integral de ensino perpassa pela organização curricular pedagógica de cada instituição de ensino, pelo enfrentamento e pelo debate de uma formação humana, pelas práticas de ensino que promovam a contextualização e interdisciplinaridade como elementos de seu método de ensino e, principalmente, pela formação continuada dos docentes.

Quando a formação permanece dual e fragmentada, distribuindo o conhecimento de acordo com a atividade que o sujeito irá desempenhar, de modo que os conhecimentos sistemáticos sejam abordados de forma segmentada, a escola só reforça as desigualdades sociais, nas quais os sujeitos são formados pela noção da obediência e não pela perspectiva da liberdade. Nesse contexto de discussão e enfrentamento, a educação se torna o único meio de superar as práticas fragmentadas de ensino para que os sujeitos tenham acesso a uma formação digna e completa e, conseqüentemente, alcancem sua emancipação social.

## REFERÊNCIAS

- ARANHA, M. L. A. de. **História da Educação e da Pedagogia Geral e Brasil**. 3. ed. revista e ampliada. São Paulo: Moderna, 2006.
- ARAÚJO, R. M. de L. **Práticas Pedagógicas e Ensino Integrado**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.
- ARAÚJO, R. M. de L.; FRIGOTTO, G. Práticas Pedagógicas e o Ensino Integrado. **Revista Educação em Questão**. Natal, v. 5, n. 38, p. 61-80, maio/ago. 2015.
- ARROYO, M. G. Educação e Exclusão da Cidadania. *In*: BUFFA, E.; ARROYO, M. G.; NOCELLA, P. (orgs.). **Educação e Cidadania**. 13. ed., v. 19, São Paulo: Cortez, 2007. p. 31-79.
- ARROYO, M. G. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 70. ed. Presses Universitaires de France, 1977.
- BOTELHO, A. SCHWARCZ, L. M. (orgs.). **Cidadania, um projeto em construção: minorias, justiça e direitos**. 1. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- BISPO, F. C. da S. Políticas Públicas e Cidadania: a contribuição do PRONATEC. **Revista Fac. Edu.** Universidade do Estado de Mato Grosso, v. 30, a. 2016, n. 2, p. 153-17, jul./dez. 2018.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.
- CANDAU, S. M. *et al.* **Oficinas Pedagógicas de Direitos Humanos**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.
- CEZARIO, R. C. **Planejamento estratégico em São João da Barra (RJ): O desenvolvimento urbano sob a ótica do plano diretor de 2006**. 2014. 124 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes, 2014.
- CUNHA, L. A. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, n. 14, p. 89-193, maio/jun./ago. 2000.
- DEODATO, I. A.; SANTOS, V. J.; TRAMONT, G. A. G. As mudanças ocorridas na configuração sócio política do município de São João da Barra: A implantação do Porto do Açú. *In*: **IX Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul**, 19 f., 2019. Rio Grande do Sul: Universidade Santa Cruz do Sul, 2019. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/18871>. Acesso em: 30 jun. 2022.

FERREIRA JÚNIOR, A. **História da Educação Brasileira**: da colônia ao século XX. São Carlos: EdUFSCar, 2010. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/270903884\\_Historia\\_da\\_Educacao\\_Brasileira\\_da\\_Colonia\\_ao\\_seculo\\_XX](https://www.researchgate.net/publication/270903884_Historia_da_Educacao_Brasileira_da_Colonia_ao_seculo_XX). Acesso em: 24 fev. 2021.

FREIRE, P. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez, 2001.

FRIGOTTO, G. **Educação e Trabalho**: bases para debater a educação profissional emancipadora. Florianópolis, v. 19, p. 71-87, jan./jun. 2001.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs). **Ensino Médio Integrado**: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

GARCIA, A. de C. Educação Profissional no Brasil: Origem e trajetória. **Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas**, Universidade Federal dos Vales, Reg: 120. 2.095- 2011, 2018. Disponível em: <http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2018/05/Edilene1502.pdf>. Acesso em: 20 out. 2019.

IBGE (Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística). **Panorama populacional de São João da Barra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-joao-da-barra/panorama>. Acesso em: 24 fev. 2021.

IFF (Instituto Federal Fluminense). Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Petróleo de Gás Integrado ao Ensino Médio. **Parecer nº 43, de 19 de dezembro de 2019**. Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Petróleo de Gás Integrado ao Ensino Médio.

KUENZER, A. Z. **Ensino Médio construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2000.

KUENZER, A. Z.; GRABOWSK, G. A produção do conhecimento no Campo da Educação Profissional no Regime de Acumulação Flexível. **HOLOS**, Universidade Federal do Paraná, a. 32, v. 6, 2016.

LIBÂNEO, J. C. Tendências Pedagógicas na Prática Escolar. Publicado anteriormente na **Revista da ANDE**, n. 6, p. 1-16, 1982. Republicado aqui com algumas alterações. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4520138/mod\\_resource/content/2/Texto\\_1%20Libaneo.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4520138/mod_resource/content/2/Texto_1%20Libaneo.pdf). Acesso em: 20 out. 2020.

MANACORDA, M. A. **Marx e a Pedagogia Moderna**: a Pedagogia Marxista na Itália. São Paulo: Alínea, p. 133-146, 2007.

MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil**: atores e cenários ao longo da história. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MÉSZAROS, I. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOLL, J. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo**. Desafios, Tensões e Possibilidades. Dados eletrônicos. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MOURA, D. H. Ensino Médio Integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para formação humana integral? **Educ. Pesqui**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 705-720, jul./set., 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v39n3/10.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

MORAIS, I. A. **A Construção Histórica do Conceito de Cidadania**: O que significa ser cidadão na sociedade contemporânea. XI Congresso Nacional de Educação. EDUCERE. 2013. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista – O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PEREIRA, R. da S. *et al.* Ensino técnico profissionalizante: formação profissional e cidadania. In: **II Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade**. Curitiba/PR, 15 a 17 de nov. de 2009. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnEPQ331.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2019.

PEREIRA, V. G. **O porto do Açú e o município de São João da Barra-RJ**: Impactos da dinâmica socioeconômica-2007 a 2017. 2018. 87f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas) – Instituto de Ciências e Desenvolvimento Regional, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes, 2018.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico**: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, M. N. Concepções do Ensino Médio Integrado. In: **Seminário sobre ensino médio, realizado pela Superintendência de Ensino Médio da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, em Natal e Mossoró, respectivamente nos dias 14 e 16 de agosto de 2007**. Disponível em: [http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao\\_do\\_ensino\\_medio\\_integrado5.pdf](http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf). Acesso em: 24 nov. 2020.

RAMOS, M. N. **Políticas Educacionais**: da Pedagogia das Competências à Pedagogia Histórico-Crítica. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

RAMOS, M. N. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs.). **Ensino Médio Integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2012. p. 107-128.

RAMOS, M. N. **História da Educação Profissional**. 1. ed. Coleção Formação pedagógica, v. 1, Curitiba: IFPR-RAD, 2014.

RAMOS, M. N. Políticas Educacionais: Da pedagogia das competências à pedagogia histórico-Crítica. In: BARBOSA, M. V.; MILLER, S.; MELLO, S. A. (orgs.). **Teoria histórico-cultural**: questões fundamentais para educação escolar. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 59-76.

TOZONI-REIS, M. F. de C. **Metodologia da Pesquisa**: o trabalho científico. 2. ed. Curitiba: IESDE. Brasil S.A, 2009.

ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil**: Fatores Atuantes na Evolução Sistema Educacional Brasileiro. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

ROSSI, E. R.; RODRIGUES, E.; NEVES, F. M. **Fundamentos Históricos da Educação no Brasil**. 2. ed. rev. amp. v. 4. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2009.

SANTOS, C. S. **Ensino de Ciências: Abordagem histórico-crítica**. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2012.

SAVIANI, D. História da educação no Brasil: um balanço prévio e necessário. **Conferência de abertura do V Colóquio de Pesquisa sobre Instituições Escolares, organizada pela UniNove e realizada em São Paulo de 27 a 29 de agosto de 2008**. Disponível

em: <https://filosoficabiblioteca.files.wordpress.com/2013/11/saviani-histc3b3ria-da-histc3b3ria-da-educac3a7c3a3o-no-brasil-um-balanc3a7o-prc3a9vio-e-necessc3a1rio.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2020.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. rev. São Paulo: Autores Associados, 2011.

STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 4. ed. rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

TAVARES, M. G. Evolução da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: as Etapas Históricas da Educação Profissional no Brasil. In: IX ANPED SUL. **Seminário de Pesquisa da Região Sul**. UEPG. 2012. Disponível em:

<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/177/103>. Acesso em: 20 nov. 2019.

## **APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido**

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa de mestrado em Educação Profissional e Tecnológica intitulada “A construção da formação humana para a emancipação social através do exercício da cidadania na Educação Profissional e Tecnológica” e desenvolvida por Maria Angélica Peixoto Sardinha.

Nesse sentido, você foi selecionado para responder a questionários e participar de um ciclo de palestras que não são obrigatórias. A qualquer momento pode desistir e retirar seu consentimento; a recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com os pesquisadores nem com qualquer setor desta instituição.

O objetivo deste estudo é analisar como o Ensino Integrado dos alunos da EPT contribui na perspectiva da formação humana para que eles se reconheçam como sujeitos de direitos, no sentido de compreenderem a dinâmica da realidade que cerca a cada um com senso crítico através do desenvolvimento de sua consciência.

Os riscos que o envolvem como participante nesta pesquisa são aqueles que se referem à comunicação e à divulgação de informações; as obtidas por meio desta pesquisa serão confidenciais, de modo que asseguramos o sigilo sobre a sua participação.

Sua colaboração é importante para verificar o curso em questão e analisar como o experimento desenvolvido pode colaborar para a formação dos sujeitos através da prática docente. Os dados serão divulgados de forma a não possibilitar a sua identificação e os resultados serão divulgados em apresentações ou publicações com fins científicos ou educativos.

Você tem o direito de conhecer e acompanhar os resultados desta pesquisa, algo que não lhe implicará nenhum custo; será voluntário(a), de modo que também não receberá qualquer valor em dinheiro como compensação pela participação, sendo ressarcido(a) de qualquer custo que tiver e indenizado por eventuais danos decorrentes do seu envolvimento no estudo.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá tirar suas dúvidas através do e-mail da pesquisadora responsável, [angelica-m.p@hotmail.com](mailto:angelica-m.p@hotmail.com).

---

Assinatura do pesquisador responsável

Instituto Federal Fluminense *campus* Campos Centro

Nome da pesquisadora: Maria Angélica Peixoto Sardinha.

Tel.: (22) 998493880

E-mail: angelica-m.p@hotmail.com

Declaro que entendi os objetivos, os riscos e os benefícios da pesquisa, da mesma maneira que os meus direitos serão preservados como participante. Dessa forma, concordo em participar:

---

Nome do participante da pesquisa

---

(Assinatura do participante)

Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## APÊNDICE B – Questionário 1

1. Com qual gênero você se identifica?

Feminino

Masculino

2. Faixa etária:

De 18 a 24 anos

De 25 a 31 anos

De 32 a 38 anos

Acima de 46

3. Quanto tempo na carreira docente?

Menos de 1 (um) ano

Entre 2 (dois) e 5 (cinco) anos

Entre 5 (cinco) e 10 (dez) anos

Entre 10 (dez) e 15 (quinze) anos

Mais de 20 anos

4. Quanto tempo na carreira EPT?

---

5. Quantas disciplinas você ministrou no último ano?

---

6. Você ministra disciplinas condizentes com a sua formação atualmente?

---

7. Qual é o seu curso de formação na graduação?

---

8. A(s) sua(s) disciplina(s) de atuação faz(em) parte de qual eixo temático dos listados a seguir?

- Exatas
- Biológicas
- Humanas
- Linguagens
- Politécnicas
- Técnicas

9. De acordo com a(s) sua(s) disciplina(s) de atuação no Curso Técnico em Petróleo e Gás Integrado ao Ensino Médio, para você, qual é o tipo de formação que essa(s) contempla(m)?

- Politécnica
- Formação científica
- Formação técnica
- Formação humana
- Formação científica e técnica
- Formação científica e humana

10. Em relação à visão tradicional da EPT (Educação Profissional e Tecnológica), vinculada à produção de mão de obra para o mercado de trabalho, você acha que essa prática ainda permanece?

- Sim.
- Não.
- Estamos no caminho para a superação dessa prática formativa.
- Estamos no caminho para a superação dessa prática formativa. Falta pouco!

11. De acordo com sua experiência profissional, levando em consideração os conteúdos trabalhados na(s) disciplina(s) de atuação, qual é a importância desses que você leciona na formação humana dos sujeitos, no sentido de conscientização de cada um para a emancipação social e para a cidadania?

---

---

---

12. O Ensino Médio Integrado é mais que uma nomenclatura: é uma proposta de ensino. Você, como docente, já ouviu falar dos princípios e da concepção dessa proposta?

- Sim
- Não

13. A proposta do Ensino Médio Integrado tem como base de formação três eixos articulados que contemplam a formação integral: Trabalho, Ciência e Cultura. De acordo com a sua atuação docente, qual ou quais eixos a(s) disciplina(s) que você leciona contemplam?

- Trabalho
- Ciência
- Cultura
- Trabalho e Ciência
- Trabalho e Cultura
- Cultura e Ciência
- Todos os eixos

14. De acordo com os conteúdos trabalhados na(s) disciplina(s) de atuação, para você, os conteúdos sistematizados são trabalhados de forma fragmentada, no sentido de passarem os conhecimentos necessários para os sujeitos, ou são desdobrados de forma integrada, alcançando todo o objetivo pedagógico em questão?

- Sim, as temáticas são trabalhadas de forma integrada.
- Não, ainda são trabalhadas de forma fragmentada.
- São trabalhadas de forma fragmentada, de maneira que o que interfere é o tempo, pois é curto para trabalhar os conteúdos de maneira integrada, alcançando sua totalidade.
- São trabalhadas de forma fragmentada, mas estamos no caminho para superarmos a fragmentação dos conhecimentos e alcançarmos uma formação íntegra.

15. Para você, qual é a importância da Educação Profissional na vida dos sujeitos?

---

---

---

16. De acordo com a sua experiência docente, os(as) alunos(as) se preocupam com uma formação:

- Dirigida ao trabalho.
- Pensam e refletem sobre uma formação para a atuação na vida social e política no sentido de sua emancipação...
- Valorizam as duas formações: a voltada para o trabalho e a voltada para emancipação social.
- Ainda não parei para observar a questão.
- Busca aprovação no ENEM e/ou vestibulares.

17. Com relação aos conteúdos de base crítica, que discutem a realidade social e são trabalhados na Educação Profissional e Tecnológica, de acordo com sua experiência docente, qual é a importância desses na vida profissional e na social de cada indivíduo?

---

---

---

18. Sobre a temática da Cidadania, como você considera o seu conhecimento?

- Aprofundado  
 Razoável  
 Raso  
 Inexistente

19. Essa temática foi tocada em sua sala de aula em algum momento?

- Sim.  
 Não.  
 Não me lembro.

20. Se você nunca trabalhou a Cidadania em suas aulas, quais seriam os motivos?

---

---

---

21. Se você trabalha ou já trabalhou com a temática da Cidadania, qual ou quais estratégia(s) pedagógica(s) você utiliza para trabalhá-la em sala de aula?

---

---

---

22. Acerca das disciplinas que ministra, você acha que as temáticas relacionadas à Cidadania são importantes?

- Sim  
 Não

23. Se você ministra disciplinas relacionadas à Cidadania, você acha que as informações e os conteúdos relacionados à temática, ministrados no(s) Curso(s) Integrado(s) ou Concomitante(s) em que atua, são suficientes?

- Sim.
- Não.
- Não trabalho com temas relacionados à Cidadania.

24. De acordo com sua experiência docente, os(as) alunos(as) se reconhecem como indivíduos dotados de direitos?

- Sim.
- Não.
- Estão desenvolvendo essa noção.
- Essa concepção muda dependendo do grau de formação em que o(a) aluno(a) está no momento.

25. De acordo com a sua atuação docente, o conhecimento acerca dos seus direitos depende ou independe da formação pedagógica formal?

- Depende totalmente
- Depende parcialmente
- Independe da formação formal

26. Se você já trabalhou a temática da Cidadania de alguma forma com os(as) alunos(as) na Educação Profissional, ou seja, abordou o conhecimento dos seus direitos e deveres, como esse conteúdo foi abordado?

- Sistematizei esse conhecimento pela noção de cumprir deveres.
- Sistematizei esse conhecimento pelo respeito à sociedade para cumprir os deveres e pela noção de ter direitos.
- Sistematizei os conhecimentos pela noção de poder social, pela liberdade em cumprir seus deveres e adquirir seus direitos.
- Não trabalhei a temática em sala de aula.

27. De acordo com a sua experiência docente, quais são os principais impedimentos para trabalhar a formação humana para emancipação dos sujeitos e para a cidadania?

---

---

---

## APÊNDICE C – Questionário 2

### 1ª parte

1. Com qual gênero você se identifica?

- Feminino
- Masculino
- Outro

2. Qual é o seu nível de formação mais elevado?

- Graduação
- Pós-graduação *lato sensu* incompleta
- Pós-graduação *lato sensu* completa
- Mestrado incompleto
- Mestrado completo
- Doutorado incompleto
- Doutorado completo

3. Foi no IFF a sua primeira experiência docente?

- Sim
- Não

4. Se não, qual foi a rede em que você trabalhou antes?

- Privada
- Municipal
- Estadual
- Federal

5. Em qual instituição foi a sua primeira experiência docente?

---

---

6. Foi no IFF a sua primeira experiência na Educação Profissional e Tecnológica?

Sim

Não

7. Se a sua resposta anterior foi “não”, a sua primeira experiência na Educação Profissional e Tecnológica foi em qual instituição?

---

---

8. A(s) sua(s) disciplina(s) de atuação faz(em) parte de qual eixo temático dos listados a seguir?

Exatas

Biológicas

Humanas

Linguagens

Politécnicas

Técnicas

9. A(s) disciplina(s) que você ministra faz(em) parte de qual núcleo?

Básico

Politécnico

Técnico

10. Em quais níveis (ou em qual nível) de ensino você atua como docente no IFF?

Ensino Médio Integrado

Ensino Médio Concomitante

Ensino Superior

Pós-graduação *lato sensu*

Mestrado e Doutorado

## **2ª parte - Perguntas de acordo com os objetivos do questionário**

1. Quanto ao ciclo de palestras, de acordo com a sua opinião, qual é a importância dos conteúdos abordados no evento para a sua atuação pedagógica e profissional?

Importantes

- Razoavelmente importantes
- Importantíssimos

2. Você desconhecia algum dos conteúdos referentes à educação para o trabalho que foram discutidos no ciclo de palestras? Se sim, especifique qual.

- História da Educação Profissional e Tecnológica
- Proposta do Ensino Médio Integrado, pontos essenciais da Educação Emancipadora para a cidadania.
- Definição e concepção da Pedagogia Histórico-Crítica.
- Pedagogia Histórico-Crítica e práticas educativas.
- Todas as temáticas em questão.

3. Dos conteúdos abordados no ciclo de palestras, qual (ou quais) se destacou (ou se destacaram) com maior importância no que se refere à sua atuação na Educação Profissional e Tecnológica?

- “História da Educação Profissional e Tecnológica”, discutido por Augusto Caldas.
- “Concepções e definições do Ensino Médio Integrado: pontos essenciais da formação emancipadora para a cidadania”, discutido por Frigotto.
- “Pedagogia Histórico-Crítica: concepções e definições”, discutido por Renata Maldonado.
- “Pedagogia Histórico-Crítica e as práticas educativas”, discutido por Leonardo Salvalaio.
- Todas as temáticas apresentadas e discutidas.

4. Quanto ao ciclo de palestras, de acordo com a sua opinião, qual é a importância dos conteúdos abordados no evento para a sua atuação pedagógica e profissional com relação aos alunos na Educação Profissional e Tecnológica?

---

---

---

5. Após participar do ciclo de palestras, de acordo com as temáticas discutidas, sua concepção de formação profissional e tecnológica se mantém ou mudou?

- Não modificou
- Modificou
- Modificou muito
- Não observei essa questão

6. Após ter acesso aos conteúdos da palestra “Educação para além do mundo do trabalho: formando profissionais ou formando cidadãos?”, em que situação e de que forma os conteúdos da(s) disciplina(s) que você administra contemplam a concepção de Ensino Integrado e formação para a cidadania, temas apresentados no evento?

---

---

---

7. De acordo com o ciclo de palestras, analisando sua atuação docente, como a(s) disciplina(s) em que você atua colaborara(m) para uma concepção de ensino no viés da formação humana, voltada para emancipação social e para cidadania?

---

---

---

8. Com relação à Pedagogia Histórico-Crítica, abordada no ciclo de palestras, você já conhecia essa pedagogia como método de ensino?

Sim

Não

9. Em relação à formação para a cidadania discutida no ciclo de palestras, qual é a importância deste tema para a sua atuação como docente?

Não tem relevância

Pouca relevância

É relevante

É muito relevante

10. Em relação à formação para a cidadania discutida no ciclo de palestras, formação que trabalha na perspectiva da emancipação social dos sujeitos, considerando a formação profissional e tecnológica, em sua opinião, a escola formal trabalha sob o viés dessa perspectiva?

Sim

Não

11. Como docente, a participação no ciclo de palestras foi um encontro que teve relevância no aprimoramento dos seus conhecimentos para a vida profissional e social?

Não teve relevância

Pouca relevância

- Foi relevante
- Foi muito relevante

12. Dos conteúdos abordados no ciclo de palestras, você pretende incorporá-los e transferi-los para sua atuação pedagógica?

- Sim
- Não
- Não observei essa questão

13. Se sim, quais os conteúdos que você pretende integrar à(s) disciplina(s) de atuação levando em consideração as normas do curso?

- Proposta integral de formação para a cidadania.
- Proposta teórica da Pedagogia Histórico-Crítica como método de ensino.
- As duas propostas.
- Já são integrados em minha atuação como docente.

14. Após participar do ciclo de palestras “Educação para além do mundo do trabalho: formando profissionais ou formando cidadãos?”, como docente, você sentiu mais interesse em trabalhar a temática cidadania em sua(s) disciplina(s) de atuação?

- Sim
- Não
- Não observei essa questão

15. De acordo com a sua prática docente, atentando aos temas discutidos no ciclo de palestras, os alunos buscam, em sala de aula, informações referentes à cidadania?

- Sim
- Não

16. De acordo com sua opinião, quando a escola trabalha em uma perspectiva de educação democrática, emancipadora, através dos seus conteúdos formais, alcança uma formação:

- Que desperta um cidadão crítico, reflexivo de sua realidade.
- Por meio da qual os sujeitos são capazes de exercer a sua cidadania na realidade social.
- Capaz de formar os sujeitos de forma íntegra.
- Todas as opções acima.
- Não observei essa questão

## APÊNDICE D – Relatório do Produto Educacional



## APRESENTAÇÃO

**CICLO DE PALESTRAS**

**Educação para "além do mundo do trabalho": formando profissionais ou formando cidadãos?**

**DIAS: 30/06/2021 E 01/07/2021**

Mediação: Maria Angelica Peixoto Sardinha  
Inscrições: 23 a 30/06/2021 - <https://eventos.iff.edu.br/cidadaniaeducacaoprofissional>

**30/06/2021**  
Início: 15:30H

**MESA 1**  
Processo de construção histórico da EPT e a discussão das contribuições para a formação emancipadora em prol da cidadania.

**PROF.: LUÍS AUGUSTO CALDAS**  
**PROF.: GAUDÊNCIO FRIGOTTO**  
Link: <https://youtu.be/9TE3NncYmTA>

**01/07/2021**  
Início: 15:30H

**MESA 2**  
Pedagogia histórico crítica: definições, concepções e a prática educativa.

**PROF.: RENATA MALDONADO**  
**PROF.: LEONARDO S. MULLINE**  
Link: <https://youtu.be/ZMqBYEYFXg>




A proposta desse produto educacional, concebido como ciclo de palestras, foi pensada e formulada como um encontro de formação continuada para os docentes do curso integrado ao Ensino Médio de Petróleo e Gás do IFF *campus* Avançado de São João da Barra. Neste interim, a formação teve como base discursiva referenciais teóricos de base científica, bem como na história da Educação Profissional em seu contexto de fragmentação e a concepção de formação para a emancipação social na Educação Profissional e Tecnológica. Este produto foi desenvolvido no programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Fluminense, *campus* Macaé.

Ressalta-se que a toda discussão da formação foi formulada a partir da temática proposta na presente pesquisa, a qual priorizou a discussão sobre a formação humana na concepção de construção de sujeitos críticos para exercer a cidadania.

## 1. INTRODUÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica é marcada em seu contexto histórico por um processo de formação que é dividido entre a formação para o trabalho voltada para o exercício das atividades técnicas ligadas ao mercado e ao crescimento econômico. Além disso, a formação intelectual também é intrínseca à Educação Profissional e Tecnológica ligada ao domínio dos conhecimentos sistemáticos para exercer as profissões de níveis mais elevados. Essa divisão de formação caracteriza a dualidade educacional na Educação Profissional e Tecnológica. Nesse sentido, a formação educacional da classe trabalhadora acaba sendo desvinculada de seu processo transformador.

Segundo Kuenzer e Grabowski (2016), a dualidade é uma das categorias que permitem compreender a educação no modo de produção capitalista. Esse processo se configura na distribuição desigual e diferenciada do contexto em que se predomina a valorização da educação básica para os que vivem do trabalho e a educação específica, científico-tecnológica e sócio-histórica, para os que irão desempenhar o trabalho intelectual.

Segundo Araujo e Frigotto (2015), a educação escolar brasileira tem sua organização curricular definida por formas instrumentais promotoras de um tipo humano conformado política e pedagogicamente. Nesse contexto impera a pedagogia das competências, que assumiu o papel central nas formulações educacionais oficiais a partir década de 1990 e tem suas inspirações na filosofia pragmática, encontrando a sua forma tanto de definir quanto de organizar os conteúdos formativos na utilidade prática. Assim, os desenhos curriculares elaborados nessa perspectiva têm a pretensão de promover habilidades e atitudes de acordo com alguma habilidade específica exigida pelo mercado.

Diante desta discussão, surge este produto educacional materializado em um ciclo de palestras, intitulado: “Educação para além do mundo do trabalho, formando profissionais ou formando cidadãos”. O produto faz parte do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, considerando a obrigatoriedade de desenvolvimento de produtos educacionais para os mestrados profissionais.

O ciclo de palestras surge de um recorte teórico da pesquisa: “A Construção da Formação Humana Para a Emancipação Social através do Exercício da Cidadania na Educação Profissional e Tecnológica”. Neste sentido, o ciclo de palestras foi dirigido aos docentes do curso Técnico em Petróleo e Gás Integrado ao Ensino Médio, *campus* avançado de São João da Barra, mas aberto aos demais servidores da rede.

O evento ocorreu em dois encontros e contou como formação continuada dos participantes abordando conteúdos de base científica voltados para a Educação Profissional e Tecnológica, dentre os conteúdos discutidos, estão: Educação emancipadora para o exercício da cidadania, proposta do Ensino Médio Integrado; História da Educação Profissional e Tecnológica; Pedagogia Histórico Crítica, definições e a prática educativa. Esses conteúdos foram discutidos com o objetivo de despertar a reflexão dos professores relacionadas à Educação Profissional e Tecnológica.

Além disso, através deste contexto de discussão, objetivou-se apresentar a proposta de Ensino Médio Integrado, proposta de ensino que visa uma formação íntegra e emancipadora. Por fim, foram apresentadas e discutidas as definições da pedagogia histórico-crítica como teoria e método de ensino que viabiliza uma prática educativa para a transformação social.

## **2. OBJETIVO GERAL**

O objetivo do ciclo de palestras foi direcionar os docentes a uma reflexão e a um questionamento sobre a dualidade e fragmentação desse tipo de formação, a fim de promover uma discussão que conduz o Ensino Integrado ao desenvolvimento integral dos sujeitos ultrapassando as práticas de produção voltados para o mercado. Posteriormente foi discutida a importância da formação humana na Educação Profissional e Tecnológica direcionando-se ao exercício da cidadania, apontando também à pedagogia histórico-crítica como método educativo para conduzir a formação humana na Educação Profissional e Tecnológica. A intenção foi informar aos docentes o objetivo de tal educação atualmente para, a partir desse contexto, despertar ainda mais a consciência crítica deles que culminará em suas respectivas atuações.

### **2.1 Objetivos Específicos**

- Apresentar brevemente o trajeto da educação para o trabalho em seu percurso histórico aos docentes do curso, enfatizando a perspectiva reducionista da formação que predominou ao longo do tempo.
- Expor aos docentes a importância da formação humana para a emancipação social dos sujeitos na Educação Profissional e Tecnológica sob o viés da proposta do Ensino Médio Integrado, ressaltando o debate sobre a cidadania na Educação Profissional e Tecnológica.

- Apresentar a pedagogia histórico-crítica como uma tendência pedagógica que conduz à formação humana e social dos sujeitos de modo a pontuar cada fator que a envolve.

### **3. DESENVOLVIMENTO**

O planejamento do ciclo de palestras iniciou através de uma reunião com a equipe técnica do IFF *campus* São João da Barra e a pesquisadora, envolvendo a diretora geral do curso Técnico em Petróleo e Gás, Juliana Barreto, e a Fernanda Vidal, coordenadora de pesquisa e extensão do *campus*. A partir da análise realizada no primeiro questionário, que fez parte da pesquisa da dissertação, dirigido aos docentes do curso mencionado, foi levantado algumas abordagens e debates referente à educação Profissional. Nesse contexto, surge a ideia de transpor o debate teórico da pesquisa em formato de palestras para os docentes que participaram do questionário e os demais professores. Desse modo, na reunião foi discutido sobre a realização do ciclo de palestras e a aceitabilidade da instituição em receber este evento, bem como o interesse dos docentes pela palestra. Após a reunião, foi evidenciado o interesse da instituição pelo encontro, que em diálogo com os docentes, a equipe técnica retorna apresentando o aceite pelo evento.

No segundo momento, foi planejado a escolha dos convidados para os temas escolhidos, com formato de debate e discussão. O contato com os convidados foi realizado via e-mail ou por contato privado. Com os convidados confirmados, em seguida, foi planejado a data e o horário viável para os mesmos, para os docentes e para toda a instituição. Em paralelo ao contato com os convidados, foi necessário a organização com a equipe que iria transmitir o evento.

Fez parte da organização do evento a produção de um encarte digital com as informações necessárias para divulgação do ciclo de palestras. Essa arte de transmissão foi feita por um membro do curso de tecnologia em design gráfico do IFFluminense. A cooperação com a pesquisadora da equipe da Diretoria de Comunicação do IFFluminense que proporcionou a transmissão desse evento de ensino em um contexto desafiador de pandemia. E esse conjunto de esforços fez o ciclo de palestrar acontecer de forma exitosa.

#### **3.1 PALESTRANTES**

##### ***Professor Luiz Augusto Caldas***

Ex-reitor do Instituto Federal Fluminense; Mestre e doutor em Planejamento e Gestão de Cidades pela Universidade Cândido Mendes; atualmente, é professor do

Instituto Federal Fluminense; foi diretor geral do Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos; e diretor de políticas da secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação; além disso, é membro de conselhos e de vários grupos de trabalhos.

***Gaudêncio Frigotto***

Graduado e bacharel em Filosofia e Pedagogia pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul; Mestre em Administração de Sistemas Educacionais pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro; Doutor em Educação: História, Política e Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; além disso, Gaudêncio é pesquisador sênior do Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica (CNPQ); foi membro de vários comitês científicos como: CNPq, CAPS, FAPERJ e membro de grupos de trabalhos científicos e núcleos de estudos; docente associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; e tem experiência na área de educação com ênfase em fundamentos da educação, atuando nos seguintes temas: Educação e trabalho, Educação Básica e Educação Técnica Profissional na perspectiva da politécnica.

***Renata Maldonado***

Mestre em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF); doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Pós-doutorado na área de Educação pela Universidade Nova de Lisboa; Professora associada da área de Política e Gestão Educacional da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro; atuou como professora do departamento de Sistemas Educacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; tem experiência na área de educação, com ênfase em políticas educacionais, história da educação e comunicação-educação. Atuando principalmente nos seguintes temas: políticas educacionais, história da educação, meios de comunicação e consumo.

***Leonardo Salvalio***

Mestre em Educação em Ciências e Matemática pelo Instituto Federal Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo; Doutor em Ensino em Biociências e Saúde pela Fundação Osvaldo Cruz; professor de Biologia do Instituto Federal Fluminense, *campus* Macaé e coordenador do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica;

desenvolve pesquisa em Ensino de Ciências e Biologia nas áreas de formação de professores, livro didático, educação ambiental e práticas pedagógicas.

### 3.2 PRIMEIRO DIA DE PALESTRAS

A materialização do produto educacional aconteceu através de um ciclo de palestras tendo a nomenclatura: “Educação para além do mundo do trabalho: formando profissionais ou formando cidadãos?”. O primeiro encontro ocorreu no dia 30 de junho de 2021<sup>1</sup>, tendo início às 15h:30min da tarde, sendo todo ciclo de palestras transmitido através do *IFTUBE*. Os convidados palestrantes foram: o professor do IFFluminense e Ex-Reitor, Dr. Luiz Augusto Caldas, e o pesquisador sênior da CNPQ e professor da UERJ, Dr. Gaudêncio Frigotto, sendo todo encontro mediado pela pesquisadora da presente pesquisa. É importante ressaltar que todo encontro foi direcionado para os docentes do *campus* avançado de São João da Barra, em especial os do Curso de Petróleo e Gás. No entanto, a transmissão foi estendida para os demais servidores do *campus* por ser um ciclo de palestras com conteúdo rico em conhecimento sistemático para a Educação Profissional e Tecnológica, assim contamos com a participação dos gestores do *campus*, da equipe técnica e de todos os docentes.

Mediadora e autora do produto educacional no 1º dia de palestra.



A primeira mesa recebeu a seguinte nomenclatura: “O processo de construção histórico da EPT”, abordando também as contribuições para a formação emancipadora em prol da cidadania. Iniciamos o encontro apresentando ao público que assistia os objetivos do ciclo de palestras, assim como toda sua articulação teórica e seus

<sup>1</sup> Acesso do 1º encontro do ciclo de palestras disponível em: <https://youtu.be/9TE3NncYmTA>

fundamentos com a pesquisa em questão. Posteriormente foi apresentado cada palestrante, seus trajetos na educação formal e todo seu percurso formativo acadêmico.

Professores Luís Augusto, Gaudêncio Frigotto, Juliana Barreto e a mediadora, Maria Angélica.



Luiz Augusto iniciou sua apresentação abordando o princípio do trajeto histórico da Educação Profissional e Tecnológica com a formação dos desvalidos, onde a educação tinha um aspecto assistencialista objetivando dar suporte aos pobres e órfãos através da formação de artesãos em oficinas.

Luiz Augusto pontuou também que com o tempo surgiram as escolas de Formação Profissional de Aprendiz e Artífices até o surgimento dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs).

O referido professor foi pontual em abordar a história da Educação Profissional frisando o predomínio da dualidade e da fragmentação nesta modalidade de Ensino. Ressalta-se que foi muito importante o palestrante abordar a questão da dualidade, pois essa vertente foi pontuada e evidenciada diversas vezes no referencial teórico da pesquisa que desencadeou o presente produto educacional.

Por fim, Luiz Augusto discutiu um pouco sobre o conceito e os objetivos do Ensino Médio Integrado, deixando claro as finalidades dessa proposta de ensino. O discurso do Luiz Augusto foi bem pontual e explicativo. Neste encontro tivemos também a presença do Professor Júlio Cezar Pinheiro, orientador desta pesquisa, o público que assistiu a transmissão deste dia teve um quantitativo entre 25 e 30 pessoas, somando os docentes e a equipe técnica.

Após todo discurso do Luiz Augusto, tivemos a apresentação do professor Gaudêncio Frigotto onde também foi apresentado um pouco do trajeto acadêmico-

profissional do professor Gaudêncio; que é um clássico no que se refere as pesquisas relacionadas à Educação Profissional e Tecnológica.

Gaudêncio objetivou ressaltar a importância da educação formal, sobretudo na Educação Profissional e Tecnológica, modalidade da qual Gaudêncio dá ênfase em suas pesquisas. Dessa forma, o professor supracitado discutiu a seguinte temática: “Concepções e definições do Ensino Médio Integrado, pontos essenciais da formação emancipadora para a cidadania.”

Gaudêncio Frigotto iniciou seu discurso apresentando o conceito do Ensino Médio Integrado, que engloba o ser humano em disputa e toda disputa do conhecimento sistemático que de forma fragmentada é disponibilizado aos sujeitos dentro da divisão social de classe.

Dessa forma, a formação integrada busca superar o domínio de três fatores predominantes segundo a discussão que o Frigotto apresenta: i) o neoliberalismo; ii) o conservadorismo e; iii) a dualidade educacional. Em contrapartida, Frigotto ressaltou os conceitos educacionais que permeiam a educação fundamentada nos princípios que orientam uma formação emancipadora, que são: Formação tecnológica, politécnica e omnilateral, levando em consideração todo princípio educativo do trabalho.

O professor em seu discurso ressaltou a importância do contexto social e cultural na formação da subjetividade de cada sujeito, para ele somos o que somos por sermos formados e influenciados de forma direta pela cultura familiar, pela religião, pelos costumes de cada região, entre outros. Todos esses fatores são primordiais na formação e identidade dos indivíduos de acordo com seu discurso. Desse modo o convidado apontou para importância de considerarmos os sujeitos a partir do real, ou seja, a partir de todo contexto que os rodeia pois, na real concepção, os seres não nascem humanos, mas se tornam em sociedade pois o real é síntese de múltiplas determinações. Afirma Frigotto: “Se a sociedade é desigual as pessoas se produzem de forma desigual”.

Ao longo do discurso o convidado afirma que a educação sempre foi dual, educação geral e específica para os dirigentes, enquanto para os que irão executar as técnicas, a formação é restrita. Assim ele afirma que para superarmos a dualidade é preciso que as disciplinas pedagógicas se integrem, necessitando assim de um equilíbrio no currículo da educação formal. Portanto, indica-se a predominância de leis da natureza através dos conhecimentos produzidos pelas disciplinas - Biologia, Física, Química - mas também é necessário que os sujeitos entendam como o ser humano funciona em sociedade, esses são apresentados pelos conhecimentos sistematizados pela Geografia, História, Literatura e Artes. Destarte, é nessa perspectiva que acontece o Ensino Médio

Integrado, formação por inteiro, que supera a divisão do trabalho manual, alcançando uma formação que alcança o conhecimento físico, corpóreo, o manejo prático e o conhecimento intelectual que pelo conceito de politecnia esse tipo de formação se faz também pela articulação da educação mental, física e política.

Por fim Gaudêncio apresentou as definições e concepções do Ensino Médio Integrado, uma proposta de ensino que evidencia uma perspectiva de formação emancipadora, alcançando assim os fatores principais de uma formação voltada para o desempenho do exercício da cidadania. No entanto, para o professor Gaudêncio essa proposta ainda não acontece na realidade da educação formal, pois somos cingidos pelo sistema capitalista que fragmenta os conhecimentos e divide a educação em dois grupos: o grupo dos que se capacitam para o trabalho e os que se capacitam para desempenharem funções elevadas na sociedade. Assim, Gaudêncio não deixa de pontuar que não é possível uma educação unitária no capitalismo, mas é possível começar o novo a partir do velho, ou seja, uma educação emancipadora acontece partindo da própria educação dual, fragmentada cindida pela divisão de classes.

### 3.3 SEGUNDO DIA DE PALESTRAS

No segundo dia de palestras foram discutidas as definições, os conceitos e a prática educativa da pedagogia histórico-crítica. O encontro teve início às 15h30 min do dia 01 de julho de 2021 com a participação da professora da UENF, a Dr<sup>a</sup>. Renata Maldonado, e o coordenador do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do IFF, Dr. Leonardo Salvalaio Muline. Todo encontro foi transmitido pelo *IFFTUBE*<sup>2</sup>.

Professora Renata Maldonado



Professor Leonardo Salvalaio



<sup>2</sup> Acesso do 2º encontro do ciclo de palestras disponível em: <https://youtu.be/ZMqBYEYFfg>

A pedagogia histórico-crítica foi apresentada no debate, pois também foi discutida no referencial teórico da pesquisa em questão por ser uma teoria e um método de ensino que pensa a educação para e através da prática social. Assim, a pedagogia histórico-crítica é discutida primeiramente como teoria para haver a compreensão de sua concepção e seus fundamentos de ensino, após a discussão da pedagogia-histórico crítica como teoria, foi discutida essa concepção e a teoria como método de ensino na prática pedagógica, iniciando a discussão pela professora Renata Maldonado.

O encontro teve início com a participação e discussão da professora Renata Maldonado, que discutiu o tema: Pedagogia Histórico Crítica: concepções e definições. Renata iniciou seu discurso explicando as primeiras aproximações da pedagogia histórico-crítica, tendo seu princípio a partir do esgotamento do regime empresarial militar juntamente com o movimento da contracultura. Segundo Renata esse movimento partia do princípio de que a cultura poderia revolucionar a sociedade, nesse contexto, os educadores brasileiros tentam a partir de alguns percursos teóricos a fim de superar as pedagogias tradicionais. Essas, por sua vez, são chamadas de teorias não críticas e teorias crítico produtivistas. Diante desse contexto, Renata ressaltou que no Brasil predominou as perspectivas pedagógicas não críticas, como: a concepção tradicional, a concepção escola novista e a concepção tecnicista. Renata menciona que quando Dermeval Saviani idealizou a concepção das chamadas teorias não críticas, ele chama atenção para as perspectivas teóricas pedagógicas que partem do pressuposto de que a educação é um elemento de superação da chamada desigualdades social. Por outro lado, temos as teorias críticos produtivistas que pensam o processo educacional, mas não possuem os fundamentos pedagógicos.

De acordo com Renata os autores que tratam o processo educacional como um fator de discriminação social - uma vez que a própria escola se torna um fator de dominação cultural - são: Bourdieu, Althusser e Badelot Establet. Renata evidencia que esses autores tentam encontrar uma saída de pensar uma teoria pedagógica que não tivesse fundamentada na teoria não crítica e nas teorias críticas produtivistas.

A convidada aponta também que a pedagogia histórico-crítica estuda a forma adequada para atingir a perspectiva de apropriação do conhecimento sistematizado e desenvolver os saberes acumulados pela sociedade. Ressaltou ainda que é na escola que os indivíduos têm acesso as ferramentas que passam o saber elaborado, científico, dentre eles o censo comum, a cultura popular e o conhecimento científico.

Após evidenciar toda historicidade do processo das teorias pedagógicas, Renata chega à teoria histórico-crítica apontando seus fundamentos e concepções. Primeiro

Renata abordou que na pedagogia histórico-crítica existe uma relação intrínseca entre Educação e Trabalho, pois na medida em que o homem produz sua ação ao trabalhar e/ou desempenhar alguma função, ele produz as ideias que constituem suas ações. O segundo fator da pedagogia histórico-crítica é considerar a Educação como um processo de produção cultural que se relaciona com o processo material, pois constrói sua ação para materializá-la.

Renata não deixa de acrescentar que a pedagogia histórico-crítica surge no século XX e parte do pressuposto que a escola deve cumprir seu papel político de elevar o conhecimento dos sujeitos, onde a classe trabalhadora possa ter acesso ao conhecimento sistemático e a educação deve e pode transformar a sociedade por estar no seio da contradição da sociedade capitalista, apontando também que a pedagogia histórico-crítica se distancia das anteriores por sua formulação e concepção de ensino. É destacado em seu discurso que a pedagogia histórico-crítica tem inspiração Marxista a partir de sua compreensão histórica sobre o trabalho escolar. Nessa pedagogia a teoria e a prática são indissociáveis, onde a prática é qualitativa e coerente para aprimorar e desenvolver a teoria.

Por fim, Renata acrescenta, também fundamentada em Saviani, as dificuldades de materialização da pedagogia histórico-crítica que são: i) dificuldade de um sistema educacional sistemático; ii) dificuldade de financiamento; iii) descontinuidade entre a política de governo e não de Estado, o onde está suscetível a formulações. O discurso da palestrante finda-se mostrando que a educação é um fundamento e instrumento de superação desse embate, assim deve predominar à articulação da proposta pedagógica, onde a prática deve ser fundamentada no conceito de práxis. Portanto, deve também existir a articulação entre conteúdo e forma, considerando que a Educação é ampliação do movimento histórico e deve ser compreendida como um todo, ou seja, como totalidade.

No segundo momento aconteceu a palestra do professor Leonardo Salvalaio, que discutiu a temática: Pedagogia Histórico-Crítica e as Práticas Educativas. Inicia seu discurso apresentando o clássico que pensa a pedagogia histórico-crítica, Demerval Saviani em seu livro, “Escola e Democracia”, discute a pedagogia histórico-crítica. Leonardo menciona que para Saviani entre a pedagogia tradicional e as críticas, falta algo, ou seja, essas teorias eram incompletas em seu campo teórico, dessa forma uma possível teoria revolucionária teria que superar ambas.

O convidado segue seu discurso explicando a teoria da pedagogia histórico-crítica a partir do autor Dermeval Saviani, que pensa a prática educativa a partir do empírico e chega ao concreto pela mediação do abstrato. Leonardo define melhor essa questão

explicando que o aluno chega à escola com os conhecimentos bagunçados. O papel da escola é, a partir da análise, alcançar no processo de ensino-aprendizagem uma síntese, tentando organizar os obstáculos, construir e reconstruir o conhecimento sempre através do concreto. Nesse contexto, Leonardo acrescenta que para Saviani a escola deve fornecer aos indivíduos os conhecimentos formais, ou seja, a cultura letrada para que a partir desse contexto os alunos possam alcançar sua emancipação social.

Outro aspecto que o Leonardo aborda é a questão de como deve ser a prática educativa em relação aos conteúdos formais. Segundo Saviani, esses devem ter sentido para o aluno ao serem abordados na escola, sempre conversando com a realidade desses discentes. É nessa perspectiva que a classe trabalhadora conseguiria se libertar da cultura hegemônica, pois quando o aluno se emancipa ele diminui o processo de opressão e fortalece sua classe. Após as afirmativas, Leonardo expõe dois aspectos da pedagogia histórico-crítica que estão à frente das demais teorias: a valorização do trabalho docente e o trabalho com os conteúdos significativos. Nessa perspectiva são abordados os passos da pedagogia histórico-crítica por Leonardo, que são: prática social, problematização, instrumentalização, catarse e o retorno à prática social.

Tais etapas da prática educativa são explicadas de forma detalhada. A prática social significa que o processo educacional deve partir do interesse do professor e do aluno, a problematização e o processo em que a professor em conjunto com os alunos fazem uma ligação da temática com sua prática social.

A instrumentalização é o momento em que o aluno se apropria de ferramentas culturais necessárias à luta social para compreender a temática em questão. A catarse é a etapa que o aluno constrói, desconstrói e reconstrói sua nova forma de entendimento da prática, é o que o aluno entendeu sobre o conteúdo abordado e o que ele consegue construir a partir da organização que fez com os conhecimentos. O retorno à prática social é o momento em que o aluno levaria o conhecimento para prática cotidiana, com o objetivo do indivíduo de retornar à sua realidade de forma mais crítica.

Por fim, Leonardo exemplifica cada etapa do processo de ensino da pedagogia histórico-crítica utilizando a temática da queima da cana de açúcar e expõe o que impede à atuação da pedagogia histórico-crítica no processo formal de ensino que é o formato disciplinar dos conteúdos e suas contribuições que se resume a partir da prática social em que os conteúdos devem ser relevantes e conexos com a realidade. Leonardo também aponta o processo de avaliação da pedagogia histórico-crítica, onde o aluno deve responder a problemas específicos no nível do conteúdo da temática. O processo

avaliativo deve avaliar se o aluno consegue fazer ligação com o conteúdo que foi abordado objetivando sempre formar um cidadão crítico na fala do Leonardo.

Leonardo termina seu discurso comparando uma sala de aula atual com uma sala tradicional de ensino, apontando as semelhanças que predominam ao comparar os dois formatos de ensino. Evidencia também as temáticas que precisam ser consideradas no processo educacional que são: a fome mundial; as fakes News; o negacionismo das vacinas; a guerra; as doenças imperantes na atualidade; a operação no jacarezinho; a alfabetização científica dos alunos; questões ambientais; preconceito étnico e sexual, entre outros conteúdos indispensáveis na formação do cidadão, segundo Leonardo. Por fim, o professor lembra as estratégias didáticas fora do contexto tradicional que são: jogos, teatro e ocupação dos espaços não formais de ensino.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do exposto é possível apontar a riqueza do ciclo de palestras em relação à temática abordada. Os palestrantes foram pontuais e didáticos ao abordar a formação emancipadora para a cidadania na questão de mostrar para os docentes a importância da formação para emancipação social dos sujeitos. Através deste encontro conseguimos na fala dos palestrantes apresentar a historicidade da educação profissional e tecnológica para entendermos as finalidades desta modalidade desde o princípio, mas também refletimos os avanços que ao longo do tempo a educação profissional alcançou.

Entendemos também a questão da dualidade presente na formação profissional e tecnológica tão discutida no referencial teórico desta pesquisa, esse conteúdo foi abordado e bem explicado pela fala do professor Luís Caldas. Já no discurso do Professor Gaudêncio Frigotto podemos entender a influência e o predomínio do contexto social na vida e na formação dos sujeitos que são determinados por sua realidade cultural, econômica e social, essa questão foi muito bem pontuada, sobretudo, para os docentes que precisam entender que os sujeitos não se constroem sem a múltipla predominância de vários fatores.

Gaudêncio também evidencia o conceito de Ensino Médio Integrado, deixando evidente as concepções dessa proposta de ensino, assim como os fatores que impedem sua materialização, sendo o próprio sistema capitalista. Após evidenciar o conceito de Ensino médio Integrado também foi clarificado em seu discurso a importância da formação emancipadora para o exercício da cidadania. Uma discussão ímpar, bem pontuada, esclarecedora.

Já no discurso da Renata tivemos uma aula referente às pedagogias críticas e as pedagogias crítico-produtivistas, Renata percorre toda historicidade das pedagogias, pautada no discurso do Saviani, assim como esclarece as definições e concepções de cada uma. Através de seu discurso podemos entender as diferenças entre as teorias de ensino e seus propósitos. Posteriormente, Renata abordou o surgimento da pedagogia histórico-crítica, bem como seu objetivo e concepções de ensino.

Complementando o discurso da professora Renata, o professor Leonardo abordou o clássico que pensou e formulou essa teoria pedagógica, definindo-a na prática de ensino onde ele aponta cada etapa de ensino que faz parte dessa teoria, além de destacar exemplos ao trabalhar os conteúdos sistemáticos iniciando pela prática social ao retorno desta pelo aluno. No discurso do Leonardo, ele consegue evidenciar de forma detalhada como a pedagogia histórico-crítica funciona na prática pedagógica, abordando a funcionalidade desta teoria na prática através de suas etapas, seus objetivos e estratégias pedagógicas que poderão ser trabalhadas de acordo com a pedagogia histórico-crítica, o discurso é findado com temas que são fundamentais da área das biológicas que poderão ser trabalhados atualmente.

Por fim, considera-se que o ciclo de palestras propiciou um conteúdo de base crítica, que conduz docentes e discentes a entender o percurso e a intencionalidade histórica da Educação Profissional e Tecnológica, ressaltando sua intrínseca dualidade.

Além, percebe-se que este produto educacional ressalta a importância do Ensino Médio Integrado como proposta de ensino para emancipação social e para o exercício da cidadania. Dessa forma, este conteúdo traz uma reflexão e exalta a necessidade de pensar a educação profissional para além do mundo do trabalho.

Destarte, a reflexão e o conhecimento sistemático abordado evidenciaram a concepção da pedagogia histórico-crítica como teoria e sua prática de ensino como método. Este conteúdo proporciona aos docentes o conhecimento de uma pedagogia que perpassa à prática de ensino imposta, não crítica, fragmentada, em detrimento de uma teoria de ensino que considera a realidade social partindo de uma concepção de formação para emancipação social. Aponta-se, ainda, que além dos docentes conhecerem esta pedagogia como teoria, foi importante também ressaltá-la como método de ensino, para assim os participantes entenderem como essa teoria funciona na prática pedagógica. Ponderando todo discurso elencado no ciclo de palestras, o presente produto educacional proporcionou aos docentes do Ensino Médio Integrado a sistematização e reflexão de uma concepção de ensino que eleva a emancipação social dos sujeitos e que poderá ser

acessada e visualizada por qualquer usuário por meio do *link* de transmissão no canal do IFFTUBE.

### REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, R. M. de L.; FRIGOTTO, G. Práticas Pedagógicas e o Ensino Integrado. **Revista Educação em Questão**. Natal, v. 5, n. 38, p. 61-80, maio/ago. 2015.

KUENZER, A.Z.; GRABOWSK, G. A produção do conhecimento no Campo da Educação Profissional no Regime de Acumulação Flexível. **HOLOS**. Universidade Federal do Paraná. Holos, ano 32, vol. 6, 2016.

### REFERENCIAS COMPLEMENTARES

FRIGOTTO, G. **Educação e Trabalho**: bases para debater a educação profissional emancipadora. Florianópolis, v. 19, p. 71-87, jan./jun. 2001.

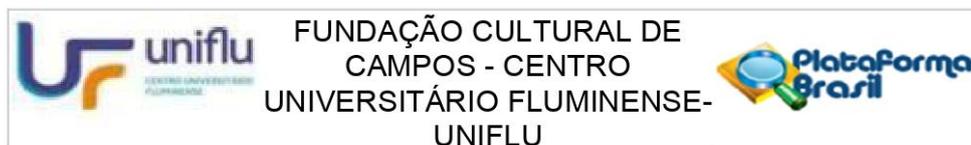
FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs). **Ensino Médio Integrado**: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

LIBÂNEO, J. C. Tendências Pedagógicas na Prática Escolar. Publicado anteriormente na **Revista da ANDE**, n. 6, p. 1-16, 1982. Republicado aqui com algumas alterações. Disponível em:  
[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4520138/mod\\_resource/content/2/Texto\\_1%20Libaneo.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4520138/mod_resource/content/2/Texto_1%20Libaneo.pdf). Acesso em: 20 out. 2020.

MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil**: atores e cenários ao longo da história. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

RAMOS, M. N. **Políticas Educacionais**: da Pedagogia das Competências à Pedagogia Histórico-Crítica. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

## ANEXO A – Comprovante de envio do projeto



### COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** A CONSTRUÇÃO DA FORMAÇÃO HUMANA PARA A EMANCIPAÇÃO SOCIAL ATRAVÉS DO EXERCÍCIO DA CIDADANIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. UMA PESQUISA REALIZADA NO IFF AVANÇADODE SÃO JOÃO DA BARRA 2021.

**Pesquisador:** MARIA ANGPELICA PEIXOTO SARDINHA

**Versão:** 2

**CAAE:** 45390321.4.0000.5583

**Instituição Proponente:** INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE.

#### DADOS DO COMPROVANTE

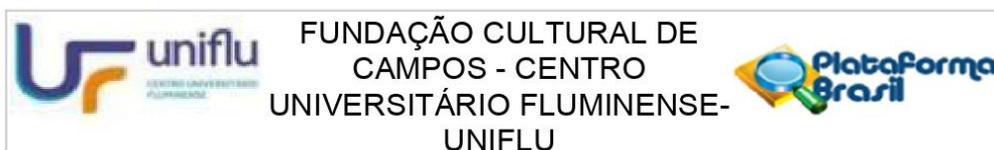
**Número do Comprovante:** 033901/2021

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

Informamos que o projeto A CONSTRUÇÃO DA FORMAÇÃO HUMANA PARA A EMANCIPAÇÃO SOCIAL ATRAVÉS DO EXERCÍCIO DA CIDADANIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. UMA PESQUISA REALIZADA NO IFF AVANÇADODE SÃO JOÃO DA BARRA 2021. que tem como pesquisador responsável MARIA ANGPELICA PEIXOTO SARDINHA, foi recebido para análise ética no CEP Fundação Cultural de Campos - Centro Universitário Fluminense- UNIFLU em 09/04/2021 às 14:08.

**Endereço:** Rua Visconde de Alvarenga 143/169 - Campus II  
**Bairro:** Parque Leopoldina **CEP:** 28.053-000  
**UF:** RJ **Município:** CAMPOS DOS GOYTACAZES  
**Telefone:** (22)2101-3355 **E-mail:** cep@uniflu.edu.br

## ANEXO B – Parecer consubstanciado do CEP - parcial



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** A CONSTRUÇÃO DA FORMAÇÃO HUMANA PARA A EMANCIPAÇÃO SOCIAL ATRAVÉS DO EXERCÍCIO DA CIDADANIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. UMA PESQUISA REALIZADA NO IFF AVANÇADODE SÃO JOÃO DA BARRA 2021.

**Pesquisador:** MARIA ANGPELICA PEIXOTO SARDINHA

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 45390321.4.0000.5583

**Instituição Proponente:** INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 4.812.829

#### Apresentação do Projeto:

As solicitações apontadas para a adequação foram cumpridas e confirmadas pela carta resposta, portanto, pendências sanadas e em novo título: " A CONSTRUÇÃO DA FORMAÇÃO HUMANA PARA A EMANCIPAÇÃO SOCIAL ATRAVÉS DO EXERCÍCIO DA CIDADANIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: UMA PESQUISA BASEADA NO IFF AVANÇADO DE SÃO JOÃO DA BARRA."

#### Objetivo da Pesquisa:

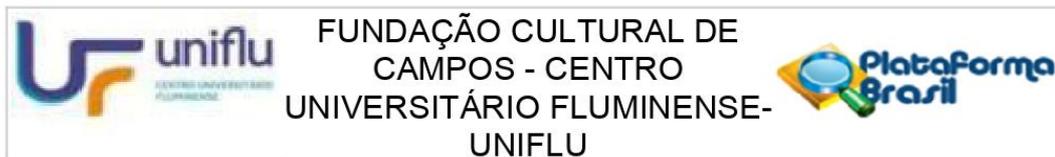
A solicitação para reescrever os objetivos específicos foi contemplada com a nova redação: ."Compreender, por meio do desenvolvimento da consciência cidadã, a dinâmica da realidade que os cerca com senso crítico.

•Conhecer, a partir da experiência dos docentes do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Petróleo e Gás, as principais estratégias para a formação para a cidadania.

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Configurada e pertinente na nova apresentação do termo.

**Endereço:** Rua Visconde de Alvarenga 143/169 - Campus II  
**Bairro:** Parque Leopoldina **CEP:** 28.053-000  
**UF:** RJ **Município:** CAMPOS DOS GOYTACAZES  
**Telefone:** (22)2101-3355 **E-mail:** cep@uniflu.edu.br



Continuação do Parecer: 4.812.829

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Importante para ampliar as informações e o conhecimento sobre o fenômeno em tela, e em destaque : "Uma vez que a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar, a partir da EPT, se a educação integrada contribui para a formação de alunos capazes de se instrumentalizar com os parâmetros da formação humana que os levam ao exercício da cidadania, a análise documental avaliará como o PPC do Curso escolhido aborda a questão mencionada para a emancipação dos sujeitos, tendo em vista os intuítos do documento, de seus componentes curriculares, conteúdos programáticos e atividades complementares, para citar alguns itens importantes que fazem parte texto voltado para o detalhamento da possibilidade formativa."

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Foram cumpridos os termos após as considerações da avaliação

**Recomendações:**

Observar o cumprimento da proposta que "Dessa forma, a pesquisa também se caracterizará em estudo de caso, pois consiste em analisar a formação profissional e tecnológica, partindo do viés histórico até chegar nas discussões pertinentes ao tema, além de objetivar apresentar informações que serão importantes para a atuação pedagógica dos docentes em se tratando de formação humana para a cidadania dos sujeitos, os discentes."

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

De acordo com as exigências, apresenta-se a sugestão do desenvolvimento da pesquisa.

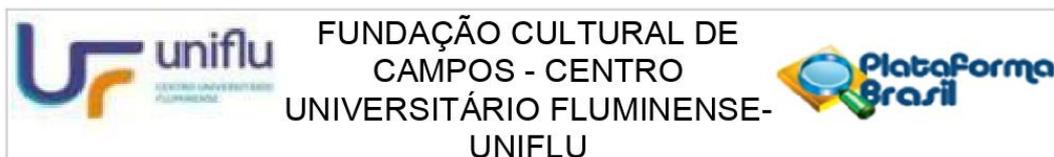
**Considerações Finais a critério do CEP:**

Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios da pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, via notificação do tipo "relatório" para que sejam devidamente apreciados no CEP, conforme Resolução CNS nº 466/2012, item XI.2.d e Resolução CNS nº 510/2016, art. 28, item V.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1724471.pdf	22/06/2021 21:05:03		Aceito
Outros	carta_resposta.docx	22/06/2021 21:00:31	MARIA ANGPELICA PEIXOTO	Aceito

**Endereço:** Rua Visconde de Alvarenga 143/169 - Campus II  
**Bairro:** Parque Leopoldina **CEP:** 28.053-000  
**UF:** RJ **Município:** CAMPOS DOS GOYTACAZES  
**Telefone:** (22)2101-3355 **E-mail:** cep@uniflu.edu.br



Continuação do Parecer: 4.812.829

Outros	Carta_resposta.pdf	22/06/2021 20:53:36	MARIA ANGPELICA PEIXOTO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DE_PESQUISA.pdf	17/05/2021 21:01:43	MARIA ANGPELICA PEIXOTO SARDINHA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_TERMO_DE_CONSENTIMENTO .pdf	13/05/2021 23:23:41	MARIA ANGPELICA PEIXOTO SARDINHA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DE_PESQUISA_PDF.pdf	02/04/2021 20:39:00	MARIA ANGPELICA PEIXOTO SARDINHA	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO_PDF.pdf	02/04/2021 20:29:19	MARIA ANGPELICA PEIXOTO	Aceito
Outros	TERMO_DE_ANUENCIA_PDF.pdf	01/04/2021 22:26:41	MARIA ANGPELICA PEIXOTO	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

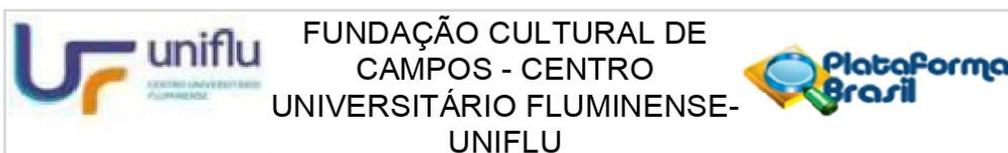
CAMPOS DOS GOYTACAZES, 28 de Junho de 2021

---

**Assinado por:**  
**Leila Corrêa Barreto Siqueira**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Rua Visconde de Alvarenga 143/169 - Campus II  
**Bairro:** Parque Leopoldina **CEP:** 28.053-000  
**UF:** RJ **Município:** CAMPOS DOS GOYTACAZES  
**Telefone:** (22)2101-3355 **E-mail:** cep@uniflu.edu.br

## ANEXO C – Parecer consubstanciado do CEP - final



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** A CONSTRUÇÃO DA FORMAÇÃO HUMANA PARA A EMANCIPAÇÃO SOCIAL ATRAVÉS DO EXERCÍCIO DA CIDADANIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. UMA PESQUISA REALIZADA NO IFF AVANÇADODE SÃO JOÃO DA BARRA 2021.

**Pesquisador:** MARIA ANGPÉLICA PEIXOTO SARDINHA

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 45390321.4.0000.5583

**Instituição Proponente:** INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DA NOTIFICAÇÃO

**Tipo de Notificação:** Envio de Relatório Final

**Detalhe:**

**Justificativa:** Após enviar os relatórios parciais da pesquisa com os dados obtidos no decorrer das

**Data do Envio:** 10/08/2022

**Situação da Notificação:** Parecer Consubstanciado Emitido

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 5.610.974

**Apresentação da Notificação:**

Trata-se do envio de relatório final. O protocolo de pesquisa foi aprovado no dia vinte e oito de junho de dois mil e vinte um, parecer de o número 4.812.829.

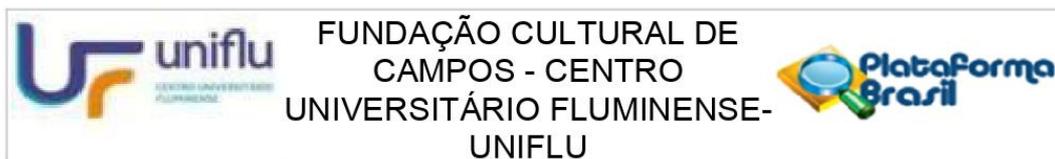
**Objetivo da Notificação:**

Não se aplica

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Não se aplica

**Endereço:** Rua Visconde de Alvarenga 143/169 - Campus II  
**Bairro:** Parque Leopoldina **CEP:** 28.053-000  
**UF:** RJ **Município:** CAMPOS DOS GOYTACAZES  
**Telefone:** (22)2101-3355 **E-mail:** cep@uniflu.edu.br



Continuação do Parecer: 5.610.974

**Comentários e Considerações sobre a Notificação:**

O pesquisador apresentou o Relatório final do projeto intitulado: A CONSTRUÇÃO DA FORMAÇÃO HUMANA PARA A EMANCIPAÇÃO SOCIAL ATRAVÉS DO EXERCÍCIO DA CIDADANIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. UMA PESQUISA REALIZADA NO IFF AVANÇADODE SÃO JOÃO DA BARRA 2021. Está bem documentado, com os resultados finais e meios de divulgação dos mesmos.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

O relatório final foi apresentado, devidamente documentado e aprovado.

**Recomendações:**

Não se aplica

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Diante do exposto, o colegiado do Comitê de Ética do UNIFLU, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 466 de 2012 e na Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela aprovação do relatório final desta Notificação.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Envio de Relatório Final	relatorio_final.docx	10/08/2022 08:21:22	MARIA ANGPELICA PEIXOTO	Postado

**Situação do Parecer:**

Aprovado

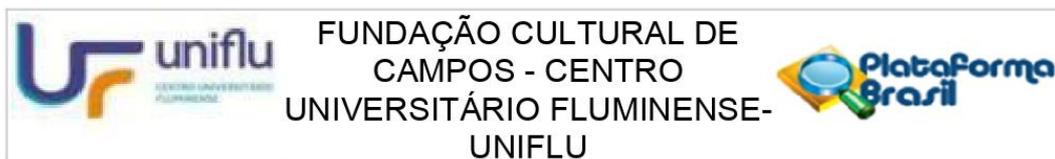
**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

CAMPOS DOS GOYTACAZES, 29 de Agosto de 2022

Assinado por:  
Leila Corrêa Barreto Siqueira  
(Coordenador(a))

**Endereço:** Rua Visconde de Alvarenga 143/169 - Campus II  
**Bairro:** Parque Leopoldina **CEP:** 28.053-000  
**UF:** RJ **Município:** CAMPOS DOS GOYTACAZES  
**Telefone:** (22)2101-3355 **E-mail:** cep@uniflu.edu.br



Continuação do Parecer: 5.610.974

**Endereço:** Rua Visconde de Alvarenga 143/169 - Campus II  
**Bairro:** Parque Leopoldina **CEP:** 28.053-000  
**UF:** RJ **Município:** CAMPOS DOS GOYTACAZES  
**Telefone:** (22)2101-3355 **E-mail:** cep@uniflu.edu.br